

ANTONIO JOSÉ DE OLIVEIRA



# ENGENHOS DE RAPADURA DO CARIRI

Trabalho e cotidiano  
(1790–1850)



**ENGENHOS DE RAPADURA DO CARIRI:  
TRABALHO E COTIDIANO (1790-1850)**

Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).

Esta publicação está licenciada sob [CC BY-NC-ND 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

## **Conselho Editorial**

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA  
(Editor-Chefe)

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Raquel Silvano Almeida-Unespar

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Ilka Kassandra Pereira Belfort-Faculdade Laboro

Prof.<sup>a</sup>. Dr. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG

Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves-IFF

Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ

Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri-UFJF

Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Isabella Macário Ferro Cavalcanti-UFPE

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos-UEL

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Maria de Fatima Vilhena da Silva-UFPA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Dayse Marinho Martins-IEMA

Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Elane da Silva Barbosa-UERN

Prof. Dr. Piter Anderson Severino de Jesus-Université Aix Marseille

Nossa missão é a difusão do conhecimento gerado no âmbito acadêmico por meio da organização e da publicação de livros científicos de fácil acesso, de baixo custo financeiro e de alta qualidade!

Nossa inspiração é acreditar que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Equipe RFB Editora

Antonio José de Oliveira

# **ENGENHOS DE RAPADURA DO CARIRI: TRABALHO E COTIDIANO (1790-1850)**

1ª Edição

Belém-PA  
RFB Editora  
2024

© 2024 Edição brasileira  
by RFB Editora  
© 2024 Texto  
by Autor  
Todos os direitos reservados

RFB Editora  
CNPJ: 39.242.488/0001-07  
91985661194  
www.rfbeditora.com  
adm@rfbeditora.com  
Tv. Quintino Bocaiúva, 2301, Sala 713, Batista Campos,  
Belém - PA, CEP: 66045-315

**Editor-Chefe**

Prof. Dr. Ednilson Ramalho

**Diagramação e capa**

Worges Editoração

**Revisão de texto**

Autor

**Bibliotecária**

Janaina Karina Alves Trigo Ramos-CRB  
8/9166

**Produtor editorial**

Nazareno Da Luz

**Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)**



E82

Engenhos de rapadura do cariri: trabalho e cotidiano (1790–1850) / Antonio José de Oliveira. – Belém: RFB, 2024.

Livro em PDF  
132p.

ISBN: 978-65-5889-700-2

DOI: 10.46898/rfb.ea182e2e-d83a-45cf-bcfa-271160db2353

1. Engenhos de rapadura do cariri. I. Oliveira, Antonio José de. II. Título.

CDD 300

Índice para catálogo sistemático

I. Ciências Sociais.

## AGRADECIMENTO

Os agradecimentos remontam ao tempo que fiz a pesquisa, nada mais correto deixá-los na íntegra para fazer jus as pessoas que muito contribuíram na minha trajetória de pesquisa.

A Deus, Mestre de todos os ensinamentos que existiram e que não de existir, que me iluminou e me guiou com sua eterna sabedoria nessa árdua caminhada.

À CAPES, pela concessão da bolsa de pesquisa, sem a qual, seria praticamente impossível concluir esta obra. A minha família, sem cujo apoio, essa jornada seria muito mais difícil do que foi. A minha esposa e amiga Lucélia, que mesmo antes de nos unirmos pelos laços do matrimônio acreditou e teve a sabedoria da paciência e o mais alto sentimento de compreensão no apoio e incentivo à continuidade do labor em minhas horas de angústia e sofrimentos.

Ao Prof. Dr. Frederico de Castro Neves, que mais que um orientador, foi um amigo que me incentivou nos árduos passos dessa pesquisa. Ao Prof. Dr. Norberto Ferreras que na ausência do orientador me acompanhou durante o Estágio de Docência, sendo um grande profissional e amigo a me incentivar e acreditar em minhas potencialidades intelectuais. As professoras Dra. Verônica Secreto e Dra. Ivone Cordeiro Barbosa pelas imprescindíveis críticas e orientações no momento da qualificação.

A Joel Carlos e Luis César, que com muita franqueza e companheirismo me acolheu em seu apartamento quando as dificuldades de encontrar moradia eram imensas. A Geraldo Nazário, pela amizade de sempre.

Aos professores e funcionários da Coordenação do Mestrado, que não mediram esforços no auxílio em qualquer situação; não só a mim, mas a todos os mestrandos. A turma - Gustavo, Mirtes, Iza, Henrique, Luís, Rosilene, Gleison, Benedito, Diocleciana, Ana Carla, Ana Glória e Ivaneide - que não foram apenas colegas, mas amigos, sempre a ajudar uns aos outros em qualquer tipo de informações referentes aos nossos interesses.

Aos meus colegas do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri, que nunca deixaram de estimular com demonstrações de confiança, incentivos e respeito; em especial, a Iarê Lucas: sem sua insistência não teria submetido o projeto à seleção do Curso naquele ano de 2000. As secretárias Relva Maria e Sandra Batista, que a toda hora dispensaram à minha pessoa um carinho especial e respeito profissional.

Às Instituições de pesquisas: Arquivo Histórico do Estado do Ceará, em especial ao Ilustre professor e pesquisador, André Frota de Oliveira, que, com sua paciência, sim-

plicidade, intelectualidade ímpar e amor à pesquisa, foi mais que um paleógrafo no auxílio da árdua decifração e transcrição dos inventários. A Giuliano (estagiário), que a qualquer instante estava disponível a consultar documentos referentes ao meu estudo no acervo do arquivo; Academia Cearense de Letras, na figura de Madalena, que sempre simpática, esteve disponível a ajudar-me quando procurava o acervo da biblioteca. A Tânia, Maria de Lurdes e Áurea Sidrim, que gentilmente não mediram esforços no auxílio e na busca dos documentos do Arquivo do Fórum Hermes Paraíba na cidade de Crato-ce.

# DEDICATORIA

A meu pai, João Batista de Oliveira (*in memoriam*), que por muito tempo dedicou parte de sua vida aos trabalhos nos engenhos de rapadura no Cariri, e a José Rodrigues Neto, (irmão) pela forma tão precoce que nos deixou.





# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	11
INTRODUÇÃO .....	13
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>CARIRI: POVOAMENTO, SOCIEDADE E ECONOMIA EM FINAIS DO SÉCULO XVIII E PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX.....</b>	<b>21</b>
1.1 Correntes migratórias, povoamento e os primeiros núcleos urbanos.....	22
1.2 Cariri, composição étnica e social: a presença do escravo .....	27
1.3 A economia doméstica e o comércio incipiente.....	37
1.4 “Os primeiros” senhores de Engenho do Cariri; algumas observações” .....	46
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>TRABALHO E COTIDIANO NOS ENGENHOS DE RAPADURA.....</b>	<b>53</b>
2.1 Os tipos de engenhos no vale do Cariri.....	56
2.2. A mão-de-obra familiar, escrava e livre .....	63
2.3. Trabalhadores especializados .....	73
2.4. Moagem, cotidiano e produção .....	78
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>PODER E OPULÊNCIA NO CARIRI COLONIAL.....</b>	<b>85</b>
3.1 O perfil dos senhores de engenho; “gênese” e formação de riquezas .....	86
3.2. A cultura material: habitação, vestuário, alimentação .....	101
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>119</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>123</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>125</b>
<b>SOBRE O AUTOR .....</b>	<b>130</b>



# APRESENTAÇÃO

Prezado leitor, este livro que hora lhe apresento é resultado de minha dissertação defendida junto ao Mestrado Acadêmico em História Social da Universidade Federal do Ceará, em 2003. Para ser fiel ao que escrevi há vinte anos e perceber que a prática historiográfica atende aos parâmetros de seu tempo, optei por não realizar revisão de texto nem as normas da ABNT.

Fruto das muitas conversas que mantinha com meu pai, como também das histórias e das suas memórias que ele narrava sobre o universo dos engenhos de rapadura quando trabalhava diariamente como Amarrador<sup>1</sup> de cana no Engenho do Sr. Renato Bacurau, do Sítio Olho D'Água-Crato-Ceará, esta obra, é também, uma deferência a todos os trabalhadores rurais do Cariri cearense.

Os capítulos que compõem esta obra analisam inventários, petições de sesmarias e crônica de viajantes, documentos imprescindíveis para a feitura da pesquisa. A leitura dessas fontes, dimensionou e apontou as particularidades da atividade canavieira na localidade e suas peculiaridades para a Capitania depois Província do Ceará: os primeiros povoados, os tipos de engenhos construídos, as várias categorias de trabalhadores e a importância dos escravos, são aqui destacados. As atuações que os atores sociais (escravos e livres, homens ou mulheres) tiveram em seu cotidiano e as suas relações estabelecidas no âmbito do mundo do trabalho foram de fundamental relevância para a constituição da tessitura social, política e econômica na região, sobretudo em seu âmbito rural.

O real sentido das posses de terras, de sítios e de engenhos, significou o controle de algumas categorias de trabalhadores, bem como possibilitou a quem detinha esses meios de produção enriquecer mui rapidamente e conseguir chegar ao topo da pirâmide social naquele cotidiano. Destaca-se também o privilégio dos senhores de engenhos, que dominaram a paisagem política e social na região. O engenho foi para o seu proprietário uma espécie de trampolim para alcançar um padrão de vida invejável dentre as demais categorias sociais da época.

Então, meu caro leitor, vamos fazer uma viagem ao universo dos engenhos de Rapadura do Cariri. Uma boa e agradável leitura...

Antonio José de Oliveira  
Caicó-RN, dezembro de 2023

---

<sup>1</sup> Um das profissões especializadas que existiam nos engenhos de rapadura do Cariri.



# INTRODUÇÃO

Sul do Ceará: em um simpático e bucólico vale, localiza-se a região do Cariri. Envoltos de regiões áridas, ela se destaca pela sua localização, solo fértil e esplendor das fontes aquáticas. Quem viaja pelo interior cearense, rumando para o sul, se surpreende ao deparar-se com a região. A majestosa chapada do Araripe, como uma muralha a proteger suas principais cidades, se apresenta como primeiro cartão postal.

Os viajantes que percorreram os sertões na época colonial e tiveram a curiosidade de visitar a região ficavam maravilhados. Gardner foi um deles. Ao adentrar a Vila de Crato, ele assim relatou:

impossível descrever o deleite que senti ao entrar neste distrito, comparativamente rico e risonho, depois de marchar mais de trezentas milhas através de uma região que naquela estação era pouco melhor que um deserto. A tarde era das mais belas que me lembra ter visto, com o sol a sumir-se em grande esplendor por trás da Serra de Araripe, longa cadeia de montanhas a cerca de uma légua para oeste da Vila; e o frescor da região parece tirar aos seus raios o ardor que pouco antes do poente é tão opressivo ao viajante nas terras baixas<sup>1</sup>.

Não apenas os viajantes tiveram essa agradável surpresa; muitos estudiosos (independentes de sua formação profissional) que escreveram um pouco sobre o interior cearense, atestam o Cariri como uma das mais bem localizadas, lindas e ricas regiões do interior do nordeste<sup>2</sup>.

Sob o ponto de vista geográfico, o Cariri constitui uma área de características bem diferentes das demais do interior cearense e nordestino. Suas condições físicas dão à sua paisagem encantos que lhes são próprios e que deslumbram a todos os que a visitam. Aroldo de Azevedo assim a descreveu:

quem deixa a cidade de Petrolina, rumando para o sul do Ceará, tem diante de si o desolado Alto Sertão pernambucano. Nesse trecho, o peneplano cristalino apresenta a monotonia das paisagens sempre iguais (...). Dentro de uma atmosfera extremamente seca e envolvida pela luminosidade de um sol abrasador, percorre-se aquelas paragens sob a impressão angustiosa dos grandes silêncios (...). Naquele solo pedregoso, revestido pelo manto interminável da caatinga, parece não viver nenhum ser humano: um verdadeiro “deserto” de homens (...). No entanto, basta transpor a majestosa Chapada do Araripe e atingir o lado cearense, para que um espetáculo bem diverso possa ser observado<sup>3</sup>.

O que mais fortemente chama a atenção do observador diz respeito às diferenças existentes entre as áreas da caatinga sertaneja e o verde vale. O Cariri constitui o mais importante e verdejante espaço físico do interior do nordeste, bem como um dos maiores re-

1 GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil (1831-1841)*. Tradução. Milton Amado. São Paulo: UNESP, 1975, p. 92.

2 Além dos relatos de Gardner, as belezas naturais do Cariri estão também estampadas nos estudos de Joaquim Alves (“O Vale do Cariri”, 1946), Silvio Rabelo (“Os artesãos do Padre Cícero”, 1977), Jean Pierre Chabloz (“Revelação do Ceará”, 1993, dentre outros).

3 AZEVEDO, Aroldo de. Contraste da Paisagem nordestina. In: *Regiões e Paisagens do Brasil*. 2ª edição, São Paulo: Editora Companhia Nacional, Vol. 274, p. 125.

servatórios naturais de águas do interior semi-árido, graças à sua chapada, cujo solo absorve muito bem as águas das chuvas que brotam em suas encostas através de inúmeras fontes.

Nos tempos coloniais, essas águas foram muito úteis na irrigação das plantações de cana e na viabilidade da melhor adaptação e fixação dos colonos na região. Através de inúmeras valas, a água deslizava mansamente em direção aos verdes canaviais<sup>4</sup>.

em suas encostas, são muito numerosas as fontes perenes, que servem para irrigar as culturas situadas no sopé da serra, através de canaletas (“levada”), dentro de um sistema controlado com absoluto rigor, para que todas as propriedades ali localizadas possam receber o seu quinhão. Daí a existência, em pleno sertão nordestino, de um verdadeiro oásis – a verdejante região do Cariri, domínio de ativa policultura (cana de açúcar, arroz, milho, mamona), um dos celeiros do Ceará.<sup>5</sup>

Muitos desses encantos ainda existem: porém muita coisa também mudou durante esses três séculos de “descobrimento” e exploração; as antigas estradas boiadeiras que muitos colonos percorreram hoje se transformaram em rodovias estaduais e na BR 116; a região cresceu, as antigas vilas são cidades prósperas. Tal como foi no passado, muitos grupos humanos ainda se dirigem para região em busca de melhores condições de sobrevivência. Situada estrategicamente, da região caririense se tem acesso para diversas localidades do país; o intenso fluxo em suas rodovias permite que suas principais cidades, Crato e Juazeiro do Norte, consigam manter um dos mais movimentados comércios do interior do Ceará<sup>6</sup>.

Na arquitetura das cidades mais antigas (Crato, Barbalha, Missão Velha e Jardim) ainda é possível ver traços coloniais. Resquícios da sua maior riqueza estão estampados nas ruínas dos velhos engenhos de rapadura que praticamente desapareceram do vale; hoje, apenas algumas cidades permanecem fabricando o produto. Barbalha é a única que ainda mantém os ricos canaviais e um bom número de engenhos em funcionamento.

Os engenhos de rapadura sempre despertaram em mim certa fascinação. O fato de ter uma infância marcada pelos constantes movimentos dos trabalhadores em suas inúmeras atividades e as narrativas de meu pai sobre esse universo em tempos áureos me fez nascer o desejo de melhor conhecer as engrenagens daquelas máquinas e aquele ambiente fumegante que eu vivenciava, mas não compreendia.

Estudar os engenhos me interessava por entender que as várias formas de trabalho para a produção da rapadura foram elementos fundamentais na estruturação sócio-econômica e cultural da região. O cotidiano caririense, palmilhado pelos primeiros povoadores, constituiu o caráter da política de exploração, fiação e concentração de terras no Cariri.

4 A medição da água oriunda de tais fontes era feita pelo sistema de telhas, que consistem em pequenas barragens de madeira, contendo orifícios de 15 ou 20 cm de diâmetro, em número variável. De acordo com a área da propriedade, o proprietário tem direito a receber a água correspondente a um número de orifícios (½ 2, 3, ½ etc) . Muitas vezes, a propriedade é vendida, mas o antigo proprietário conserva o seu direito sobre a água destinada a irrigação.

5 AZEVEDO, Aroldo de. Op. Cit., p. 126-127.

6 A região do Cariri fica distante cerca de 500 a 600 quilômetros de cinco capitais do Nordeste: Fortaleza, João Pessoa, Natal, Recife e Teresina.

As posses, os pedaços de terras e os sítios, formaram o mosaico que foi a história da riqueza produzida no Cariri colonial.

Os engenhos do Cariri ocasionaram, além da constituição de formas específicas de relações de trabalho no interior do Ceará, uma peculiaridade social, política, econômica e cultural dentre as demais regiões do interior do nordeste. A natureza e o significado que os engenhos proporcionaram para o sul da província do Ceará foram elementos básicos para entender a posição que a região ocupou no espaço cearense.

“Engenhos de Rapadura do Cariri: trabalho e cotidiano” (1790-1850). O recorte temporal proposto corresponde a três motivos. Primeiro; a principal documentação para esse trabalho (inventários) só foi encontrada em referência aos anos de 1790 em diante, minando a proposta inicial de discutir a partir de 1750. Não havendo tal possibilidade, o período foi estabelecido a partir de 1790. Segundo; ao iniciar-se a segunda metade do século XVIII, a cana de açúcar começa a despontar como principal produto agrícola, o qual abriu fortes possibilidades de fixação de núcleos populacionais que nos finais do século já eram bem acentuados. Atribuía-se tal crescimento à fertilidade do solo e às constantes calamidades climáticas que sempre assolavam as regiões circunvizinhas nesse período.

Revela, assim, desde os primeiros tempos, um crescimento progressivo, resultante da fertilidade do seu solo que conservava nas áreas de cultura os seus habitantes, mesmo nos anos de crise climáticas da gravidade das primeiras do século XIX e última do XVIII<sup>7</sup>.

Terceiro: nos finais da primeira metade do século XIX (1840), os engenhos de paus puxados a bois e a cavalos, que movimentavam a produção da rapadura, passam a ganhar concorrentes; surgem os primeiros engenhos hidráulicos (movidos a força d'água) e os engenhos de ferro, no entanto ainda puxados a bois. Assim, ao findar-se a primeira metade desse século e iniciar-se a segunda, a estrutura sócio-econômica e política na região passa a se modificar consideravelmente.

Os primeiros engenhos instalados no Cariri eram de madeira e dominaram na região até 1840, quando foram substituídos pelos engenhos de ferros, movidos por força hidráulica ou animal. Os que dependiam de força hidráulica figuravam em número reduzido, uma vez que o seu funcionamento dependia do fato de a propriedade dispor de água da fonte; não condicionados por este aspecto limitante, os engenhos de ferro movidos por animal difundiram-se na região com maior rapidez<sup>8</sup>.

Em outra discussão, Irineu Pinheiro é mais minucioso:

ao que parece, os primeiros engenhos de ferro idos para o Cariri foram montados no sítio Cabo Verde, entre Crato e Juazeiro nos anos de 1840 ou nos de 50, pelo pernambucano Antônio Ferreira de Melo, tronco da Família Melo no sul cearense, no sítio Lameiro ao sopé do Araripe, no município do Crato, nos fins da era de 50, pelo Capitão Francisco Leão da Franca Alencar ou por seu sogro José do Monte

<sup>7</sup> ALVES, Joaquim. *O vale do Cariri: características físicas, povoamento, população, vida econômica, desenvolvimento cultural*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1946, p. 26.

<sup>8</sup> BRITO, Maria Socorro. *Mudanças na Organização do Espaço: o novo e o velho Cariri canavieiro cearense*. Fortaleza: 1985, p. 36.



Furtado, no sítio Tupinambá, em Barbalha, por Antonio Manuel Sampaio, no lugar Cajazeiras do Farias, ainda em Barbalha, pelo coronel Joaquim da Costa Araújo.<sup>9</sup>

A investigação e discussão de alguns elementos básicos, inseridos no campo da organização de trabalho e produção nos engenhos, foram de certa forma relevantes; as relações de trabalho, de dependência, afirmação cotidiana e materialidade, denunciaram parte de uma “realidade” social vivenciada pelos caririenses. Ao longo da obra, esclareço esses elementos, os quais são os principais motivos que conduziram à formação de uma colonização peculiar no interior cearense.

Nesse ponto, as discussões de Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1971), ofereceram instrumentos básicos para a assimilação, compreensão e formação da vida colonial no interior nordestino. Para tanto, no primeiro capítulo “*Cariri: povoamento, sociedade e economia em finais do século XVIII e primeira metade do século XIX*”, foram trabalhados pontos relevantes sobre correntes migratórias, povoamento, sociedade e economia. A colonização dos principais núcleos de povoamento foi fundamentada no tripé da tentativa da pecuária extensiva, da “fracassada” lavra do ouro e no sucesso da cana de açúcar. Ancorada nesse tripé, a região ganhou considerável contingente; os colonos, não obtendo tanto sucesso nas duas primeiras tentativas, partiram para outra – cana de açúcar – que foi a maior responsável pela fixação dos grupos humanos e conseqüentemente pelo surgimento das principais vilas na região.

A formação das unidades básicas de sobrevivência (engenhos, casas de farinha e o comércio incipiente) foi o primeiro movimento do efetivo resultado da produção do trabalho e da sobrevivência dos núcleos humanos ali estabelecidos. Através dessas unidades, organizou-se uma sociedade essencialmente rural, moldada no trabalho agrícola, que necessitou de mão-de-obra escrava e livre, como também de outros mecanismos de relação de trabalho e de produção. A participação dessas categorias sociais de trabalho auxiliou a composição e formação da economia caririense.

A atração que o Cariri proporcionava aos que chegavam, para tentar melhorar suas condições de vida, acelerou o contingente migratório; o trânsito para aquela localidade se intensificou; em curto espaço de tempo, a população de seus dois principais núcleos urbanos aumentou.

As primeiras informações sobre a população do vale do Cariri foram fornecidas pelo Governador General João César de Menezes, em 1784, que ordenou a realização de um recenseamento dos territórios sob sua administração (...). A população foi a seguinte: Crato com 3. 143 e Missão velha com 4. 078, habitantes, perfazendo as duas principais freguesias um total de 7.224 almas viventes.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza:1950. p. 55.

<sup>10</sup> ALVES, Joaquim. Op, Cit., p.26.

Assim, a região conseguiu avançar a passos largos: em pouco mais de meio século, já era uma das principais, se não a principal, a contribuir para a economia da província. Nesse embalo, os proprietários de engenhos aos poucos se beneficiavam desse crescimento.

A circulação da rapadura e de outros produtos nas principais feiras da região proporcionava grande lucratividade. Nesse espaço de livres transações comerciais se estruturou uma realidade cultural galgada no intercâmbio sócio-cultural entre diversos comportamentos de diversas categorias sociais. Organizada basicamente através da produção da rapadura, firmou-se uma sociedade bastante diferente da sociedade açucareira do litoral.

Nesse aspecto, o segundo capítulo, *“Trabalho e Cotidiano nos engenhos de rapadura”* evidencia alguns pontos básicos desse cotidiano. Nele, recupero discussões que vislumbram uma realidade cheia de turbulências e conflitos. As profissões exercidas, seu grau de importância, as ambições em busca de melhores colocações no ambiente de trabalho e o resultado da produção, foi o combustível necessário para a dinâmica da sociedade rural caririense que praticamente toda ela dependia das atividades dos engenhos de rapadura.

Dentro dessa ótica, a obra de Stuart B. Schwartz, *Segredos Internos; engenhos e escravos na sociedade colonial* (1988), que aborda no recôncavo baiano toda a engrenagem da produção açucareira no período colonial, foi imprescindível para a observação, motivação e compreensão das semelhanças, diferenças, administração, estrutura organizacional de trabalho e produção construídos nos engenhos de rapadura do Cariri.

Acerca dos aspectos da produção e organização, assentadas no domínio do poder senhorial, as discussões de Schwartz tiveram uma importância capital no entendimento dos desdobramentos da produção canavieira na região, bem como a compreensão das nuances políticas e sociais que gravitavam em volta dos engenhos do cotidiano caririense.

O jogo de poder, moldado na condição de saber-fazer, no domínio das principais funções no engenho, define a posição e o padrão social de alguns indivíduos; nessa definição, as tentativas de muitos almejam tal colocação geravam conflitos, que, em uma atmosfera conflituosa, construíam os limites e as dimensões do cotidiano no mundo do trabalho nos engenhos.

Com objetivos e interesses mais variados, os grupos dominantes lançaram mão de muitas estratégias para manter sobre seus domínios certa quantidade de categorias de trabalhadores. Em contrapartida, buscando abrandar seus males e minimizar as condições em que se encontravam, os homens considerados “párias” da sociedade conseguiram desenvolver vários mecanismos para permanecerem sobrevivendo no seu dia a dia.

Escravos, e demais grupos “marginais”, provenientes de uma sociedade cujas formas de exclusão foram semelhantes como em qualquer outra, utilizaram com maior frequência instrumentos que burlavam as rígidas regras sociais. Tentando sobreviver, são forçados a entrar no jogo da conquista do espaço social; seu desempenho e o sucesso no enfrentamento desse jogo, que se revela na luta pela garantia de vida, dependerão das suas jogadas, as quais se iniciam na busca do trabalho.

Como elemento essencial para a sobrevivência, o trabalho tem dimensões e significados diferentes em cada etapa realizada nos engenhos. O trabalho nos engenhos de rapadura tinha essas dimensões e significados. Como elemento propulsor das condições de sobrevivência, das dimensões das atividades nele desenvolvidas, gerou inúmeras relações entre trabalhadores e proprietários.

A vida cotidiana dos trabalhadores nos primeiros engenhos de rapadura continha diferentes experiências, das quais se originaram diferentes grupos e hierarquias. As tarefas realizadas obedeciam a uma rígida divisão social de trabalho; nessas tarefas, a experiência e a função que cada um desempenhava tinham seu grau de importância financeira e de **status**.

A experiência, como um conhecimento cumulativo dentro da relação de produção em que os homens nascem, impôs-se nos primeiros momentos do efetivo trabalho organizado no Cariri.

A produção da rapadura, voltada mais para a realidade econômica interna que para externa, não necessitou de grande quantidade de trabalhadores escravos; os indivíduos envolvidos nos trabalhos mantiveram junto aos seus pares e proprietários estreitos relacionamentos. Nesse período, pode-se falar na existência e fortalecimento das relações de poder em formação no âmbito social no mundo do trabalho nos engenhos de rapadura.

As condições a que estavam expostos cotidianamente, os escravos, sobretudo eles, se tornaram alvo principal dessas relações; na medida em que se expandia o domínio desses senhores, agregados e trabalhadores “livres” também foram sendo envolvidos nessas relações.

Além do processo de produção e organização do engenho, as análises giram também em torno dos mecanismos de aquisição e enriquecimento dos proprietários; mecanismos que, dentre outros, vieram com a exploração de várias categorias de mão de obra: escrava, livre e agregada. A dependência dos indivíduos em relação aos senhores de engenho era bastante forte, o que se constituía em fator de inter-relação, dominação e submissão.

Nesse caminhar, no terceiro Capítulo, *“Poder e Opulência no Cariri Colonial”*, as discussões se desdobram nas formas e mecanismos que originaram a riqueza, os poderes e a “dominação” de uma pequena parcela da sociedade sobre uma maioria. Concentrada em sua maior parte na zona rural, a população desprovida de bens tais como a terra, foi quase toda ela subjugada aos senhores de engenhos. Foi nesse local que os abastados senhores concentraram todas as suas forças.

As posses e os sítios de terras, perpetuados por herança familiar, permitiram um grau maior de concentração de riquezas. Os que ficavam em função do simples cultivo dessas terras eram “sujeitos” a se submeter aos caprichos dos mais poderosos. Sítios e posses tinham a importante função de assegurar aos senhores a manutenção e exploração de seus plantéis de agregados, o que redundava em vultosos lucros e extensas redes de poder.

As condições de trabalho por sujeição e as várias relações de trabalho existente naquele instante foram fatores importantes para a maior dependência do trabalhador “livre” e do agregado, garantindo, portanto, a produção e o fortalecimento cada vez maiores das relações de poder e de dependência do pobre agregado; esses eram papéis importantíssimos para a manutenção de fidelidade e confiança naquele contexto.

A detenção de fazendas, sítios e posses, em várias localidades da região, proporcionou aos futuros proprietários (herdeiros) todo um privilégio sobre as terras mais férteis da região. Em pouco tempo, conseguiram acumular uma riqueza invejável, que só eles poderiam desfrutar. A riqueza desses indivíduos não se podia medir apenas pelas suas propriedades; a riqueza material também é testemunha dessa opulência. Os objetos domiciliares eram dos mais finos e raros que existiam naquela realidade.

Os autos de partilhas eram testemunhos de que se tentava ao máximo proteger a posse dos bens mais valiosos. A herança, um dos principais meios de assegurar e garantir a perpetuação da tradição e do poder dos senhores, se configurou em uma “redoma” economicamente quase impenetrável. Todos buscavam ao máximo concentrar seu patrimônio entre os seus pares, e ainda até à primeira metade do século XX continuavam as mesmas normas: *“as famílias se entrecruzam. Os laços endógenos são mais que exógenos. A tradição estreita o círculo. As gerações se sucedem dentro do mesmo ritmo”*<sup>11</sup> ..

Estando os engenhos de rapadura do Cariri solidamente estruturados nos grilhões da sua importância econômica e política, entende-se que sua marca no contexto colonial da região foi super relevante, justamente por ser essa época marcada pelo desenvolvimento e expansão da sociedade caririense.

11 Id. *Ibidem.*, p. 18.

Com a produção da rapadura nos primeiros engenhos e conseqüentemente sua expansão pelo Cariri, fortaleceram-se as relações comerciais nas principais vilas da região. A comercialização dos produtos nas feiras, sobretudo a rapadura, ergueram em pouco tempo um considerável comércio na localidade, projetando o nome do Cariri para outras regiões do interior nordestino.

No aspecto mais profundo das discussões, as fontes sustentaram as hipóteses sobre a importância da atividade dos engenhos no Cariri. Com base leitura de Stuart, foram percorridos inventários dos senhores de engenho existentes em sua maior parte no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) e em pequena parcela no Arquivo do Fórum Hermes Paraíba da Cidade do Crato (AFHPC). Os muitos problemas e inquietações que surgiram aos poucos foram estruturando o plano de pesquisa e o amadurecimento das discussões. Através dessa documentação, realizaram-se algumas seriações que delinearão e asseguraram todas as assertivas sobre muitos pontos relevantes da estrutura de produção e mão-de-obra existentes nos engenhos de rapadura do Cariri, entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX.

Nessa pesquisa, foi levantada e analisada a lista de todos os bens existentes nos inventários, bem como a dinâmica e o valor de todos eles. Com o movimento de avaliação dos itens, rigorosamente descrito nos autos, foram construídas e cruzadas informações com a bibliografia; daí, foi possível extrair as mais preciosas informações sobre o trabalho e a realidade dos envolvidos no mundo dos engenhos.

Além dos inventários, dados dos viajantes; Koster, Frei Alemão e Gardner, revelaram a complexa realidade dos povos interioranos. No Cariri, essa realidade também teve essa complexidade: as malhas de relacionamentos que se estabeleceram entre senhores, escravos, trabalhadores livres e agregados, indicaram como se constituiu parte da “realidade” dos caririenses, no “contexto” que será abordado nas páginas seguintes.

# **CAPÍTULO 1**

---

**CARIRI: POVOAMENTO, SOCIEDADE E ECONOMIA  
EM FINAIS DO SÉCULO XVIII E PRIMEIRA METADE  
DO SÉCULO XIX**

## 1.1 CORRENTES MIGRATÓRIAS, POVOAMENTO E OS PRIMEIROS NÚCLEOS URBANOS

Muitos historiadores, ao estudarem o povoamento do interior da colônia, enfatizam que a ocupação se deu em regime de exploração irregular; ou seja, não ocorreu fixação maciça em todos os territórios conquistados.

Em *A Formação do Brasil Contemporâneo*<sup>1</sup> (1971), Caio Prado Júnior coloca que a distribuição de povoadores pelo interior do Brasil só se intensificou a partir do século XVII, segundo século da colonização portuguesa no Brasil.

Segundo o autor, alguns fatores foram importantes para que o interior do Brasil tivesse um povoamento irregular: o primeiro seria a extensão da costa brasileira, onde durante muito tempo os colonos realizaram suas atividades assumindo vários postos de exploração simultâneos, dificultando, portanto, um melhor planejamento colonizador para o sertão; o segundo seria o bandeirismo, pois, com a dizimação em massa dos índios, eliminara-se qualquer tentativa de se estabelecer relações sociais mais eficazes com base na mão-de-obra indígena; e o terceiro, a descoberta de ouro na região central da colônia, que concentrou enorme contingente, fixando um povoamento mais consistente e ocasionando uma forte migração interna.

Quanto ao restante do interior, sobretudo as Capitanias do Norte, Caio Prado afirma que as correntes migratórias mobilizavam-se continuamente ocupando terras temporariamente, e em seguida migrando para outros territórios, dificultando assim melhor agregação e solidificação de povoados e vilas.

Caio Prado evidencia três grandes correntes de povoamento. A primeira, desde o início da colonização até aos finais do século XVII, corresponde à fase de estabilização das grandes plantações e dos colonos na zona litorânea. A segunda se desenvolveria por todo o século XVIII, quando, influenciados pela descoberta do ouro, inúmeros grupos humanos se dirigiram para a região das minas gerais, formando núcleos de mineração. Segundo o autor, neste período já há uma considerável população na colônia e muitos deserdados procuram essa região para tentar melhor sobreviver. A última corrente discutida por Caio Prado inicia-se em finais do século XVIII e adentra no século XIX. Para ele, essas correntes rumaram para sul e sudeste, onde se vai erguer a economia paulista que estava assolada pela concorrência da atividade mineradora.

<sup>1</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 11ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1971.



Nessa ocasião, correntes de povoamento também se precipitaram para as capitânicas do Norte, sobretudo para o interior. Das capitânicas baiana e pernambucana saíram exploradores em direção aos sertões da colônia em busca de “novas” terras. Os chamados sertões de dentro, descritos por Capistrano de Abreu<sup>2</sup>, foram aos poucos sendo devassados. Esses territórios “virgens” imediatamente eram reconhecidos e explorados pelos “bandeirantes”.

Ao contrário do que ocorreu nas regiões sul e sudeste, as correntes de povoamento que partiram em direção às capitânicas do Norte não soergueram a economia açucareira do nordeste. Enquanto a última corrente de povoamento vai erguer a economia sul e sudeste, a extração aurífera nas minas gerais, ocasionou, no Nordeste da colônia, uma grande imigração dos povos dessa região para a área mineradora, debilitando cada vez mais a economia na região. Além do grande desfalque populacional, o Nordeste perdeu a condição de capital econômica (1763) da colônia, que ficava em Salvador.

No interior, as condições ainda eram mais precárias. Com uma população irregular e pouca possibilidade de uma base econômica estável, os poucos núcleos populacionais não tinham sustentação econômica mais arrojada. Apenas tentavam resistir com a pecuária que vez por outra sofria com as calamidades das secas.

A pecuária, lá pelos finais do século XVIII, sofre muito com tais calamidades. Até à primeira metade do referido século, foi a pioneira na economia do interior das capitânicas do norte, sobretudo na do Ceará. Como consequência das secas, há uma redistribuição de povoamento, e as áreas mais férteis eram as mais visadas.

Com as constantes movimentações dos invasores em busca das “novas” terras para explorar, em pouco tempo conseguiram seus objetivos. Da Bahia e de Pernambuco, partiram colonos em busca dessas terras ditas “devolutas”. Pelos sertões selvagens, alcançaram as ribeiras dos rios que serpentavam por várias localidades e os levavam para o interior. Por esse itinerário, chegaram às terras dos Cariris novos, região que logo se transformou em uma das mais importantes economias da capitania cearense.

Sendo uma capitania sem muita expressividade econômica, o Ceará não despertou de imediato tanto interesse nos colonizadores. Desde seu período colonial até a invasão dos holandeses, o Ceará esteve ligado à capitania do Maranhão; só a partir de 1681, desvincula-se desta. Isto não significou muito, pois que imediatamente ficou ligada a Pernambuco até 1799.

Durante o período em que ficou dependente de Pernambuco, o Ceará tinha apenas autonomia militar. Seu litoral era utilizado pelos colonos portugueses como ponto estratégico

<sup>2</sup> ABREU, João Capistrano de. *Caminhos Antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.



de defesa territorial. A atuação dos que ali se estabeleciam consistia na construção e manutenção de fortes com objetivos de afugentar os invasores e combater os índios bravios.

No que se refere aos contatos comerciais, foram todos eles efetuados com a referida capitania, sobretudo o Cariri, que nesse período obteve maiores vínculos comerciais e políticos com o litoral pernambucano do que com o do Ceará.

No sul da Capitania, os colonos não ficaram de um lado para outro, como em outras localidades. No Cariri, houve possibilidades de fixação desses povoadores, por existir aqui melhor viabilidade para atividades sedentárias, como sobretudo a cultura canavieira.

Caio Prado coloca a existência de três fases que incrementaram, embora irregularmente, o povoamento do interior da Colônia. Também cabe dizer que, no Cariri, três fases marcaram seu povoamento. A primeira diz respeito à pecuária; neste período todo o interior das capitanias do Norte tiveram essa atividade como principal meio de sobrevivência. Quando o Cariri é visitado, todos os pedidos de sesmarias eram para criação de gado vacum; e praticamente por toda a primeira metade do século XVIII tais pedidos tinham esse objetivo. A citação abaixo revela a súplica de sesmaria efetuada pelo Capitão Mor Manoel Carneiro da Cunha e o Capitão Manoel Rodrigues Ariosa ao escrivão da fazenda real:

Senhor Capitão Mor, dizem o Capitão Mor Manoel Carneiro da Cunha e o Capitão Manoel Rodrigues Ariosa q. nas cabiceiras do Rio Salgado adonde abita hua nação de gentio por nome Cariris há terras capazes de criar gado as quais estão devolutas e desaproveitadas e porque eles suplicantes tem seus gado nesta Capitania e lhes faltam terras emq. Os pode criar e com eles querem povoar as referida portanto P. Vm. lhe faça merse conceder por data dexismaria em nome de sua Magestade de q. deos goarde três légoas de terra para cada hum na dita parte dos Cariris comesando da caxoeira dos Cariris da parte didentro pello Riacho asima athe entestar com o fim da logoados Cariris e receber Merse dep. O Escrivão da fazenda Real me informe do conteúdo dessa petição, Fortaleza dez de Janeiro de mil setecentos e três.<sup>3</sup>

Com as esperanças dos colonos de encontrar ouro na região, em meados de 1750 vem a segunda fase do povoamento. As notícias de que havia esse tipo de metal na localidade ocasionaram a imigração de grande número de pessoas para o sul da Capitania, engrossando cada vez mais as fileiras dos colonos já estabelecidos em função da pecuária. As informações de que se poderia encontrar ouro no Cariri ecoaram para além do sul Capitania, deixando eufóricos muitos aventureiros; e por mais ou menos três anos tentou-se extrair ouro através da Companhia São José dos Cariris Novos. Correspondências enviadas à Coroa denunciavam essa tentativa.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> APEC. Arquivo Público do Estado do Ceará. Registro de petição de Sesmarias nos Cariris Novos. nº 79. Volumes 1 e 2, 1703.

<sup>4</sup> NUDOC. Carta do Capitão comandante e intendente das minas São José dos Cariris Novos, Jerônimo Mendes da Paz, ao governador de Pernambuco, Luis José Correia e Sá, sobre as minas dos Cariris Novos e acerca dos negros fugidos, em 11 de maio de 1753; Carta (cópia) de Antonio José Correia ao Governador de Pernambuco, Luis Correia e Sá, acerca da existência de ouro nos Cariris, em 4 de dezembro de 1752. Informações sobre os requerimentos dessas notificações e demais, estão no Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Ceará. organizado pelo Prof. Dr. Gizafran Nazareno Mota Jucá. UFC, NUDOC.

Não dando muito resultado as duas tentativas anteriores, a terceira veio com a agricultura. Os colonos ali estabelecidos, devido à iniciativa da criação do gado e da lavra do ouro, iniciaram o cultivo da cana. A cana logo deu resultados; imediatamente foi disseminada nas áreas de maior fertilidade e abundância de água. Processada em rudimentares engenhos, daquele momento em diante, nasceu para a região a maior de suas riquezas, a qual aglomerou muitos grupos humanos em torno de seu cultivo e produção, fortalecendo gradativamente os principais núcleos de povoamento da região recém-explorada.

Antes que se criassem os primeiros núcleos populosos na região, o projeto colonizador sofreu muito para adentrar no interior cearense. Segundo Djacir Menezes, até 1690, pouco se conhecia sobre o interior do Ceará. De acordo com o autor, só a partir do século seguinte é que se tem “conhecimento” desse interior “indomável e aterrorizador”<sup>5</sup>.

Não foi fácil para os primeiros sesmeiros fixarem núcleos urbanos em solo cearense. A indiada bravia não dava trégua: tacapes, flechas, espadas, arcabuzes, davam o tom e o ritmo da desbravação desse território. Sendo uma Capitania essencialmente “indígena”, a penetração dos conquistadores foi bastante árdua. Os tapuias, que ocupavam quase toda a superfície da capitania, os tabajaras e os cariris, foram os principais grupos a resistirem ao homem branco invasor.

Nesse itinerário, bandos de homens armados percorriam o interior da Capitania em busca das terras férteis. Fazendo guerra com o gentio, esses primeiros aventureiros, tendo a certeza da aquisição de sesmarias, adentravam os sertões em busca das melhores localidades, e para se apossarem enfrentavam qualquer obstáculo.

Tentando despovoar o Ceará de índios e povoar de homens brancos, o “projeto” de colonização do interior se deu pela pecuária. Sendo uma atividade de fácil manuseio, locomoção e pequeno contingente para sua manutenção, ainda tinha uma grande vantagem: era utilizada na abertura dos caminhos que entrecortavam todo o interior; como diz o ditado popular; “onde o gado entra não há mato que agüenta”.

Os caminhos do gado levaram diversos grupos humanos a inúmeras localidades da Capitania. Das muitas estradas boiadeiras que serpenteavam na capitania do Ceará, quase todas cruzavam o Cariri, que logo se tornou alvo principal das ambições dos colonizadores.

Nessa região, estabeleceram-se os primeiros núcleos humanos e de povoamento. Oriundos dos Aldeamentos, os povoados de Missão Velha e Crato foram os pioneiros a constituir núcleos “populosos”.

<sup>5</sup> MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais*. 3ª edição, Fortaleza: UFC, Casa José de Alencar, 1995, p. 47.

No projeto de exploração e colonização da região sul da Capitania, não se deve deixar de destacar o auxílio das Missões eclesiásticas na colonização dos sertões selvagens do interior do Ceará.

No encalço dos colonizadores, os Frades Capuchinhos italianos tentavam levar sua doutrina aos gentios. Nesse percurso, criavam reduções ou aldeias para melhor controlar os nativos. “No Ceará, os missionários Capuchinhos, a partir de 1730, criaram várias reduções indígenas, e entre elas a de Caririaçu e Miranda”<sup>6</sup>. Essas reduções se tornariam mais tarde povoados, freguesias, vilas e cidades.

Segundo o autor, as reduções dos Cariris Novos pertenciam ao distrito de Icó, que, “pertencente à N. Sra. da Penha, era administrado por um Capuchinho e tinha cinco nações de Tapuios: Quicheréu, Cariú, Caririuânê, Calabaça e Icozinho”. Essas nações foram todas dizimadas e as reduções deram origem às primeiras freguesias do sul da Capitania, dentre elas Missão Velha, Missão Nova, Crato, Barbalha, Caririaçu e outras. As pioneiras como freguesias de maior destaque foram as de Missão Velha (1748), que foi desmembrada de Icó, e a de Crato, que se tornou o principal pólo de desenvolvimento na região, e que imediatamente foi elevada à categoria de Vila Real em 1764.

As primeiras reduções indígenas possibilitaram a realização dos principais objetivos da empresa colonizadora. Uma vez encurralados e “doutrinados” os índios pelos Capuchinhos, ficou fácil aos colonos se apossarem das melhores terras nos Cariris Novos. Por toda a segunda metade do século XVIII, intensificou-se o processo de organização do projeto colonizador; as freguesias ganhavam aos poucos as primeiras plantações de cana e os primeiros engenhos de rapadura.

A descoberta das minas e a criação da Companhia, além das plantações da cana, alimentaram cada vez mais o desenvolvimento dos núcleos supracitados; ao mesmo tempo em que trabalhavam nas minas, os diversos povos - colonos, escravos, índios e homens livres -, além de extraírem frutas nativas, executavam atividades rurais no cultivo dos principais gêneros de subsistência. Feijão, mandioca, milho etc, foram produtos de primeira necessidade produzidos pelos colonos ali estabelecidos.

A partir da primeira metade do século XIX, inicia-se o período de intenso movimento migratório, surgindo aos poucos mais povoados; dentre eles Jardim (1816), Freguesia de Senhora Santana ou Brejo Grande (1838), Barbalha (1838)<sup>7</sup> etc. Deste momento em diante, as ligações entre essas freguesias tornam-se mais estreitas; Missão Velha, pelo itinerário dos

<sup>6</sup> MORAES, Moisés Siqueira. *Província São Francisco Das Chagas dos Capuchinhos do Ceará e Piauí*. Fortaleza: Editora Multigraf, 2000, p. 21-22.

<sup>7</sup> PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

colonos pelo riacho dos Porcos, Crato e Barbalha, pelas suas terras propícias à plantação da cana e pelas rotas de tropeiros em direção às regiões piauienses, pernambucanas e paraibanas. Esse fluxo contribuiu para o deslocamento de muitos indivíduos.

Nesse aspecto, por toda a primeira metade do século XIX, a população não só do Cariri, mas de toda a Capitania do Ceará, teve aumento considerável. Nesse aumento, segundo alguns estudiosos e a documentação consultada, predominava o mestiço, mulato, cabra, caboclo, e o crioulo; este, por sinal, muito utilizado para os trabalhos nos engenhos de rapadura.

Como era uma das regiões mais visitadas da capitania, pouco tempo se passou para que o elemento cativo fosse levado para o trabalho naquelas paragens. Utilizado nas minas, nas lavouras de cana e nos trabalhos domésticos, o negro e demais trabalhadores compuseram a realidade histórico-social do Cariri. Diversos grupos (crioulos, cabras, mulatos e mestiços) compuseram nesse período as bases da sociedade caririense.

## 1.2 CARIRI, COMPOSIÇÃO ÉTNICA E SOCIAL: A PRESENÇA DO ESCRAVO

Quando Caio Prado Júnior analisa o fator racial que compôs a formação social do interior do Brasil, afirma que o elemento indígena preponderou. Segundo ele, essa preponderância veio do baixo nível econômico que os proprietários tinham para comprar escravos. Isto era mais evidente no interior das capitanias do extremo Norte e Nordeste, onde as grandes calamidades climáticas, sobretudo as secas, minavam o poder aquisitivo dos colonizadores, contribuindo para a escassez do elemento negro no interior dessas Capitanias.

No extremo-norte, compreendendo as capitanias do Pará e sua subalterna (...) o índio é que predomina: o puro (tapuia), em grande número ainda, e suas variantes mestiças o curiboca e o mameluco (...) o negro aí é raro. Também noutras regiões o sangue indígena prepondera. São em geral as de vida econômica pouco ativa, ou onde a colonização não tomou pé muito acentuado; o índio sobrou bastante puro. Que sempre trata-se de remanescentes de antigas missões. É o caso particularmente do Ceará, Rio Grande do Norte. Coisa semelhante, embora com alguma diferença, se passa nos sertões do Nordeste.<sup>8</sup>

A capitania do Ceará não fugiu a este parâmetro. Uma economia sem muita expressividade e uma população rarefeita formada pela maioria mestiça inibiram maior incidência da população negra em sua composição social. No Ceará, a população só vai ter maiores incrementos nos últimos anos do século XVIII; isto nas áreas de maior possibilidade de produção econômica.

<sup>8</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. Op. Cit., p. 113.

No Cariri, a partir da segunda metade do referido século, já se percebe um certo progresso populacional, consequência das tentativas de povoamento e das correntes migratórias que para a região se dirigiam: o aumento da densidade demográfica fez-se notar nos primeiros recenseamentos na Capitania, entre 1775 e 1808, principalmente em Icó, Crato, Viçosa, Sobral e Russas<sup>9</sup>.

Segundo Maria Sylvia Porto Alegre, na Capitania do Ceará, em finais do século XVIII e princípios do século XIX, a população já era bem considerável. Crato, em 1775, tinha aproximadamente 7.128 habitantes e, em 1808, nada menos do que 11.735. Esses dados quantitativos reforçam as indicações de que a região obteve, em pequeno espaço de tempo, um grande fluxo migratório, o qual foi importante para que a vila se tornasse ponto principal de comércio e outras atividades.

Além de Sylvia, outros autores se preocuparam com esses questionamentos e realizaram alguns trabalhos que notificam, além da densidade populacional de suas mais expressivas vilas, o número de escravos. Eurípedes Antonio Funes<sup>10</sup>, no artigo “*Negros no Ceará*”, traz alguns dados populacionais de homens livres e cativos em duas das mais importantes vilas da Região. Segundo ele, no início do século XIX a população de cativos das vilas de Crato e Jardim era de 1.697 indivíduos, em relação a uma população total livre que era de 32. 822. Dentro do exuberante número de indivíduos livres, a quantidade de escravos tornava-se insignificante.

A população (livre) tende a crescer em função das inúmeras possibilidades de sobrevivência que a localidade proporcionava. Com a dinâmica sócio-econômica na região, até a metade do século XIX o adensamento populacional já é muito significativo. Quanto à população escrava, seu crescimento ao longo desse período foi insipiente.<sup>11</sup> : Apesar de não termos um estudo mais detalhado e seqüencial dos recenseamentos, ao findar-se a primeira década do século XIX o panorama era o seguinte.

9 PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Vaqueiros, Agricultores, Artesãos: Origens do Trabalho Livre no Ceará colonial. In: *Rev. de Ciências Sociais*. Fortaleza: Vol. 20/21, n.º 1/2, Ano, 1989/1990. p.13.

10 FUNES, Eurípedes Antonio, “Negros no Ceará”. In: *Uma Nova história do Ceará*.(coord) Simone de Souza. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000. pp. 103-132.

11 NASCIMENTO, F.S. Síntese histórica da Escravidão negra. In: *História do Ceará*.(coord) Simone de Souza. Fortaleza: UFC, Fundação Demócrito Rocha, Stylus Comunicações, 1989. pp. 161-177.

Tabela 01. Relação da população escrava nas principais vilas da região.

Ano	Principais Vilas	Números de escravos
<b>1804</b>	Crato	<b>1.091</b>
<b>1813</b>	<b>Crato e Jardim</b>	<b>1.697</b>
<b>1857-1858</b>	Assaré	360
	Barbalha	651
	Crato	1.326
	Jardim	254
	Lavras da Mangabeira	711
	Milagres	571
	Missão Velha	339
<b>TOTAL</b>		<b>7.000</b>

Do ponto de vista da população livre a tabela (02) demonstra um panorama bem diferente<sup>12</sup>.

Tabela 02. Relação da população livre nas principais vilas da região.

Ano	Principais vilas	Numero de homens livres
<b>1784</b>	Crato	3.146
	Missão Velha	4.078
<b>1804</b>	Crato	19.590
<b>1857-1858</b>	Assaré	8.199
	Barbalha	10.875
	Crato	16.904
	Jardim	24.645
	Lavras da Mangabeira	26.302
	Milagres	8.704
	Missão Velha	11.800
<b>TOTAL</b>		<b>134. 243</b>

Analisando a população livre das vilas, algumas se sobressaem por ter maior número de escravos. A de Crato e Lavras da Mangabeira têm maior número. A quantidade de escravos chega a 2.037. Quanto aos homens livres, chegam a mais de quarenta mil. Essa quantidade se explica pelo fato de que as duas vilas da região foram importantes na formação social da região. Lavras, devido às tentativas de extração aurífera, e Crato pelas suas terras férteis propícias à cana de açúcar.

Pela demonstração acima, vemos que, no Cariri, a população livre sempre foi mais acentuada. O número de cativos chega a pequenas porcentagens, porém não nos cabe negligenciar essa categoria; sua influência e importância no mundo colonial independe da quantidade. Nesse sentido, o escravo, por ser um instrumento de trabalho indispensável

<sup>12</sup> Os dados populacionais foram também retirados da obra de ALVES Joaquim. Op. Cit., p. 26.



para a época, em qualquer circunstância, é relevante sua participação no trabalho e na sociedade.

No mundo da produção do açúcar, a mão de obra escrava foi a tônica da economia agrária do Brasil Colônia. Esta alternativa encontrada pelos colonizadores fundamentou toda uma sociedade marcada pela figura do senhor e o árduo trabalho desses subalternos.

Os laços que fundamentaram a sociedade colonial brasileira (sobretudo a litorânea) foram muito rígidos e excludentes, colocando senhor e escravo (dois grupos muito diferentes) em lados opostos na composição da engrenagem social. Senhores de engenhos e escravos, por muito tempo, foram atores de um cenário de lamentações, angústias, desesperos, opulência, mandonismo e exclusões. Aí o destino de cada um parecia estar estampado em suas relações e na posição que ocupava na sociedade.

Pela quantidade esmagadora de escravos comprados e traficados da África para o litoral brasileiro, torna-se fácil uma melhor definição sobre os grupos sociais existentes nesse período. Essa predominância, principalmente nas áreas canavieiras, visualiza melhor a conclusão de que o escravo foi preponderante.

No interior não houve essa visualização. Quanto aos grupos que formaram as bases sociais nesse ambiente, Koster afirma que o interior do Brasil foi constituído da mesclagem de europeus, brasileiros e índios; mamelucos, cabras, mulatos e crioulos.<sup>13</sup> Os mestiços foram descendentes da fusão desses grupos. Em todo o sertão, o cenário social foi composto pelo sangue indígena, como afirma Caio Prado:

Nos altos sertões do Nordeste, a população é de todo sangue indígena, das numerosas tribos que habitavam estes sertões antes da vinda dos colonizadores, e de que as principais e mais numerosas são as dos Cariris, boa parte foi aniquiladas.<sup>14</sup>

No Ceará, em sua época colonial, apesar de terem existido escravos, em seu litoral não houve a presença intensa do cativo como em outros litorais do Nordeste. No interior, o elemento negro se torna ainda mais raro, intensificando-se apenas com a cotonicultura e a cana-de-açúcar no Cariri. Do ponto de vista do algodão, esse produto atraiu um bom número de escravos; no entanto o fluxo de homens livres foi mais intenso que o de escravos. Nesse aspecto a formação populacional do Ceará foi basicamente mestiça.

Dentro da quantidade esmagadora de homens livres existentes na zona canavieira do Cariri, ainda assim o elemento escravo teve sua participação e importância. Apesar da

<sup>13</sup> KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução e notas de Luis da Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 473-490.

<sup>14</sup> PRADO JUNIOR, Caio. Op. Cit., p. 113.

pequena quantidade levantada pelos autores supracitados e dos que foram arrolados nos inventários<sup>15</sup>, é relevante discutir a importância do negro para a região.

No Cariri, o ouro e a cana de açúcar atraíam um bom número de pessoas. Com essas atividades é que se tem a presença de escravos na região. Apesar de serem comprados por preços bastante altos, a existência de escravos na localidade se revela na medida em que se inventariavam as propriedades.

No sentido mais profundo em que pairam as discussões sobre as atuações dos escravos fora do reduto de trabalho, fica difícil fazer afirmativas seguras do ponto de vista da sua participação e influência na sociedade caririense nesse período; as dificuldades de documentação são imensas.

Na região, a fusão de grupos compostos de índios, brancos, mulatos, crioulos e negros originou a sociedade caririense. Noutro aspecto, elementos mestiços oriundos de outras regiões encontravam abrigo, principalmente nos engenhos de rapadura, tornando a região essencialmente mestiça.

Deve-se encarar a questão do escravismo no Cariri como parte da particularidade de sua formação histórica que foi diferente das demais regiões do Ceará. Pensar historicamente a realidade da sociedade caririense, do ponto de vista do elemento escravo, significa a busca das principais relações sociais e econômicas ali estabelecidas

Os cativos foram trazidos não só para a extração do ouro; mas também pelas famílias rurais que, através das suas relações de trabalho do tipo posseiro, meeiros, agregados, parceiros, etc, configuraram as bases das relações sociais e de produção, constituidoras das características e do perfil econômico da região.

Considerando que o Ceará e o interior do Nordeste tiveram como principal fonte econômica a pecuária, o caso do Cariri é bem diferente e característico. Seu sistema colonial foi organizado e efetuado em função da economia canavieira. Sítios, fazendas e posses, aos poucos, pontilham a localidade que, junto com as plantações de cana, se estendiam pelo vale, local de melhor adaptação dessa cultura. Com isto, formou-se, através de sítios e posses, a verdadeira face do proprietário caririense que constituiu no Cariri um sistema econômico e social bem peculiar.

Os primeiros engenhos, localizados em vários quadrantes do Cariri, dependiam de certo contingente de trabalhadores. Sendo a maioria livre, o cativo também foi mão-de-obra utilizada.

<sup>15</sup> APEC. Nos inventários foram computados mais 140 escravos.



O escravo, embora não muito expressivo, foi um dos elementos definidores das relações de trabalho na região, que estruturaram as formas de “enrijecimento” das relações de poder e sociabilidade entre eles, seu senhor e o trabalho. Tais relações demarcaram as diferenças entre os demais trabalhadores; diferenças que ocorriam em níveis tanto econômicos quanto sociais.

No âmbito do valor econômico, além dos trabalhos obrigatórios do senhor, os cativos se engajavam também nas lavouras circundantes ao engenho e em atividades que possibilitassem a compra de sua alforria. Com isso os escravos, almejando liberdade, lançavam-se nos trabalhos extras para comprarem a sua liberdade. Embora fosse difícil conseguir carta de alforria, devido ao alto valor cobrado no ato da partilha dos bens do senhor<sup>16</sup>, o escravo se desdobrava para adquirir recursos para comprar sua liberdade; resultado disso era o enriquecimento do senhor e o aumento do valor de seu escravo.

Uma outra maneira de aquisição de recursos para a compra da alforria era dominar algum tipo de profissão que oferecesse algum rendimento. Nos inventários, não se registra com intensidade a presença de escravos que dominassem ofícios; encontra-se escravo com profissão de vaqueiro e auxiliar de alfaiate, e isso esporadicamente. Essas e outras dificuldades impedem que seja discutida a participação do escravo na sociedade caririense nos primeiros momentos de sua colonização.

Nessa ótica, só é possível entender a participação do cativo dentro do âmbito do trabalho; mesmo com as plantações de cana e a construção de engenhos de rapadura, não se tem uma expressividade na mão-de-obra escrava. A explicação reside no fato de que esses engenhos tinham como objetivo imediato a manutenção da sobrevivência familiar.

Nos inventários que remontam aos finais do século XVIII, fazendas, sítios de cana e de escravos eram “insignificantes”. Geralmente inventariavam apenas cabeças de gado e alguns bens. Eis um exemplo:

Inventário que mandou fazer o Juis de Órfãos o Sargento mor Domingos de Araújo Viana dos bens que ficaram por falcimento de Luzia Cardoza casada que foi com Luiz Pereira Bezerra morador no Citio das Engazeiras termo desta Vila do Crato. – BENS AVALIADO; hum machado velho, huma enxada, huma catana, cetecentos e sincoenta cabeças de gado, hum cavallo de sella, hum poldrinho, hum cavallo de fábrica.<sup>17</sup>

Na maioria dos inventários dos primeiros proprietários da década de 1790, há forte presença de gado vacum e cavalar, reforçando a tese de que se tentou criar gado com

16 APEC. Inventários. No Cariri, a chance da compra da liberdade vinha com a partilha dos bens do senhor. No ato de sua avaliação, o escravo, tendo o valor que lhe era avaliado, poderia pagar o seu preço aos herdeiros e se tornar livre. Foi o que aconteceu com Thereza e Delfina, escravas do seu falecido senhor Francisco Xavier de Souza. (1847, processo 10, pacote 17). Cada uma foi avaliada em 150 mil réis; no ato da avaliação apresentaram o valor e foram libertas.

17 APEC Inventário de Luiza Cardoza. 1790, pacote 17, processo, 02.

intensidade na região e que o escravo foi utilizado também como vaqueiro. Nesses autos documentais, esporadicamente se vêem arrolamentos de posse de fazendas e sítios, apenas alguns míseros partidos de cana e toscos engenhos de rapadura. Nesse período não se tem uma abundância de bens; salvo o inventário de Maria Assunção que tinha em média dez a quinze escravos, e outros bens. Veja-se a propósito:

(...) seis lavras de mandioca comedera havalhada cada milhero a mil e quatrocentos reis (...) mais três mil mais nova havalhada cada milhero a três mil e duzentos reis (...) hum partido de cana a corte tirado o dízimo (...) havalhado em dezoito mil reis. Hum engenho com todos os seus acessórios menos os cobres havalhado em deis mil reis. Hum haviamento de fazer farinha, roda prensa e mais acessórios pertencente ao dito haviamento tudo em deis mil reis<sup>18</sup>.

Ao iniciar-se o século XIX constata-se o crescimento de sítios, fazendas, posses de terras, engenhos e casas de farinha.

Com essa estrutura fundamentada em pequenas fazendas e reduzido número de escravos, alguns provenientes da extinta companhia aurífera, o cativo foi elemento tão importante na composição social do Cariri como outro grupo qualquer. Esses cativos vão “crescer” na medida em que crescerá também a plantação de cana.

Com a efetiva expansão da cana no vale do Cariri, na primeira metade do século XIX, cresce o número de proprietários; os números de aquisição de pedaços de terras e de posses são superiores aos inventários dos finais do século XVIII<sup>19</sup>. Nessa perspectiva, ao findar-se a primeira metade do século XIX a agricultura de subsistência estava praticamente consolidada. Causa disto foram os desdobramentos da atividade canavieira efetuada na região.

Essa constatação se revela no momento em que os bens são arrolados, terra com plantação de cana já vem acompanhada de um bom número de escravos; é o caso do inventário do Coronel Leandro Bezerra Monteiro (1835)<sup>20</sup>, que deixou de herança mais de vinte e cinco escravos, 5 sítios, uma propriedade com engenho de rapadura e algumas tarefas de cana. O mesmo acontece com o inventário de Francisco Xavier de Souza (1849): foram deixados para seus herdeiros três sítios, uma légua de terra, algumas posses de terra, um aviamento, um engenho, algumas tarefas de cana, muitas covas de mandioca e quase 30 escravos.

Ao lado desses proprietários, e da pequena produção de subsistência, crescia também uma população migrante. Caboclos, mulatos, mestiços que, atraídos pela “abundância” de terras e de trabalho, ocupavam as áreas que circundam os engenhos e pequenas fazendas.

18 APEC. Inventário de Maria Assunção. 1791, pacote 17, processo, 03.

19 Os dados mais precisos desse crescimento terão maior destaque no terceiro capítulo.

20 APEC e AFHPC. (Arquivo do Fórum Hermes Paraíba do Crato-Ce). Inventários. A quantidade de imóveis que os proprietários possuem demonstra o crescimento de propriedades e de escravos na região nos meados dos anos 50 do século XIX.

Nessa perspectiva, originam-se dentre várias categorias de trabalhadores, duas; escravos e livres, formando dois grupos sociais predominantes no setor da produção e da relação social de trabalho no Cariri.

Do ponto de vista do escravo, a presente análise de sua importância na atividade canavieira ou no setor social necessita de maiores considerações. Falar dos grupos de cativos que contribuíram para a formação da sociedade caririense torna-se um desafio.

A sociedade caririense foi construída pela maioria mestiça. Mulatos, crioulos, africanos, cabras, etc, merecem ser olhados com maiores detalhes. A escassez, porém, de informações documentais sobre algumas categorias não permite que se adentre em discussões mais profundas. Tem-se apenas a possibilidade de discutir (embora superficialmente) duas categorias que são mais presentes na documentação.

Dentre as categorias encontradas, destacam-se crioulos e mulatos; caboclos, cabras e o mestiço fazem uma pequena porcentagem nesses documentos. Embora com menor intensidade, esses grupos indicam que o Cariri colonial foi beneficiado por estes elementos, pois no dizer de Gilberto Freyre, *“os escravos longe de terem sido apenas animais de tração e operários de enxadas, a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora”*<sup>21</sup>. Independente da posição que ocuparam na sociedade caririense, muitos grupos de mulatos e crioulos que compuseram a gênese social do sul da Capitania do Ceará foram importantes na sustentabilidade econômica e cultural da localidade.

Numa sociedade onde a maioria era livre e mestiça, a participação e influência sociais que ambos exerceram, se manifestaram num cenário onde a cor era um dos elementos que determinavam a posição social de cada um. No século XX, *“a raça negra está quase absorvida, poucos negros legítimos restam ainda, o mestiço, com o preto e o de outra raça vai, cada dia, adquirindo as características do branco e do caboclo”*.<sup>22</sup> Apesar disso, deve-se considerar que aqui o homem de cor esteve presente; sua influência sócio-cultural não se dissipou juntamente com a sua cor; ela permanece nas mais variadas manifestações culturais existentes na região.

No que se refere às relações com seus senhores na sociedade interiorana, deve-se destacar que não foi tão rígida como no litoral. No interior, a sociedade de algum modo tinha maior mobilidade social.

A origem e a cor, sobretudo a do escravo, definiam sua posição na escala de trabalho e no mundo social da escravidão; seja no litoral, seja no interior, as tarefas realizadas nos engenhos possibilitavam a estratificação do trabalho como também a mobilidade supracitada.

21 FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime Patriarcal*. 38ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2000. p.290.

22 FIGUEIREDO FILHO, José de. *Engenhos de Rapadura do Cariri*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1958. p. 24.

No Cariri, essa mobilidade obteve melhores condições; as inúmeras categorias sociais que para cá se dirigiam criaram situações que favoreceram as bases do processo de “adaptação” desse tipo de escravo ao ambiente em que era possível a sua ascensão. Isso se explica pela “preferência que o Senhor tinha pelos mulatos e crioulos para o treinamento em funções especializadas”.

Mulatos e crioulos desempenhavam funções nas casas de caldeiras e tinham oportunidade de conseguir se colocar em um patamar social mais “confortável” em relação a outros tipos de trabalho existente no engenho (sobretudo no campo e nas fornalhas), oportunizando assim sua busca pela ascensão social. Esse tipo de escravo era mais utilizado no trabalho interno dos engenhos.

Os cativos empregados na casa das caldeiras eram geralmente mulatos ou crioulos, que podiam ser ensinados desde novos para sua ocupação. Tanto os comentários de Antonil quanto os inventários de engenhos indicam o uso de escravos nascidos no Brasil nessa função. O conhecimento e a experiência necessários para manter a temperatura adequada em caldeira, saber quando acrescentar cal, cinza, e como escumar o caldo eram adquiridos exclusivamente com a experiência <sup>23</sup>.

Pela citação, percebe-se que crioulos e mulatos levavam “vantagens” sobre outros escravos que não participavam do trabalho interno dos engenhos; nessa atividade, as possibilidades de se tornar um mestre de açúcar eram viáveis. Nesse aspecto, a quantidade de crioulos e mulatos arrolados nos documentos<sup>24</sup> demonstra essa realidade; mesmo com um bom número de trabalhadores livres, havia espaço para que os cativos exercessem profissões de destaque na produção canavieira e fossem vistos com certa diferença na sociedade.

Pela posição que ocupavam no trabalho, os indivíduos provenientes dessas categorias criaram dispositivos de relacionamentos e de enfrentamento com as demais categorias sociais; a fim de conseguirem se destacar e adquirir o mínimo de dignidade perante a classe dominante; eles nunca aceitaram sua posição submissa.

Independentemente de serem escravos ou não, mulatos e crioulos buscaram meios de se sobressair na sociedade colonial. Koster coloca pontos interessantes sobre esses indivíduos e evidencia alguns dispositivos utilizados para enfrentar certos obstáculos: dando ênfase mais aos mulatos, afirma que esses indivíduos se consideram superiores a outros tipos de categorias sociais. O autor assegura que os mulatos, ao serem livres, tinham um sentimento de superioridade e buscavam exercer sobre os seus pares (escravos) certa postura arrogante. Segundo o autor, essa postura vinha de dois motivos: primeiro, porque os mulatos descendiam diretamente de escravos, e não queriam essa descendência; em relação

<sup>23</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, (1550-1835)*. Tradução. Lauro Teixeira Mota. São Paulo: Companhia da Letras, 1988, p. 283

<sup>24</sup> APEC. Inventários. Nos arrolamentos 50% eram crioulos, 40% mulatos e os demais variavam entre cabras e caboclos.

a outras categorias sobretudo a dos mamelucos, que provinham de índios, os mulatos nada teriam de sangue indígena. Koster destaca:

(...) os mulatos, porem, lembram-se de sua filiação com os homens que continuam em estado de escravidão e muitas pessoas de sua própria cor jazem sob essa degradante circunstancia, d'aí provindo o sentimento de inferioridade na companhia dos brancos, se esses fossem ricos e poderosos.<sup>25</sup>

As razões do comportamento amistoso dos mulatos entresi provinha de seu passado de ex-escravo; por causa desse passado não muito aceitável pela elite da época, o mulato buscava se afastar de suas origens e tentava se aproximar das classes privilegiadas; sempre que podia, buscava-se se colocar em postos que estivessem em contato com homens brancos ricos.

Na busca de patamar mais confortável dentro da sociedade, o mulato, enfrentava muitos obstáculos. A discriminação, o repúdio à sua origem e a carga de preconceitos que lhe caíam sobre os ombros eram as formas mais nocivas advindas da classe dominante da época.

Na incessante busca de livrar-se dessa carga de preconceitos, os mulatos tentavam encontrar formas de suavizar essa situação, e quanto mais buscavam aproximar-se desses objetivos mais eram estigmatizados. Desordeiros, bêbados, inconfiáveis, transgressores etc, eram alguns dos adjetivos que qualificavam sua conduta. Koster teve oportunidade de presenciar esse mundo cheio de preconceitos que pairavam sobre essa categoria; segundo ele, na visão da elite brasileira, "*os mulatos eram maus senhores e tal se dá geralmente com pessoas dessa classe que pertencem à escravaria*" (...)<sup>26</sup>

O viajante enfatiza que os mulatos buscavam envolver-se nas camadas sociais mais abastadas, por isso levavam fama de desordeiro, homem não confiável, que não atende e não aceita sua posição social. Nessa perspectiva, deve-se entender que, para esses indivíduos melhor sobreviver teriam que transgredir as rígidas regras e barreiras impostas pelas elites. Os mulatos tentavam vários recursos na intenção de garantir seu espaço em uma sociedade excludente e discriminatória.

Oriundo de um mundo escravo, o mulato precisava encontrar mecanismos de engajamento nessa realidade; nascido nesse meio, já adquiria as práticas excludentes de uma sociedade desigual, e procurava entender as nuances de um mundo ordinário; fruto desse meio, ele conhecia as frestas existentes na sociedade e buscava mecanismos para se colocar em postos mais privilegiados.

<sup>25</sup> KOSTER, Henry. Op. Cit., p. 448.

<sup>26</sup> Id. Ibidem., p.482.

Considerado uma categoria inferior do ponto de vista da cor e do poder aquisitivo, o mulato situa-se no mundo que o discrimina e tenta qualificá-lo como um homem “fútil”, sem valores éticos e morais para a sociedade dominante. Os indivíduos desse “submundo” buscam elementos para sobreviver em um ambiente marcado por estratégias dos grupos privilegiados que teimavam em barrar sua ascensão a patamares mais elevados na sociedade. Para driblar as amarguras desse mundo, não só mulatos e crioulos, mas todas as categorias subalternas se utilizavam de meios para sobreviver diante da dura discriminação e falta de espaço social.<sup>27</sup> Koster coloca que “o mestiço procura passar por mulato e se persuade, assim como outros, que em suas veias se encontra uma certa porção de sangue branco. Embora provenha unicamente de fontes indígenas e negras.”<sup>28</sup>

Buscando encontrar espaço nessa sociedade “rígida”, o elemento subalterno procurou valer-se desses artifícios. Crioulos e mulatos, para sobreviverem, procuravam desempenhar vários ofícios; ao conseguirem desempenhar tais funções destrói-se a mística de que eram incapazes de aprender alguma profissão. Segundo Koster, “geralmente os negros crioulos e os mulatos aprendiam mais depressa os ofícios que os africanos”<sup>29</sup>.

Para o autor, essa facilidade era devido ao conhecimento que essas categorias sociais adquiriram desde a infância. Crioulos e mulatos (escravos ou livres) nasceram dentro do sistema de exclusão organizado pelos brancos; daí a “facilidade” em adquirir certas profissões. Crioulos e mulatos, ao fazerem parte da engrenagem produtiva, levavam vantagem sobre os africanos, que não conheciam totalmente como funcionava o sistema.

Frutos desse meio, mulatos e crioulos trazem noções sobre o funcionamento da engrenagem técnica e produtiva do engenho de rapadura, e fica mais fácil para eles dominarem não só as técnicas dos ofícios e das máquinas, mas também as tramas e as artimanhas do regime e conseqüentemente as alternativas de ascensão para outros setores da sociedade.

### 1.3 A ECONOMIA DOMÉSTICA E O COMÉRCIO INCIPIENTE

Quando se estuda a importância da grande lavoura no período colonial do Brasil, esporadicamente se estuda no interior dela a existência das atividades de subsistência. Paralelamente à cana de açúcar, desenvolveram-se inúmeros segmentos produtivos, que tiveram importante participação na estruturação econômica das populações envolvidas na grande monocultura canavieira. O fumo, o café, a mandioca, a pecuária e outras culturas foram coadjuvantes do grande sucesso da produção açucareira no período colonial.

<sup>27</sup> CERTEAU, Michel. *A invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Tradução. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

<sup>28</sup> KOSTER, Henry. Op. Cit., p. 480.

<sup>29</sup> Id. Ibidem., p. 484-487.



Nas diferentes regiões da colônia, a extração desses produtos teve seu grau de menor ou maior importância. No Nordeste (principalmente nos sertões), a pecuária predominou como principal atividade econômica e à sua volta giraram algumas dessas atividades.

No interior, a pecuária não se tornou apenas mera economia complementar como o foi para o litoral canavieiro. Graças à expressiva produção, gravitavam em seu eixo muitas atividades de subsistência. Pequenas lavouras de milho, feijão, arroz, mandioca além de outras, foram importantes para suprir as necessidades básicas das pequenas famílias envolvidas na pecuária.

Caio Prado Júnior afirma que esse tipo de produção familiar geralmente existia nos domínios das grandes lavouras, sobretudo *“nos engenhos e fazendas”*<sup>30</sup>. Sendo *“autônomos”* os que praticavam essa atividade, habitavam as próprias dependências dessas unidades produtivas. Por ser um sistema fora da grande linha de produção, nela, segundo o autor, *“forma-se um tipo de exploração rural diferente”*.

As atividades de subsistência, acopladas à maior, articularam, segundo Caio Prado, um tipo de organização sócio-econômica diversa. Na discussão do autor, essa diferença está nas pequenas unidades de produção, onde o proprietário trabalha em sua propriedade auxiliado *“por um pequeno número de trabalhadores ou de sua própria família, raramente algum escravo”*<sup>31</sup>.

Nos sertões do Nordeste, a irrelevância da grande lavoura exportadora permitiu que se gerasse um tipo de economia muito mais rudimentar que as surgidas à sombra da grande lavoura canavieira.

Apesar de ser a maior atividade econômica do interior, a pecuária não conseguia dar sustentabilidade às pequenas atividades que a circundavam. Essencialmente rural, a população vivia dispersa em imensas fazendas. Os pequenos povoados que surgiram ao longo dos caminhos, através dos pousos e feiras, não conseguiram ter fôlego o bastante para se tornarem economicamente fortes. Apesar das adversidades climáticas, ainda assim as populações que surgiram com os caminhos do gado foram capazes de se desenvolver.

Por ser uma atividade que dependia de muitas terras, a pecuária agregou trabalhadores livres e escravos, que, para complementar sua alimentação, praticavam a agricultura de subsistência e a manufatura dos derivados da economia pecuária. O beneficiamento do couro e o charque fizeram surgir os primeiros indícios da economia rudimentar e da pequena indústria rural doméstica nos sertões nordestinos.

30 PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.42.

31 PRADO JUNIOR, Caio. Op. Cit., p. 43-44.

Segundo Sylvia Porto Alegre, “*semelhante à pequena agricultura de subsistência, a indústria rural doméstica logo desenvolveu-se pelos interiores*”. A autora prossegue discutindo a origem da economia doméstica no sertão e distingue nela três setores diferenciados:

(...) o primeiro setor era composto por equipamentos básicos como engenhos de rapadura e mel, as casas de farinha, os curtumes e as olarias, que formavam a infraestrutura da vida material. O segundo era constituído pela fabricação de artigos e objetos de uso diário, como louças, velas, sabão, ferraria, mobiliário utensílio domésticos. O terceiro setor era constituído pelas manufaturas, compreendendo a fiação e tecelagem de panos e confecções de rendas, bordados e labirintos.<sup>32</sup>

Pode-se afirmar que o Cariri abrigava esses três setores: os engenhos surgiram como indústria doméstica e foram os primeiros a dominar a paisagem econômica e estruturar a vida material dos habitantes da localidade. Quanto ao segundo setor, de acordo com a documentação, a presença de materiais de uso da mão-de-obra especializada denuncia que existiram fabricações desses materiais. Percorrendo os inventários, vemos que estavam presentes tais implementos. Num desses documentos o inventariante

(...) declarou haver ficado (...) dous excopos (...) huma serra pequena (...) oito compassos de latão (...) huma eixó pequena (...) huma veruma, huma serra de braços, duas eixiós grande, um martelo, huma canastra, huma caixinha encoirada com sua feixadura, hum banco grande, hum carro, huma canga, tábuas de cedro e Angelim, huma peça ou carte de xita, hum roda de moer mandioca, huma mesa velha, três portas e huma feixadura, hum oratório de madeira, hum vestido de pano, dous calçans, huma malla de pao coberta de sola com feixadura e mais aseçórios”.<sup>33</sup>

De acordo com os materiais citados, a presença do trabalhador livre especializado na região foi uma realidade. O carpinteiro e o ferreiro parecem ser os trabalhadores qualificados mais presentes. Esses trabalhadores geralmente estavam à disposição para construir, consertar engenhos, casas de farinha, máquinas de descaroçar algodão, etc. A indústria doméstica necessitava desse tipo de mão de obra, pois quase todas as suas engrenagens eram de madeira, e quebravam facilmente.

Quanto ao terceiro setor, Irineu Pinheiro coloca que na região eram freqüentes as atividades de bens manufaturados.

Nos sítios, nas fazendas fiam as mulheres o algodão num fuso composto de um cabo varão de pau d’arco, com um meio palmo de altura, e de uma roda de cera de cinco centímetros de diâmetro, construída de cajazeiras, de cedro ou de gonçalves.(...) em tempos muito remotos descaroçava-se o algodão em maquinismos de madeira, movimentados a braços de homens (...) Vieram depois as boladeiras puxadas por bois ou burros<sup>34</sup>.

Do ponto de vista da confecção de roupa, é importante salientar que os habitantes menos abastados da zona rural caririense eram adeptos da indumentária fabricada na

32 PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Op. Cit., p. 18-19.

33 APEC. Levantamento feito em alguns dos inventários dos anos de; 1791, 1805, 1806, 1849 etc.

34 PINHEIRO, Irineu. Op. Cit., p. 116.



região. “Os cabras do Crato, moradores nos sítios do pé de serra do Araripe e nas terras dos Senhores-de-Engenho, do Brejo, vestiam camisa e ceroula de algodão, tecido nos teares, movidos a pés.”<sup>35</sup>

Irineu Pinheiro reforça ainda mais essa afirmação; “há quatro ou cinco décadas passadas, consistia a indumentária desses cabras, exclusivamente, em camisas e ceroulas, esta presa por cadarços à parte da perna. Tudo com algodão da terra”<sup>36</sup>.

Apesar das grandes possibilidades de crescimento de uma variedade de indústria, o setor mais marcante foi a indústria canavieira; com a fabricação da rapadura nos engenhos se originou a principal atividade lucrativa na região, que na atualidade ainda é uma das principais atividades que permanece contribuindo consideravelmente para a receita tributária da localidade.

Concentrada em sua maioria nas terras das Vilas de Missão Velha, Crato, Barbalha, Brejo Grande e Jardim, a lavoura canavieira, no período colonial, foi bastante consistente e a produção da rapadura, nos engenhos, preserva uma estrutura de produção e mão-de-obra que resiste até a atualidade.

Oriunda dos primeiros povoadores, a cana foi muita bem utilizada pelos colonos; com o fracasso da extração do ouro, passaram a planta-la nas áreas mais férteis e irrigáveis. Com a cana, vieram os primeiros engenhos que toscamente fabricavam caldo de cana e rapadura destinados apenas ao consumo familiar. George Gardner, nos anos 30 do século XIX, ao passar pela região, observou e documentou, em seu livro “Viagem ao Interior do Brasil” (1975) como era o processo de fabricação da rapadura.

Tive muitas ocasiões de ver nesse engenho, como se faz a rapadura. A moagem e o cozimento do suco da cana se processam ao mesmo tempo. O engenho é de construção muito tosca, compondo-se de uma armação com três moendas verticais de pau, entre as quais a cana passa para se exprimir o suco que se recolhe num receptor embaixo, donde escorre para um cocho escavado no troco de grande árvore. Passa-se a cana três vezes para que se extraia toda a garapa. Deste cocho, parte do líquido é levada de tempos em tempos, a pequenos tachos de metal, dos quais havia nove, enfileirados em pequenas aberturas sobre uma fornalha arqueada. Nas diferentes fases do processo, á medida que se faz a evaporação, o suco é despejado de um tacho em outro, até adquirir no último a desejada consistência. Transfere-se então para uma cuba escavada em sólida madeira e que se chama gamela. Ai fica algum tempo a esfriar, sendo então lançado em formas de madeira do formato e tamanho de tijolo comum, embora algumas se façam coma metade deste tamanho. Tiradas das formas, ficam a endurecer ainda por uns dias e estão prontas para o mercado. As grandes vendem-se em Crato por dois vinténs, em Icó e Aracati por quatro<sup>37</sup>.

Sendo a produção praticamente voltada para o consumo doméstico e local, no Cariri, os engenhos iniciaram como uma simples economia de fundo de quintal. As “*engenhocas*” de

35 MENEZES, Paulo Elpídio. *O Crato do Meu Tempo*. Fortaleza: Coleção Alagadiço Novo, 1985, p.75.

36 PINHEIRO, Irineu. *Op. Cit.*, p. 113.

37 GARDNER, George. *Op. Cit.*, p. 94-95.

*rapadura concentravam-se, sobretudo, no vale do Cariri, onde as terras férteis e a abundância de água permitiam a melhor expansão da cana-de-açúcar.*<sup>38</sup>

As poucas referências bibliográficas que tratam da produção da rapadura no Cariri indicam que o início dessa atividade remonta mais ou menos à segunda metade do século XVIII. Produzida praticamente para o consumo interno, a rapadura logo foi disseminada nas feiras das vilas caririenses e regiões limítrofes. Esses primeiros engenhos produziram volumes consideráveis de rapadura, suficiente para abastecer os primeiros povoados e vilas que ficavam nos supedâneos da chapada do Araripe, segundo um renomado autor local.

(...) nesse ano (1765), encontram-se na capitania, segundo os reis eclesiásticos, 9731 fogos, com 34881 pessoas de desobriga, em 11 vilas e 20 freguesias. Havia 41 capelas, 972 fazendas de criar e no Cariri 37 engenhos que fabricavam mel e rapadura<sup>39</sup>.

Esses engenhos, que, em 1765, já eram em bom número, tendem a crescer e intensificar a produção a cada ano; a rapadura, bem aceita no mercado, em uma região consideravelmente populosa, rapidamente ganhou espaço também na culinária não só caririense, mas também de todo o sertão nordestino.

A produção desse gênero alimentício era uma das maiores expressões de riqueza na região; sua utilização como alimento e como moeda nas transações econômicas era bastante valorizada. Na documentação é freqüente o arrolamento de cargas de rapadura. Em um comércio incipiente, sem expressiva quantidade de dinheiro, imediatamente este produto se tornou bastante aceitável.

A economia do Cariri surgiu com essas características; as pequenas indústrias de fundo de quintal, que produziam rapadura, ou outros gêneros, aos poucos se expandiram e extrapolaram as margens do reduto familiar, desaguando em um comércio de maior elasticidade e consistência.

A economia canavieira surgiu com pequenos plantios de cana e com as pequenas unidades de produção doméstica, com considerável número de trabalhadores livres e reduzido número de escravos.

Do ponto de vista da comercialização, os produtos manufaturados foram despejados nas vilas e povoados da região e adjacências. Com esses produtos se abastecia a população rural e urbana. O contingente urbano se abastecia na medida em que eram realizadas as feiras onde era possível adquirir produtos de qualidade a preços bem mais acessíveis.

Os inventários registram uniformemente, por todo esse período, a presença de animais utilizados no transporte da produção. A análise da relação de bens dos processos

38 PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Op. Cit., p.19.

39 FIGUEIREDO FILHO, José de. Op. Cit., p. 12.

permite-nos também perceber algo sobre as condições de vida dos grupos analisados, assim como acerca do papel da sua cultura material.

Com o comércio, as rendas cresciam, e tornavam cada vez mais os senhores de engenhos notáveis figuras na região; as principais vilas tomam força e destaque; a de Crato logo exteriorizou sua opulência e importância, sobretudo no cenário político-jurídico, pois se torna Cabeça de Comarca antes dos anos vinte do século XIX<sup>40</sup>. Nessa dinâmica, ao findar-se a primeira metade do referido século, a região já era uma das mais influentes do interior do Ceará.

O crescimento das principais vilas se consolidava; Crato se destacava; e, à sombra das pequenas indústrias, locais ou da redondeza, os produtos eram comercializados em sua feira.

Noutras vilas que faziam parte da região, a feira foi também o elemento primordial das relações econômicas, políticas e culturais; nelas, diferentes artefatos eram expostos à venda. Era o local de encontro dos mais diferentes grupos humanos provenientes das diversas províncias da vizinhança. Os pontos de encontro eram principalmente os botequins e os cafés, ambientes em que rolavam inúmeros bate papos descontraídos, interrompidos apenas por pessoas cujos ânimos se exaltavam pelo efeito da aguardente.

A feira atraía inúmero contingente; nas de Crato, Barbalha e Icó<sup>41</sup>, havia uma grande ebulição, movimentavam-se vários grupos humanos em direção a esses locais, cada um revelando sua postura e os papéis que exerciam em sua localidade. Segundo Djacir Menezes:

*As feiras de Icó, Crato e Barbalha reuniram tributários de todos os sertões adjacentes". Afluíam os cabras, os apaniguados, os guarda-costas dos proprietários abastados. As volantes policiais, as chamadas "forças de linha", do exército, sob comando de um oficial, passavam desencadeando conflitos, impondo costumes mal aceitos, como fosse o de "passar a fralda".<sup>42</sup>*

Nessa época, a economia da região já tinha certo destaque, e, por haver uma população bastante elevada, a preocupação em manter a ordem era uma constante. O Cariri já estava passando da primeira fase de uma economia essencialmente rural para os prenúncios de uma economia urbana: seu comércio a cada instante crescia e mantinha relações com outros centros mais desenvolvidos, dentre eles Recife e Fortaleza.

*há cinqüenta e ou sessenta anos, organizavam-se nas cidades caririenses caravanas de lojistas que iam ter a Fortaleza, mormente ao Recife, fazer compras (...) foram, evidentemente, os comerciantes, naquelas eras, mais do que em outras quaisquer, ótimos fatores de progresso de nossas terras interiores.<sup>43</sup>*

40 Em 1816, foi criada a Comarca de Crato que pertencia a de Campo Maior, atual Quixeramobim.

41 Obs: até meados da primeira metade do século XVIII, Icó monopolizou as aldeias de Missão Velha e Miranda, mais tarde sua influência comercial foi de extrema importância para o Cariri.

42 MENEZES, Djacir. Op. Cit., p.180

43 PIHEIRO, Irineu. Op. Cit., p. 74.

Todo esse movimento tinha seus motivos; além dos atrativos naturais que a região oferecia, as oportunidades de trabalho e melhores condições de vida através do comércio eram promissores; as feiras do Cariri eram locais em que residiam as esperanças de muitos, onde *“enchem-se os cafés de fregueses, regra geral de fora da cidade, que conversam animadamente, sentados em torno de banquinhas de madeira, ajustando negócios entre si, etc”*.

Plantações de cana, muitas covas de mandiocas, vestimentas, utensílios de carpintarias, sal, rapaduras, tábuas, carros de boi, selas, cangalhas, chocalhos, arreios de prata e outros objetos encontrados na documentação, possibilitam vislumbrar o perfil da produção de quase todos esses gêneros na região e das primeiras comercializações, mostrando que na localidade se formou um rico e variado comércio com várias possibilidades de transações mercantis. Irineu Pinheiro reforça essa discussão:

são seculares as feiras do Cariri, nas quais se vendem legumes, frutas, fumo, objetos da sua pequena indústria como chocalhos, linhas (grandes chicotes) de comboeiros, urupembas de cana brava, balaios de taboca, facas de ponta, cordas de agave, caroá e malva, estendidas em toda a largura da rua para que as possam examinar os compradores<sup>44</sup>.

Com vistas a organizar, fazer ver e circular, eram expostos os produtos nas ruas principais de vilas e povoados: em cada rua, um tipo de mercadoria. Na vila de Crato, segundo Irineu Pinheiro, em cada rua principal eram comercializados deferentes produtos:

na travessa da Califórnia, entre as ruas Formosa e do Fogo, expõem pequenos negociantes ambulantes, chamados misangueiros, em bancas de madeira, inúmeras quinilharias: espelinhos, vidros de perfume. Alfinetes, fitas, rendas, etc. (...) uma outra seção (...) na rua grande, é a dos sapatos feitos na terra, sandálias, alpercatas, botinas de homens e de senhoras, tamancos de canafístula, etc. (...) na travessa Califórnia vendem-se, respectivamente, redes de algodão e louças de barro constantes de pratos, panelas, quartinhas (moringues), urinóis, etc. Entre os fundos do Mercado de Carne e a corrente do Grangeiro, à beira do rio, como se diz, barganhavam-se, cavalos e jumentos(...). Todos fazem seu comércio em meio ao borborinho que se ouve de longe, derivado de mil vozes que se elevam, cruzam e confundem<sup>45</sup>

A feira era o termômetro da economia das vilas caririenses. Nelas, os produtos comercializados a cada momento atraíam multidões. As feiras aceleravam o processo de solidificação econômica da região; as vilas (posteriormente cidades) ganham ares de destaque dentro da Província. Com o fluxo comercial que as feiras proporcionavam, emergia na região uma camada de comerciantes especializados nas trocas que se irradiavam pelos sertões adjacentes.

Podemos encarar a feira não só pelas suas inclinações comerciais, nelas há ainda toda uma representação sócio-cultural. Atraindo os povos circunvizinhos, traziam em si toda uma carga de práticas, comportamentos e representações. Como evento semanal, era

44 Ibidem., p.111-113

45 Id. Ibidem., p.112-113.

o mais importante de cada localidade. Durante esse acontecimento, muitos assuntos eram postos em dia, contas antigas eram acertadas.

Quase toda a população rural vinha para a feira, ou a procura de produtos não produzidos na roça, ou na obtenção de informações sobre algum ente querido que migrou e nunca deu notícias. A feira oferecia, dentre outras opções, lazer e diversões para os inúmeros indivíduos da zona rural caririense.

Nesse dia, era a oportunidade do poder policial atuar com maior rigor contra os que transgredissem as regras de boa conduta. O policiamento ficava de prontidão para sondar e regular os que não tinham uma conduta adequada para freqüentar o setor urbano e prender alguns suspeitos foragidos.

Habitados a transitar livremente na zona rural, os camponeses vinham para a cidade regularmente. Andavam sempre com sua arma branca à cintura tal qual andavam em sua localidade, *“esses cabras não se separavam de uma faca de ponta, feita pelos ferreiros da região; uma vergõntea de jucá maduro e bem assado (...). alguns traziam, além da “brejeira”, um facão ou uma garrucha, com escova de pedra de fogo no gatilho.”*<sup>46</sup>.

Sem forças para reprimi-los onde eram protegidos pelo seu patrão (geralmente senhor de engenho), por ocasião da feira as autoridades policiais iam à forra com essas pessoas ditas desordeiras e mal intencionadas. Não havia como evitar os conflitos entre os policiais e os “matutos”, já que estes estavam a toda hora sendo flagrados no porte ilegal de armas ou mesmo em hábitos indumentários contrários às convenções oficiais.

Esses “matutos”, segundo as autoridades, contrariavam a lei e ordem do setor urbano por vestir-se inadequadamente e por andarem sempre armados. No que se refere à vestimenta, não passar o pano por dentro das calças era um ato no mínimo mal educado e desrespeitoso para as madames e as autoridades da época. A citação abaixo demonstra esse fato:

(...)durante as feiras ocorridas nas cidades do sul: Crato, Barbalha, Icó. Geralmente, a desordem era grande. Desarmar os cabras, que vinham ao mercado, com a fralda da camisa fora da calça, era luta certa. A expressão passar o pano ainda é conhecida entre alguns velhos da zona. Significava obrigar a meter as fraldas para dentro da calça - o que era uma humilhação para eles. Muitos reagem valentemente - e, inevitavelmente, havia mortes. Eis como descreve a cena um observador daqueles remotos episódios: “A feira corria animadíssima. A travessa da Califórnia, nos cruzamentos com as Ruas da Vala, do Fogo, Grande, Formosa e Pedra Lavrada, completamente cheia. Estendiam-se no chão todos os produtos da fértil região, sem falar de outros artigos que, mui naturalmente, ali eram expostos. A tropa, espalhada pelo meio do povo, manda os cabras passar o pano e vai lhes tomando as facas e os cacetes. Aquêles que resistissem vão presos debaixo de facão até a cadeia. Vestidos de camisa e ceroula de algodão grosso, tecido nos teares da terra, ceroula

46 MENEZES, Paulo Elpídio. Op. Cit., p. 75.

de fundo curto com um só botão, passando o pano (metendo a camisa por dentro da ceroula), adquiriam uma aparência ridícula, provocando vaia da garotada. Daí o motivo das brigas, resistência e matança de soldados a facadas. Pedro Cassaco foi pegado e tentou resistir ao mandado de passar o pano. Meteram-lhe o facão. Dentre os que o açoitavam destacou-se o Carnaúba, soldado forte, alto e corpulento, que lhe segurou pelo topete, formado pelos cachos de cabelo que lhe caíam na testa. Ao gritar-lhe: faça lombo, cabra, acrescentava: agüenta o pêso da carnaúba!<sup>47</sup>

Geralmente os cabras dos engenhos não levavam desaforo para casa, quase todos os policiais eram vistos como inimigos, e vez por outra se ouvia notícia de assassinatos cometidos contra policiais. Pedro Cassaco foi um de tais cabras, o qual revidou ao ato truculento do soldado Carnaúba no instante de sua prisão. Esperou a melhor oportunidade para atacar:

Pedro Cassaco havia guardado bem a feição e tamanho do soldado que, ao largar-lhe o rabo-de-galo nas costas, dizia - “agüenta o peso do Carnaúba” e ainda para mais humilhá-lo agarrou nos cachos de cabelo, que lhe desciam a testa, por baixo do chapéu-de-couro (...) certificou-se bem que se tratava do cabo Carnaúba. Daí por diante não deixou mais de espreita-lo, cautelosamente, escondendo-se para não ser visto. Observou atentamente os gestos e os modos de seu algoz. Os cantos da cidade por onde passava. Desceu um dia do Brejo, no cavalo que trabalhava no engenho de Chico Maia, escanchado entre os cambitos. Carregava cana. Ao passar pela Matança, comprou um bezerro tirado do bucho da vaca, morta para o açougue. Entrou pelo fundo da Maca, saindo do Mercado de carne, situado no começo da Rua Formosa. Apeou-se no portão. Entrou. À esquerda estava o Carnaúba, de costa, na banca de Cesário Carneiro. Cassaco trazia o bezerro nos braços. Botou-no chão. Tirou a faca que havia colocado na bunda do vitelo; apurou-se e bateu no ombro de Carnaúba: - “Vire-se de frente! Não mato homem à traição!” Enterrou-lhe a faca no peito esquerdo. Carnaúba anda puxou o facão até o meio da bainha. Caiu, sem dar uma palavra. Pedro Cassaco saiu como um gato; montou-se no castanho escuro e sumiu-se dos olhos da tropa, que dele nunca mais teve notícias<sup>48</sup>

Sobre uma questão, aparentemente simples, de não “passar o pano”, ou seja, colocar a camisa por dentro da calça para ficar “decente”, paira toda uma representação cultural do indivíduo do campo. As cenas desse cotidiano eram representativas na medida em que o universo cultural do “matuto” se confrontava com o da cidade.

As ruas do Crato foram palco dessas e de outras situações. Os costumes do homem rural contrastavam com os da zona urbana; esse embate tornar-se-ia mais rico na medida em que os poderes públicos tentavam disciplinar esse tipo de indivíduo que provinha de um outro ambiente cultural, embora fizesse parte do mesmo contexto. O simples ato de passar o pano era uma afronta à sua cultura.

Interessante perceber que, dentro desse contexto, estão em jogo muitos valores. O comportamento do homem urbano está atrelado às normas de conduta e de postura que a sociedade urbana exige. Essas normas, quando são postas para a sociedade rural, causam

47 MENEZES, Djacir. Op. Cit., p. 60-61.

48 MENEZES, Paulo Elpídio. Op. Cit., p. 39.



conflitos. O homem rural não reconhece esse tipo de conduta exigida pelos cidadãos e resiste a qualquer tipo imposição de novas condutas..

Para a sociedade rural, a espontaneidade em transitar nas ruas sem preocupação com regras de conduta ou coisa do gênero revelava sua postura de “liberdade” que o campo proporcionava. Esse tipo de comportamento incomodava uma sociedade urbana em estágio de crescente desenvolvimento civilizatório. As principais vilas da região já estavam adquirindo padrões comportamentais semelhantes aos grandes centros do litoral; para tanto, deveria disciplinar qualquer indivíduo que fosse de encontro a esses padrões.

#### **1.4 “OS PRIMEIROS” SENHORES DE ENGENHO DO CARIRI; ALGUMAS OBSERVAÇÕES”**

A política das capitâneas hereditárias proporcionou a uma pequena parcela de aventureiros uma infinidade de poder sobre as terras e a vida dos nativos existentes na recém colônia portuguesa na América do Sul. Dentro das grandes fatias que eram as capitâneas, instituíram-se vários mecanismos de doações dentre eles as sesmarias, terras de partidos, herança, arrendamento, aforamento etc;<sup>49</sup> práticas que articularam um seleto número de agraciados a se sentir donos de tudo e de todos.

Durante todo o período colonial a existência de um mercado de doações de terras que perdurou até a lei de 1850, formou uma herança de potentados senhores que, pela “não” efetiva e obrigatoriedade da compra se expandiram e fortificaram as bases da dominação desse imóvel em todo o território colonial.

A grande empresa colonizadora sob a égide da produção canavieira proporcionou aos engenhos espalhados pelo litoral brasileiro (sobretudo no Nordeste) o real sentido dos negócios na colônia. Vera Ferlini coloca que para dar melhor coesão à produção do açúcar, em volta dos engenhos tinha de haver certa porcentagem de canas. Assim se pronuncia a respeito do tema:

o engenho não tinha significado sem os canaviais, e o Regimento de Tomé de Souza, ao estabelecer as condições de doação de terra, mostrava a independência entre o engenho e as terras caneiras. Aquele estatuto previa também a vinculação das lavouras ao engenho, cabendo a este metade da produção, pelo processamento. Essa relação deu às várias lavouras de cana o nome de partido, terras de partido<sup>50</sup>.

A terra e o engenho como um dos principais meios de produção foram o símbolo máximo de prestígio e poder; muitos gozaram desses bens e detiveram sob seu jugo muitos indivíduos. O repasse desses bens, por herança ou por outros meios, perpetuou uma grande e extensa ramificação da riqueza de poucos em detrimento da exploração de muitos.

<sup>49</sup> Sobre as definições desses mecanismos ver; FERLINI, Vera Lúcia A. Amaral em; *Terra, Trabalho e Poder*. São Paulo: brasiliense, 1988.

<sup>50</sup> FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Op. Cit., p. 170-171.

O Cariri não fugiu a esse contexto. As sesmarias foram doadas aos que dizimaram os nativos e se dispuseram a cultivar a terra que os brancos julgavam ser “devolutas”. A cana, principal produto comercial a ter realmente força na região, começou a ser plantada a partir da segunda metade do século XVIII. As plantações que circundavam os engenhos tinham sua coesão fundiária, cujas diferenças do litoral estavam apenas no perfil produtivo e na sua destinação mercantil.

A estrutura de doações de terras no Cariri, além das sesmarias, fez-se presente também aos mecanismos de posses, sítios e partidos. A aquisição e valorização desses fragmentos de terras residem na oportunidade em que a prática mais comum era a doação e a herança.

A expansão desses meios de produção está ligada às plantações de cana e aos engenhos, o que ocasionou a valorização das áreas em que existiam esses imóveis. “*Em todo Cariri de um século para cá valorizaram-se em notável escala os terrenos, particularmente, os adequados à plantação de cana de açúcar*”<sup>51</sup>. Com a detenção da terra, a exploração da mão-de-obra escrava e livre se tornou cada vez mais lucrativa. Foi nos sítios, posses e partidos que aos poucos se formaram os tentáculos econômicos dos primeiros senhores de engenhos do Cariri.

Com o cultivo da cana no Cariri, gradativamente se forma uma sociedade agrária, com característica senhorial semelhante à zona da mata pernambucana. Essa semelhança se fortalece com a grande influência que a Capitania de Pernambuco exerceu na formação do povoamento do Cariri. O legado deixado pelos colonizadores da vizinha capitania se traduz nos costumes que os senhores de engenhos mais abastados da região costumavam exercer. O folclorista Irineu Pinheiro afirma que “*nos bons tempos antigos almoçava-se à 9 horas da manhã, jantava-se às 3 da tarde e ceava-se ao anoitecer. Constava a ceia de chá verde da Índia com pão e manteiga do Reino, tapioca de coco, etc.*”<sup>52</sup>

Em relação à opulência, não se viu na sociedade senhorial caririense a pompa e o glamour que a sociedade de Pernambuco ostentou. A elite caririense obedeceu a um estilo mais simples, diferente do “esbanjamento” de riquezas que os senhores de engenhos da zona da mata pernambucana desfrutavam. Oliveira Viana destaca de que maneira esses abastados senhores que faziam parte da aristocracia rural pernambucana e suas esposas se comportavam.

(...) as mulheres andavam tão louças e custosas que não se contentavam com os tafetás, os chamalotes, os veludos e outras sedas, se não que arrojavam as finas telas e os ricos brocados; e eram tantas as jóias com que adornavam que pareciam chovidas nas suas cabeças e gargantas as pérolas, rubis, esmeraldas e diamantes.

51 PINHEIRO, Irineu. Op. Cit., p. 123.

52 Id. Ibidem., p. 99.



Entre os senhores de engenho e, o que parece, por esse tempo, a vida uma perpetua festa, uma ininterrupta troca de folgança e prazeres.<sup>53</sup>

Reforçando essa discussão, em sua obra *Engenhos de Rapadura do Cariri, Figueiredo Filho* explica de que maneira eram expostos as riquezas e o poder dos senhores de engenho da zona da mata pernambucana até finais do século XIX:

A fartura perdurou, nos engenhos grandes, até a Abolição. Ainda em 1870 davam-se em engenhos do Nordeste em que dezenas de famílias se reuniam para celebrar um aniversário, um casamento ou um batizado. Ao engenho festivo afluíam os convidados dos outros engenhos em carros de cavalo, carros puxados pelas melhores parelhas das coudelarias rurais. Eram finos e os cavalos e as éguas, às vezes ajaezadas de prata; e os pretos boleiros, alguns de cartola e de libré davam uma nota pitorescamente heráldica às carruagens<sup>54</sup>.

Ao contrário, nos engenhos do Cariri, segundo *Figueiredo Filho*, *não se via tal festança; a produção “dos engenhos mal dava para as despesas mais necessárias”*. A afirmação do autor tem uma certa coerência, a “simplicidade” até mesmo dos mais abastados estava estampada nos seus bens materiais quando arrolados nos seus inventários. As casas geralmente eram de taipa, cobertas de palhas e algumas de telhas, algumas caixas, bancos, mesas, pratos de louças, geralmente todos velhos. Vejamos alguns exemplos;

(...) declarou mais a sobredita inventariante haver ficado no seo casal por falicimento defalicado marido huma canastra já velha com seus acessórios (...) huma caixa já velha com fexadura (...) hum Rodoque de xita em bom uso, hum cabeçam de fustam branco já velho (...) huma casa de palha com huma porta e fexadura, três cangalhas (...) sítio de terras denominado Pedra Branca, Macacos e Queimadas.<sup>55</sup>

Embora no Cariri não se tenha formado uma sociedade opulenta, deve-se entender que esses senhores de engenho tiveram sua riqueza, e os poderes que obtiveram sobre seus subalternos ostentaram praticamente a mesma força que os poderes dos senhores de engenhos da zona da mata canavieira de Pernambuco. A diferença proporcional de poder entre ambos se deu pelo número de escravos e engenhos; estes, no Cariri, em relação aos de Pernambuco, eram muito inferiores em produção e mão-de-obra.

Embora há estudos que mostrem com maior rigor as semelhanças dessa formação e desse poder, é pertinente colocar os tipos de pessoas que com seus engenhos exerceram forte influência na sociedade caririense, reforçando as bases das primeiras famílias tradicionais do Cariri nos finais do século XVIII. Em Pernambuco, predominou o grande latifúndio; no Cariri, a presença do senhor com sua propriedade e seus escravos foi importante para a constituição dos laços sócio-econômicos da região. A seguir os nomes de alguns dos mais abastados proprietários do vale do Cariri, com destaque de suas principais propriedades.

53 VIANA, Oliveira. “Formação do Tipo Rural”. In: *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio 1951, p.28.

54 FIGUEIREDO FILHO, José de. Op. Cit., p. 25.

55 APEC. Inventário de Francisco de Oliveira Rocha. 1811, pacote, 17, processo, 5.  
APEC. Inventário de Antonio Paes Neves. 1816, pacote 16, processo 06.

**1- Capitão Domingos Jozé da Silva** (1791). Morador no Sítio dos Tiguais (Crato). Foi casado com Maria Asunção; possuía vinte e um escravos, um partido de cana, um engenho com todos os seus acessórios, um carro de boi, uma casa de morada, de taipa, coberta de palha, com sete portas, quatro janelas e cinco fechaduras e um aviamento de fazer farinha.

**2- Cipriano Pacheco** (1798). Morador no Sítio Missão Nova. Casado com Gertrudes Correia, possuía um engenho com todos os seus acessórios, um partido de cana, uma roda de moer mandioca e seus acessórios, quatro escravos, um pedaço de terra no Sítio da Missão Nova, outro de criar e de plantar no Sítio Canta Galo e um pedacinho na Serra de Santa Ana.

**3- Manoel Gomes de Lima** (1806). Morador no Sítio Missão Nova. Casado com Francisca Maria de Jesus, possuía seis escravos, uma casa de farinha, uma morada de casa coberta de telha com suas portas e janelas no Sítio Canta Galo, outra na povoação de Missão Velha, coberta de telhas, com quatro portas e uma janela, um engenho, um carro de boi, um partido de cana, um sítio no Canta Galo e um pedaço de terra na ribeira do Rio Salgado.

**4- Francisco de Oliveira Rocha** (1811). Morador na Fazenda Santa Cruz (Crato). Casado pela primeira vez com Vitoriana Bárbara e pela segunda com Maria de Jesus. Possuía uma casa de palha com uma porta e uma fechadura, um escravo, um sítio de terras na Pedra Branca, outro no Sítio dos Macacos, um no Sítio Queimadas e uma morada de casas de taipa coberta de telhas no Sítio dos Macacos.

**5- Simplicio Correia de Oliveira** (1829). Morador no Sítio dos Milagres (Crato). Casado com Maria Joaquina da Conceição, possuía uma morada de casa de tijolo e cal (na vila de Crato), um sítio de terras de criar e plantar chamado Barro Vermelho, uma posse de terras no Sítio Angico, um engenho, um sítio e uma parte de terras nos Mendes e quinze escravos.

**6- Comandante Leandro Bezerra Monteiro** (1835). Morador no Sítio do Juazeiro (Crato). Casado com D. Elza Jozefa do Sacramento, possuía trinta escravos e os seguintes sítios: Pedrinhas, Prazeres, Conselhos, Piçarras, uma propriedade denominada Santo Antonio com duzentas braças de terras, um engenho, um carro de boi, treze tarefas de cana, um sítio denominado Piláou no Piancó Província da Paraíba e uma porção de gado de várias qualidades<sup>56</sup>.

**7- Capitão Francisco Tavares Muniz** (1836). Morador no Sítio Thapera (Crato). Casado com D. Maria do Nascimento, possuía dezesseis escravos, uma parte do Sítio Thapera, um sítio de terras na Serra do Mãozinha; embora terras secas, terras de plantar

<sup>56</sup> Esse proprietário tinha além do acima descritos muito mais propriedades.

e lavrar; um sítio de terras lavradas, outro no Buriti, uma casa de vivenda, um casa de engenho com nove portas tudo no Sítio Thapera, outro engenho, um carro de boi, uma casa de morar na Santa Rosa (termo de Jardim), com oito portas e quatro janelas, uma casa de telhas na povoação de Milagres com seus móveis da melhor qualidade e uma morada de casa de telha na povoação de Missão Velha com cinco portas.

**8- Manoel Tavares Muniz (1841).** Casado com D. Maria de Jezus, possuía dezesseis escravos, uma casa na povoação de Missão Nova com oito portas e quatro janelas, outra na povoação de Missão Velha com três portas, três casinhas com aviamento e um cercado, uma casa, currais e um engenho no Sítio Gameleira, e mais cinco sítios nos seguintes locais; Missão Nova, Contendas, Mata, Missão Nova de Baixo, Cajueiro de Missão Nova e Canta Galo de Missão Nova (...) uma posse na Serra da Mãozinha e quatro posses no Sítio São Joaquim.

**9- José Paes Landim (1845).** Casado com Maria Izabel da Conceição, possuía uma posse de terra no Sítio de Santa Tereza, uma casa de morada coberta de telha, uma casa de farinha, cinco tarefas de cana e dois escravos.

Nos anos da efetiva colonização do Cariri (1750-1810), possuir esses tipos de bens dava poder e prestígio. O aumento dos partidos de cana, os engenhos, as posses, etc, geravam bons rendimentos, ocasionando o enriquecimento de quem os possuía; isso era a oportunidade de acumular riquezas, abrir e fortificar caminhos na ascensão social e sobretudo na influência política da região.

Ao deterem a posse de terra e engenhos, esses privilegiados senhores se tornaram aos poucos pontos de referência dentro da sociedade da época. Referência que se instaura nas oportunidades de trabalho e de produção de alimentos que os engenhos proporcionavam às diversas pessoas estabelecidas em suas dependências.

A propriedade da terra, que, para época, era o mais importante mecanismo de poder e de sobrevivência, tornava qualquer indivíduo de bem com a sociedade. Quanto à posse de escravo, funcionava de forma semelhante; possuí-los, era adquirir seu próprio veículo de comunicação, de ganho, de prazer, e força de trabalho.

No Cariri, embora os senhores tivessem em suas fazendas pouco número de escravos, é mister elucidar que as posturas de um senhor que tinha esse tipo de mão-de-obra, as condições materiais eram diferentes dos que não gozavam desse privilégio. Isto se torna evidente ao se analisarem os inventários de proprietários que tinham pouquíssimos

escravos, ou nenhum. Os seus objetos eram em menor quantidade comparados aos daqueles que detinham maior número de escravos<sup>57</sup>.

A expansão das propriedades, ocasionada pela produção da cana e da rapadura, veiculou as necessidades de manutenção de muitos moradores nas dependências das propriedades. Com isso se fortaleceram os laços de dependência pessoal entre esses indivíduos e os detentores de propriedades. As inúmeras categorias sociais desprovidas desses bens procuram posses e sítios para se instalarem. Nessa época em curto espaço de tempo ficavam totalmente dependentes dos donos desses imóveis. Essa dependência tinha seus significados e objetivos, que pairavam nas tentativas de encontrar os meios mais eficazes de estabilização de sua condição social.; essas possibilidades estavam na “venda” ou aluguel de sua força de trabalho, uma das formas de se arraigar na próspera região caririense<sup>58</sup>.

Além do aluguel da força de trabalho, originaram-se muitas práticas de relações de produção com os donos de posses e de sítios; o arrendamento, a parceria, a meia e outras formas foram mecanismos que estreitaram cada vez mais o vínculo do homem camponês com a terra e com o seu proprietário. Segundo Irineu Pinheiro:

alguns moradores dos sítios caririenses são também seus rendeiros. Plantam um tracto qualquer de terreno, limpam a cana, entregam-na no corte ao dono de engenho, que a transporta para o pé deste e a mói por sua conta, recebendo a meação das rapaduras feitas.<sup>59</sup>

A renda era um negócio lucrativo apenas para quem não morasse nas terras do senhor. Pois, ao término da produção, ficava livre para negociar com outros indivíduos. Quanto ao morador, era bem diferente: mesmo pagando sua renda, ficava sujeito ao seu patrão, sempre a dever, não lhe sobrava nada da produção, apenas o trabalho, e ainda tinha a obrigação de trabalhar determinados dias para seu superior. *“Entre os donos de terra e seus moradores, convencionou-se, no Cariri, que estes têm a obrigação de trabalhar nas roças daqueles durante determinados dias da semana, três ou quatro, por exemplo”*<sup>60</sup>.

A sujeição pessoal que trabalhadores livres e agregados mantinham com senhores de engenho, indubitavelmente, pairava nas ilusões que os muitos deserdados alimentavam ao chegarem à região; as esperanças de encontrar melhores oportunidades de sobrevivência forçaram esses homens a se sujeitar aos trabalhos nos inúmeros sítios caririenses.

A maior possibilidade de enriquecimento para quem ali se estabelecia era a agricultura; sendo uma atividade sedentária, dava melhores oportunidades ao homem livre

57 APEC. Inventários. Desses proprietários, se destacam quase todos os da década de 90 do século XVIII, e alguns dos primeiros anos do século XIX.

58 FIGUEIREDO FILHO, José de. Op. Cit., p. 42.

59 PINHEIRO, Irineu. Op. Cit.,121

60 Idem., p. 122.

de conseguir algo melhor que em outras localidades, coisa que não ocorria em outras regiões do interior da Capitania.

# **CAPÍTULO 2**

---

## **TRABALHO E COTIDIANO NOS ENGENHOS DE RAPADURA**

No primeiro capítulo, foram abordados alguns pontos que foram imprescindíveis para a estruturação da sociedade caririense. Neste se tratará dos primeiros engenhos construídos na região. Classificados como engenhos de pau, trapiches ou bangüês, serão estudados aqui quanto a sua localização, mão-de-obra, produção, trabalho e cotidiano.

As análises de alguns autores que estudaram a implantação dos primeiros engenhos no Brasil colônia, como também em outras regiões, abordaram, dentre alguns pontos os tipos, aparato técnico, capacidade produtiva, número de mão-de-obra, cotidiano, como também suas semelhanças e diferenças. Isto me levou a discutir alguns desses elementos existentes nos engenhos de rapadura do Cariri, observando, dentre esses elementos, suas diferenças e semelhanças relacionadas com as do litoral brasileiro.

Pelas discussões dos autores e viajantes que visitaram a região, e pelos objetos utilizados nos engenhos arrolados na documentação, foi possível rastrear o tipo, tamanho e capacidade dos primeiros engenhos instalados no Cariri. De acordo com esses autores, e com o que a documentação aponta, os primeiros engenhos do Cariri tiveram moendas verticais, típicas dos construídos nos primórdios da produção açucareira no litoral.

Surgidos como pequena indústria doméstica, nesses engenhos foi utilizada como primeira força de trabalho a mão de obra familiar. Comum nas pequenas propriedades dos sertões nordestinos, essa prática foi a responsável pela estruturação dos laços sociais e do aspecto da família interiorana. O patriarca, juntamente com seus filhos, trabalhava em sua propriedade.

De pequeno, médio e grande porte, esses engenhos não concentraram muitos escravos. O emprego do trabalho livre foi bem mais acentuado. Essa afirmação se revelava na hora em que se iam inventariar as propriedades dos senhores de engenho. Os escravos não tinham tanta expressividade.

Diferente dos engenhos do litoral, onde a mão-de-obra era na maioria formada por escravos, no Cariri o papel se inverteu. Voltada para o mercado interno, a produção da cana foi utilizada basicamente para a fabricação de rapadura e aguardente. Montados com a mesma organização de trabalho que os do litoral, os engenhos de rapadura tinham a mesma hierarquia de ofícios; ou seja, a organizada divisão social do trabalho.

Dentro dessa divisão social de trabalho e de produção, existiam várias categorias de trabalhadores. Dos mais simples e desvalorizados aos de maior destaque, todos tinham sua importância. Dentre os mais bem pagos aos de menor valor, cada um tinha suas tarefas



definidas. Mestres, carpinas, pedreiros, marceneiros, caldeireiros, esses eram algumas das categorias de trabalhadores existentes nessa divisão.

Nos engenhos do litoral, muitas dessas profissões eram exercidas por escravos. No Cariri, a pouca quantidade de escravos com profissões em cada inventário indica o contrário. O proprietário teve que contratar braços para essas tarefas, ou treinar alguns de seus escravos para ofícios mais difíceis e mais confiáveis, como o de mestre da rapadura.

Na hierarquia de trabalho nos engenhos, algumas categorias gozavam de certos privilégios; sobretudo a de mestre. Essa profissão tornava o praticante senhor de um saber, que exercia dentro e fora do ambiente de trabalho. Categoria que, dotada de certo prestígio, obteve relações estreitas com o senhor. As suas relações com os demais trabalhadores, os conflitos, o repasse do ofício, as ambições dos que queriam alcançar esse posto, tudo isso movimentou o seletto mundo desses indivíduos a buscarem estratégias de defesa de sua profissão.

O cotidiano da atividade produtiva do engenho, nesse período, foi palmilhado por inúmeros atores sociais, que se apegaram às suas várias alternativas de sobrevivência. Para quem detinha certo ofício de destaque e para quem tinha engenhos como importante meio de produção, as condições materiais não eram tão mesquinhas. Os que ficavam à procura de sobreviver sofriam os martírios da exclusão; a realidade interiorana era difícil para todos, mas era ainda pior para os que apenas tinham seus braços para alugar.

A sobrevivência no interior era difícil. As dificuldades só eram suavizadas quando se encontravam filetes verdes propícios a cultivos e produção de alimentos. O Cariri cearense foi um desses oásis no meio de um sertão inóspito. Na região, muitos indivíduos se abastaram com a produção de rapadura. Ser proprietário de um pequeno engenho era sinônimo de boa vida e **status** social.

As moagens, ponto alto da atividade canavieira, concentravam inúmeros trabalhadores e indivíduos de toda estirpe que, na esperança de melhor sobreviver, tinham nas moagens a realização máxima do seu trabalho e de sua melhor condição de vida. Nas moagens havia oportunidades de se engajar em muitos tipos de trabalhos e se estabilizar no rico solo caririense.

Durante as moagens, o cotidiano tinha ritmo mais acelerado e as atividades ganhavam tons festivos. A produção abastecia todas as vilas e regiões limítrofes, alimentando cada vez mais o próspero comércio na eminente região sul-cearense.

Pelos objetos arrolados nos inventários, é possível vislumbrar que a produção de rapadura proporcionou ótimas condições aos que dela faziam seu meio de vida. Esse e outros questionamentos serão discutidos ao longo das páginas que se seguem.

## 2.1 OS TIPOS DE ENGENHOS NO VALE DO CARIRI

Stuart Schwartz afirma que “*as técnicas da produção do açúcar foram essencialmente as mesmas em todas as colônias americanas e o que diferenciou umas das outras foram apenas alguns detalhes em distintas regiões*”<sup>1</sup>. Nesse sentido, identificar os tipos de engenhos construídos no Cariri, e evidenciar suas distinções, requer uma breve análise de algumas discussões sobre os tipos de engenhos implantados no Brasil e em outras regiões.

Vera Ferlini, em seu trabalho *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial* (1988), aborda questões importantes sobre os tipos de engenhos introduzidos no Brasil. No item em que trata das técnicas e equipamentos ela afirma que

tentando equilibrar o volume do caldo com o tempo do cozimento, necessitou que aperfeiçoassem os tipos de moendas nos engenhos; para isso, foi adotado o sistema de entrosa. Foi a primeira moenda desenhada especificamente para o açúcar, podia ser movida a bois, cavalos, escravos ou água (...) Os cilindros ou prensas, nessa moenda, eram verticais e a cana passava entre os cilindros rotativos, podendo ser repassadas pelo outro lado. O engenho de entrosas tornou-se o mecanismo usual de moagem na América<sup>2</sup>.

Nessa perspectiva, a autora coloca que existem duas correntes que abordam as origens desse mecanismo; a primeira é de que tenha sido “*um revivimento da produção siciliana no século XV*”, e a segunda “*teve a interpretação de sistema de palitos que apareceu no Peru e logo foi adotado no Brasil em meados do século XVII*”. Esse sistema de palitos foi considerado um avanço na indústria açucareira.

Sobre esse sistema de palitos, Stuart Schwartz reforça essa discussão, porém é categórico ao afirmar que

Não se sabe até hoje quem foi o responsável por essa ruptura tecnológica. Frei Vicente do Salvador, o primeiro historiador brasileiro, escreveu em 1627 que um padre espanhol vindo do Peru introduziu a nova moenda durante a administração de dom Diego de Meneses.<sup>3</sup>

Não só os aparatos técnicos foram praticamente iguais na América, como também a estrutura e organização social e de trabalho. Na América Central, temos o estudo de Manuel Moreno Fraginals que realizou um magnífico trabalho sobre a produção do açúcar em Cuba. No seu trabalho, pairam importantes discussões sobre características, perfil produtivo, mão-

1 SCHWARTZ, Stuart. *B. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. Tradução. Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1985. p.95.

2 FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: brasiliense, 1988, p.113.

3 SCHWARTZ, Stuart. Op. Cit., p. 118.

de-obra, técnica e comércio nos primeiros engenhos na referida ilha. No livro intitulado *O Engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano* (1988), afirma que

até meados do século XVIII, o engenho foi uma instituição marcadamente agrícola, em cujo capital constitutivo, predominavam o valor das terras para os canaviais, as matas para reserva de combustível, os bois e os pastos, as lavouras de subsistência de escravos e empregados e os implementos tipicamente agrícolas. Eram pequenos trapiches de tração animal, com três a cinco caldeiras para concentrar o suco da cana, cerca de trinta a quarenta escravos (...)⁴.

Fraginals destaca alguns aspectos que encontrou semelhantes ao Brasil; primeiro, por ser uma máquina a exercer um processo fabril de produção de açúcar rudimentar que empregava força motriz animal e que dependia do trabalho agropecuário. Segundo, sendo essencialmente agrícola, os trapiches se constituíram nos finais do século XVIII, em células auto-suficientes de produção em suas dependências. Neles,

os trabalhadores, escravos e libertos comiam milho e tubérculos oriundos de cultivos locais e carne das criações de propriedade. Viviam em suas cabanas, cultivavam suas pequenas parcelas de terras numa forma de exploração agrícola elementar (...)⁵

No rico conteúdo que o trabalho de Fraginals concentra, devem-se observar as semelhanças das atividades de subsistência existentes em volta dos engenhos construídos no Brasil, e que vêm confirmar as colocações de Schwartz.

Em Cuba, na observação de Fraginals os primeiros engenhos “*iniciaram como pequenos centros de beneficiamento e transformação de uma matéria de origem agrícola em cujo plantio, cuidado, corte e transporte era investida uma percentagem de força de trabalho*. As semelhanças não param por aí; quanto ao caráter e ao tipo de engenho, ele assim o descreveu:

o engenho típico do século XVIII tinha certo caráter de indústria doméstico-rural. As tarefas agrícolas eram efetuadas com técnicas rudimentares (...) o corte e o apanho eram, naturalmente, tarefas manuais, o transporte de cana ao trapiche era feito em pequenas carroças de duas rodas e uma única junta de bois, com carga média de oitenta arrobas (...) As moendas ou trapiches eram de madeira, com três rolos ou cilindros verticais, entre os quais era espremida a cana; seu movimento era distribuído por meio de alavancas em número par, acionadas por bois. Na realidade, mantinham quase o mesmo desenho e as mesmas características técnicas dos trapiches instalados no Brasil em fins do século XVII⁶.

No Brasil, dentre os vários autores que estudaram a colônia, Fernando de Azevedo foi um deles. Em seu trabalho *Canaviais e engenhos na formação política do Brasil* (1958), traz informações importantes sobre as atividades e os tipos dos primeiros engenhos que produziram açúcar. Ele destaca que

(...) os primitivos engenhos de cana – os mais antigos que se introduziram na colônia (...) eram de dois cilindros ou moendas verticais, justapostas e, em geral de madeira movidas a água e por junta de bois. Somente mais tarde, nos princípios do século

4 FRAGINALS, Manoel Moreno. *O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano*. Tradução. Sonia Rangel e Rosemary C. Abílio. Vol. I, São Paulo:HUCITEC, UNESP, 1987, p. 68-69.

5 Idem., p.69.

6 FRAGINALS, Manoel Moreno. Op. Cit., p. 92-93.

XVII ou talvez mesmo no crepúsculo XVI, é que entraram em uso as moendas horizontais de ferro<sup>7</sup>.

Até a presente discussão, tanto no Brasil como em outras regiões que produziram açúcar, os engenhos tinham praticamente os mesmos aparatos tecnológicos. Ao longo das análises dos autores citados, esses engenhos perduraram até os finais do século XVIII. Segundo eles, esses engenhos tinham suas moendas dotadas de três cilindros de madeiras (denominadas de palitos), colocados verticalmente ou horizontalmente, vez por outra recobertos de ferro para agüentar a pressão do trabalho.

A partir dos finais do século XVIII e princípio do século XIX, nas regiões produtoras de cana de açúcar, buscava-se substituir as moendas verticais (palitos) por moendas horizontais. Segundo Friginals:

procurava-se um sistema de engrenagem ou colocação de rolos que, com a menor potência possível, moesse com maior velocidade uma maior quantidade de cana. Foi modificada a posição dos rolos, experimentando-se a colocação horizontal, e reformou-se o sistema de transmissão<sup>8</sup>.

Dentro dessas tentativas de melhoramentos dos tipos de moendas, Vera Lúcia Amaral Ferlini assegura que a mais importante invenção foi a moenda de três rolos horizontais, triangular, que veio substituir os engenhos que eram estruturados com as moendas verticais, os chamados “engenhos em pé”. Segundo a autora, a moenda foi “inventada” em 1754, por John Semeanton, cuja fabricação em série começou em 1794; segundo ela, “*essas moendas foram bastante usadas no Brasil no século XIX*”<sup>9</sup>.

Mesmo com essa última “invenção”, no Brasil, os primitivos engenhos não perderam sua importância; para Azevedo,

nessas fábricas primitivas, mergulhadas no silêncio do fogo morto, ou fumegando ainda no seu trabalho de espremer canas e fabricar açucares e meles, nessas engenhocas de bugio ou movida a água, em recantos esquecidos, como que acanhadas no fundo de vales, nas fraldas de morros ou à beira de rios, tem-se a imagem do bangüê que foi a “fábrica de um ciclo que já passou”, e, sobrevivendo, na paisagem industrial de hoje, marca um contraste tão vivo quanto pitoresco com as usinas modernas (...) inúmeros agrupamentos agrários e de pequena indústria para o fabrico da rapadura e açúcar bruto, em que ressurge, para prazer dos olhos, a técnica antiga, apanhada ao vivo e postas em relevo nos fragmentos esparsos de uma velha civilização<sup>10</sup>.

Nas capitâneas em que a produção do açúcar não teve tanta expressão, esses engenhos perduraram por mais tempo. Com sua estrutura rudimentar apropriada para a fabricação apenas de rapadura e mel para alimentação das vilas, os trapiches foram mais resistentes às inovações técnicas; aí é onde se constata as diferenças em relação aos demais engenhos.

7 AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*. 2ª edição, Vo I. Edições Melhoramentos, IAA, 1958, p. 164-165.

8 FRAGINALS, Manoel Moreno. Op. Cit., p. 96.

9 FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Op. Cit., p. 120.

10 AZEVEDO, Fernando de. Op. Cit., p. 163-164.

Um dos estudiosos dos engenhos do Cariri, ao viajar pela região, flagrou um exemplar de um desses primitivos engenhos. Segundo ele,

foi, há vários anos, quando viajava em costas de burro, de Crato para Assaré, que me deparei, pela primeira vez com um velho e sonolento engenho de pau. Vi-o com suas moendas verticais a descansarem preguiçosamente dos poucos meses de trabalho.<sup>11</sup>

No que se refere à utilização da mão-de-obra escrava, em nenhum momento superou a mão-de-obra livre. Nem na região sul da Capitania, local em que teve maior incidência de engenhos, houve superação. Trapiches e bangüês foram unidades de produção espalhadas pelas zonas de serras do Ceará, desenvolvendo apenas o suficiente para o consumo doméstico, cuja maior intensidade ficou realmente ao sul, na região dos Cariris Novos<sup>12</sup>.

Do ponto de vista das técnicas, numa localidade que não atendia as exigências do mercado açucareiro, as principais preocupações de investimentos em tamanho e melhorias nas técnicas dos engenhos ficaram em segundo plano; isso acarretou, nos engenhos bangüês, a permanência de técnicas rudimentares por muito tempo.

A falta de melhorias técnicas nas regiões de baixa produtividade açucareira, motivou, dentre outras diferenças, o tipo de relações mercantis. Essas relações tiveram maior intensidade nas comunidades interioranas. A prática do escambo ficou por muito tempo como a tônica das transações de mercadorias.

Dos muitos viajantes que visitaram o nordeste no século XIX, alguns davam um jeitinho de conhecer o interior. Koster, Gardner, Tollenare, Frei Alemão e outros não mediram esforços e enfrentaram obstáculos para registrar alguns dos aspectos desse interior que praticamente “desconhecia” a tentação do lucro.

Os esforços desses viajantes nos legaram alguns vestígios sobre o cotidiano do sertão do Nordeste brasileiro no referido século. A precariedade climática, a vegetação, a economia e, principalmente, o comportamento dos indivíduos foram motivos de relatos desses homens apaixonados pelas insólitas paisagens do interior brasileiro.

No interior dessas capitânicas, sobretudo na do Ceará, onde a cana não se desenvolveu com intensidade (salvo a região do Cariri), as peculiaridades econômicas e sociais tiveram apoio na pecuária extensiva e na produção de rapadura desses engenhos. As descrições dessas atividades estão estampadas nos diários desses viajantes que se aventuraram pelo interior dessas capitânicas.

Frei Alemão, ao visitar a Capitania do Ceará, documentou como eram construídos os primeiros engenhos. Segundo ele

11 FIGUEIREDO FILHO, José de. *Engenhos de Rapadura do Cariri*. Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro: 1958, p. 47.

12 A Serra da Ibiapaba, foi também uma área em que se produziu rapadura no período colonial do Ceará.

eram fábricas brancas mas quase todos que tenho visto têm moendas de ferro (...) Alguns têm moendas, mesmo de ferro, expostas ao tempo, ou apenas com uma coberta de palha; só a casa de cozinhar é que é fechada, com bangüês, fornalhas e alambique de tijolos; mas tudo sempre em proporções mesquinhas comparando com os do Rio.(...) As moendas são de ordinário puxada por bois<sup>13</sup>.

No bojo dessas discussões, já nos é possível evidenciar o Cariri e vislumbrar que tipos de engenhos foram ali construídos. Ali, trapiches e bangüês certamente dominaram a paisagem econômica; essa afirmação está fundamentada nesses três momentos: primeiro, no período em que as inovações foram disseminadas, sobretudo a do inglês citado por Ferlini, o Cariri já era bem conhecido como grande produtor de rapadura, reforçando a tese de que os primeiros engenhos construídos na localidade poderiam ter sido nos moldes dos que foram descritos nos estudos supracitados; segundo, esses engenhos tinham, juntamente com suas instalações, casa de farinha, onde era beneficiada a mandioca, essencial para a alimentação dos escravos; terceiro, sempre que era arrolado um engenho, geralmente vinham a reboque covas de mandioca e casa de farinha. Vejamos o arrolamento no seguinte inventário:

declarou mais inventariante aver huma casa de engenho nova no Citio das Criolas com moendas e virgem (...) dois coxos de aparar garapa (...) vinte tres tarefas de cana moedeira (...) vinte sinco mil covas de mandioca no Citio Criola (...) aseçorios de hum aviamento de fazer farinha (...)<sup>14</sup>

As diferenças entre os engenhos trapiches de uma zona canavieira e de outra de menor envergadura configuram-se em vários quesitos; primeiro, numa zona de grande escravaria, o perfil de produção era em larga escala; segundo, pelo número de trabalhadores, o ritmo de produção eram bem mais intensos; terceiro, a quantidade de trabalhadores livres era muito inferior à dos trapiches de uma zona de pouca produção de cana.

Nas zonas de pouca produção (nesse caso, o Ceará), predominaram os engenhos puxados por tração animal. Os chamados engenhos “reais”, movidos a força hidráulica, não tiveram tanto espaço nessa Capitania. A escassez de rios perenes e a baixa fertilidade do solo para a cana inibiram qualquer empreendimento mais avultado nessa Capitania.

Um outro fator que também pode ser aqui elucidado é que a localização do Cariri não favoreceu uma produção em larga escala. Maria Socorro Brito coloca que a localização da região, longe do litoral, foi um dos elementos constituidores da restrição da produção da rapadura ao comércio local. Segundo a autora, o fator distância “impedia que esse se transformasse em um estímulo ao aumento da produção.”<sup>15</sup>

Nesse aspecto, no Cariri, “totalmente voltado” para uma economia de subsistência, não houve possibilidade de se construírem engenhos de grande porte como os chamados

13 Os manuscritos do Botânico Frei Alemão. Catálogo e transcrições de Darcy Damasceno e Waldir da Cunha. In: Anais da Biblioteca Nacional, Vol. 81, Rio de Janeiro: 1961. (direção de publicação e divulgação 1964), p. 198.

14 APEC. Inventário de Francisco Xavier de Souza, 1847, pacote 17, processo 10.

15 BRITO, Maria Socorro. *Mudança na Organização do Espaço: o novo e o velho Cariri Canavieiro cearense*. Fortaleza: IOCE, 1985, p. 31.



“reais”; os engenhos de pau (trapiches) davam muito bem para suprir a carência da localidade.

Em *Sertão do meu Tempo* (1988), Januário Feitosa assim descreveu um engenho de pau:

a princípio, apareceram os engenhos de madeira, estilo rústico e desajeitado. Na confecção desses engenhos primitivos era utilizada a madeira baraúna, conhecida aqui por grande resistência e fácil conservação. O engenho constava de três moendas medindo cerca de um metro e meio de comprimento por aproximadamente oitenta centímetros de diâmetro. Montadas em sentido vertical ou horizontal, eram puxadas por uma junta de bois, em forma circular, sendo a cana esmagada para dela extrair o caldo que era fervido e transformado em rapadura.<sup>16</sup>

Estou convencido de que os primeiros tipos de engenhos construídos no Cariri foram os de palitos, dotados de moendas verticais que, sem sombra de dúvidas, foram fabricados antes da utilização das moendas horizontais e triangular.

Consultando os inventários, constatamos que bois de engenhos ou “bois mansos”, cavalos de fábrica, tachos e caldeiras caracterizavam os animais e materiais utilizados por esses engenhos de moendas verticais. A cada inventário, arrolamos o total de bois mansos, e, de acordo com a quantidade, classificamos o seu porte. Para essa classificação, fizemos a seguinte distinção: o inventário que tivesse seis bois mansos, que corresponde a um total de três juntas, esse seria de pequeno porte; o que tivesse oito bois, a quatro juntas, seria de médio porte; dez bois, correspondentes a cinco juntas, seria de grande porte. No resultado geral, 60% eram de pequeno porte, 30% de médio porte e apenas 10% era de grande porte. Quanto aos cavalos, eram utilizados com menor frequência, pois eram muito ariscos; de vez em quando se assustavam, podendo quebrar toda a engrenagem do engenho.

Os engenhos de pequeno porte, dotado de duas a três juntas, produziam menor quantidade de rapaduras. Com apenas seis bois, o trabalho era lento; os bois só agüentavam em média três a quatro horas; tendo que trocar por outra junta, nessa dinâmica os trabalhos não durariam todo o dia, as juntas de bois anteriores só se recuperariam no dia seguinte. (*Não se sabe se usavam as mesmas juntas duas vezes ao dia*). A partir de quatro juntas já era possível trabalhar todo o dia; com isso aumentava a produção e o número de trabalhadores.

De pequeno, médio ou grande porte, os engenhos do Cariri sempre produziram mais do que os de outras regiões. Produziam em média 15, 20 e até 30 cargas de rapaduras diárias. Na observação de Figueiredo Filho, “*para dentro do agreste, há vários engenhos de paus a moerem pachorramente, de 2 a 3 cargas de rapadura por dia, enquanto no Cariri muitos produzem de 20 a 30 cargas, em igual período*”<sup>17</sup>.

16 FEITOSA, Januário. *O Sertão do Meu Tempo*. Fortaleza: IOCE, 1988, p 26.

17 FIGUEIREDO FILHO, José de. Op. Cit., p. 46.



Vale ressaltar que o autor não se refere aos tamanhos dos engenhos que produziram de 20 a 30 cargas de rapaduras diárias. Para produzir esse montante, o engenho teria que ter no mínimo cinco juntas de bois. Num engenho de pequeno porte, *“com duas juntas de bois adestrados, eram feitas de cinco a oito cargas de rapadura por dia de trabalho”*<sup>18</sup>.

Concluindo esse primeiro item, não deixaremos de citar George Gardner, viajante inglês, que foi também um dos obstinados observadores das paisagens nordestinas. Observador perspicaz, em sua viagem pelo interior do Nordeste, escreveu sobre cada ambiente que visitava. Em seu itinerário pelo Jaguaribe, passando pelo Icó, percorreu as principais planícies da região e ficou maravilhado ao aproximar-se do Cariri. E assim o descreveu: *“na manhã seguinte, oito de setembro, continuamos o caminho (...) a rota era agora em uma região mais rica que as que eu vi até então na Província, coberta de matas na maior parte cheias de folhagens”*<sup>19</sup>.

Em termos naturais, nesse período, o Cariri se constituía de frondosas árvores e de um vasto vale de terras baixas, úmidas, e muito férteis. Nos locais por ele percorridos, as imagens que se ofereciam à sua retina eram realmente encantadoras. Com elevações sinuosas em direção ao pé da chapada do Araripe, viam-se as inúmeras correntes de água oriundas das nascentes situadas no sopé da Serra, cujas correntezas irrigavam as terras baixas ao longo do vale, possibilitando o ritmo e a organização das atividades humanas da localidade.

A presença de rios, e sobretudo das fontes de águas, alimentava várias plantações frutíferas ali existentes. Ao mesmo tempo em que facilitava a vida da população, as nascentes eram úteis à irrigação das plantações de cana em tempos de escassez de chuvas. Segundo o viajante, os quintais das casas, que via a cada instante que penetrava na Vila de Crato, tinham um pequeno sítio, geralmente com plantações de cana e com engenho em volta.

na mesma tarde, após jornada de duas léguas e meia, chegamos à vila de Crato. A estrada era toda plana e arenosa, a região ao sul coberta de grandes árvores, ao passo que o Norte, muito plano era principalmente plantado de cana de açúcar, vendo-se a estreitos intervalos diversas casas, cada qual com um engenho e uma caldeira ao lado, para converter o suco da cana em rapadura<sup>20</sup>.

Em visita a um desses trapiches em atividade, escreveu:

tive muitas ocasiões de ver nesse engenho, como se faz a rapadura. A moagem e o cozimento do suco da cana se processem ao mesmo tempo. O engenho é de construção muito tosca, compondo-se de uma armação com três moendas verticais de pau, entre as quais a cana passa para se exprimer o suco que se recolhe num receptor embaixo, donde escorre para um cocho escavado no tranco de grande árvore.<sup>21</sup>

18 FEITOSA, Januário. Op. Cit., p. 26.

19 GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil* (1836-1841). Tradução de Milton Amado. São Paulo Ed. USP, 1975.

20 GARDNER, George. Op. Cit., p. 92-95

21 Idem. P. 92-95.

Não adentraremos aqui nas discussões de ordem tecnológica mais profundas, o que queremos é discutir de que maneira o cotidiano no interior desses trapiches foi construído; os trabalhadores, as relações de trabalhos, as condições etc. O trapiche existiu na região, por muito tempo, e sem sombra de dúvidas, foi o responsável pelas dimensões sociais e econômicas que hoje o Cariri possui.

## 2.2. A MÃO-DE-OBRA FAMILIAR, ESCRAVA E LIVRE

Nesse item, torna-se necessária uma pequena abordagem sobre a mão de obra familiar. Como característica principal do interior, na maioria dos casos, o patriarca trabalhava em sua lavoura juntamente com seus filhos. Essa prática foi, segundo alguns estudiosos, uma das principais características da formação social do interior do Nordeste.

Raimundo Girão, em *“Pequena história do Ceará”* (1962), traz algumas discussões sobre o processo de formação social do interior do Nordeste. Tendo como base a pecuária, ele tece algumas observações sobre as condições em que se formou a sociedade interiorana. Para o autor, o “todo poderoso” fazendeiro comandava seus subalternos tal qual os grandes senhores de engenhos:

a casa da fazenda” teve a função da “casa grande” dos engenhos nas zonas do açúcar. O “fazendeiro” valia o “senhor de engenho”. A diferença era só do luxo, da maneira mesma de cada um se apresentar.- Identificam-se no princípio da autoridade sobre a organização de seu “feudo”<sup>22</sup>.

O patriarcalismo, dentro de sua forma mais acentuada, gerou em seu interior toda uma rede de poder que até hoje se vê nas relações familiares mais tradicionais do interior. Originados no período colonial, seja o fazendeiro ou o senhor de engenho, ambos foram responsáveis pelos mais fortes laços de dependência pessoal do período. Essas dependências se fortaleceram na medida em que os deserdados de bens materiais buscavam formas de sobreviver em um ambiente caótico, como foi o interior do nordeste. Nessas condições, pequenos privilegiados que detinham a terra dominaram toda uma situação social em que muitos sofriam para se firmar e sobreviver em suas dependências. Na observação de Girão, quem

dirigia e trabalhava era o dono da fazenda, onde crescia o número de agregados ou moradores, em grande parte índios mansos que, por fim, constituindo família, ali ficavam como pessoas de casa, para integrar aquele pequeno mundo, ao qual se “encostavam” forasteiros, o mais das vezes fugitivos da justiça ou da ação vingativa de parentes de suas vítimas<sup>23</sup>.

Nos trabalhos desenvolvidos na fazenda, além dos agregados, também trabalhavam os filhos e filhas do fazendeiro. Geralmente, eram numerosas as famílias desse período. Pra-

22 GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. 2ª edição, Fortaleza: Instituto do Ceará, 1962, Cap. XI. p. 112.

23 GIRÃO, Raimundo. Op. Cit. p.112-113.

ticamente ninguém escapava aos trabalhos, em que, sob a autoridade do patriarca, eram “subjugados” filhos e moradores, “mantidos em regime de dura austeridade, que não raro descia à brutalidade, viviam na casa da fazenda a família – a mulher, as filhas, os filhos, todos empenhados, de mãos calosas, na labuta diária”.

Uma das causas de os donos de fazendas trabalharem juntamente com seus filhos era a diminuta quantidade de mão-de-obra que a pecuária requeria; poucos escravos e alguns agregados eram suficientes para a realização das tarefas.

Na atividade canvieira (desenvolvida com maior incidência no Cariri), o panorama foi bem diferente; ao contrário da pecuária, essa atividade necessitou de uma grande quantidade de trabalhadores. De pequeno porte em relação aos do litoral, ainda assim, os engenhos de rapadura abarcaram uma quantidade de trabalhadores maior do que a pecuária.

As características de uma grande família rural provinham da quantidade de objetos que ela possuía - casas, lavouras, benfeitorias, enxadas, foices, machados - e da quantidade de filhos. Assim, não descartamos as possibilidades de o próprio senhor ter se envolvido na luta do dia-a-dia em seu engenho de rapadura. A lógica de que quanto mais filhos maior a quantidade de mão-de-obra e economia na compra de escravos nos dá elementos para refletirmos sobre essa possibilidade.

Numa sociedade patriarcal, os filhos do sexo masculino sempre eram bem vindos. A quantidade possibilitava muitas vantagens; além da segurança da família em meio à violência, havia as oportunidades nas relações de casamentos. O dote trazido pela futura esposa tornava o filho varão mais um herdeiro a liderar a família. Outra vantagem era o trabalho; juntos, os filhos auxiliavam nas tarefas de manutenção das fazendas, sítios, vivendas, posses e outros bens.

Essas afirmações nos foram possíveis pelas análises que fizemos nos inventários de proprietários que tinham muitos filhos. Nesses casos, era geralmente reduzido o número de escravos. Francisco de Oliveira Rocha<sup>24</sup> tinha seis filhos e apenas um escravo. Miguel Gonçalves Ferreira Muniz<sup>25</sup> tinha nove filhos e apenas quatro escravos. Deste modo, a importância de gerar muitos filhos girava em torno desses interesses e necessidades.

Outras vantagens em ter muitos filhos nesse período, eram as preocupações da manutenção da propriedade. Os proprietários estabelecidos em um determinado local automaticamente tentavam manter vínculos com outras famílias abastadas. Com isso, possibi-

<sup>24</sup> APEC Inventário. 1811, pacote 17, processo 5.

<sup>25</sup> APEC Inventário. 1836, pacote 16, processo 9.

litavam a abertura das portas para entendimentos de negócios e manutenção do poder. Os casamentos entre filhas e filhos dos proprietários (repito) eram práticas comuns.

### 2.2.1. O escravo: trabalhador do campo e de enxada

O processo de produção do açúcar no Brasil colônia atendeu a toda uma complexidade de interação de força de trabalho (escrava e livre) que foi própria de sua formação. A produção extensiva e a divisão de trabalho constituíram a melhor proposta econômica encontrada para a obtenção do açúcar em larga escala.

Antes de ser processada nos engenhos a cana passava por várias etapas; cada uma delas concentra certa quantidade de indivíduos. Vera Lúcia Amaral Ferlini faz referência a essas etapas. Segundo ela,

Iniciava-se com a derrubada e as queimadas das matas. A tarefa de limpar a terra, tirando tudo que podia servir de embaraços, era o passo seguinte (...) estando o terreno limpo, os escravos procediam à preparação do terreno, abrindo regos de palmo e meio de largura, com um canalhão ao meio<sup>26</sup>.

O inglês Henry Koster, em suas incursões por propriedades pelo Nordeste, presenciou muitas vezes esses trabalhos. No seu diário, documentou que as aberturas dos regos para o plantio da cana eram feitos por grupos de escravos, que no impulso simultâneo dos braços feriam a terra abrindo pequenas valas para que a cana fosse plantada. Ele assim escreveu:

os negros se enfileiram de um lado, cada um ferindo a terra com seu instrumento, imediatamente diante de si, formando uma trincheira de cinco ou seis polegadas de profundidade. Toda a fila recua e repete a operação, de um lado para outro, limpando o chão, dos álveos rios ao pé das elevações<sup>27</sup>.

Entre os diversos estudos realizados sobre os vários setores da atividade açucareira, na maioria deles há um considerável vácuo no tocante às relações de trabalho entre os escravos que trabalhavam no campo. Para Stuart Schwartz,

os historiadores modernos e contemporâneos deram maior ênfase a outros aspectos da produção açucareira e do escravismo, e deixaram de lado o aspecto central da escravidão que foi o trabalho no campo. A concentração maior de trabalhadores era em sua maioria no campo os quais definiram a essência da produção<sup>28</sup>.

O trabalho no campo, atendendo a normas da grande produção exportadora, “era realizado de forma bastante rígida e organizada”. No tempo da colheita, os trabalhos se intensificavam ainda mais. Para facilitar maior produção no corte das canas era utilizado o método

26 FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Op. Cit., p. 141.

27 KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução e notas de Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo-Rio de Janeiro-Recife-Porto Alegre: Companhia Editora nacional. 1942, p. 425.

28 SCHWARTZ, Stuart. Op. Cit., p. 127-128.

de cotas ou mão em que “*para cada dupla de escravos era estipulado um certo número de mãos diárias.*”<sup>29</sup>

Durante o século XVII, geralmente, a cota era de sete mãos. Com as pressões dos cativos, essas cotas foram diminuindo, e nos finais do século XVIII a cota diária era de seis mãos. Porém, com as reclamações e as reivindicações dos escravos do engenho Santana no recôncavo baiano, a cota passou para cinco mãos diárias; mas não se sabe conseguiram estendê-la para outras localidades<sup>30</sup>. Quanto ao Cariri, ignora-se como era o mecanismo de corte de cana nos engenhos; sabe-se que na atualidade as cotas são baseadas na quantidade de cargas cortadas por dia. Como não foram profundas as mudanças na estrutura de trabalho, supõe-se que no início da colonização seria esse mesmo mecanismo<sup>31</sup>.

Schwartz afirma que o trabalhador do campo ou de enxada “*era sempre maioria e perfazia mais da metade (...) talvez fosse de indivíduos jovens ou velhos demais para trabalhar, então o restante pertenceria mais provavelmente à categoria dos trabalhadores de enxadas*”<sup>32</sup>. Sendo um dos mais árduos trabalhos, era geralmente executado pelos que não tinham qualificação.

Outro fator que merece destaque nessa categoria de trabalhador é que, apesar de ser maioria na produção do engenho, os escravos que trabalhavam no campo não tinham tanto valor comercial quanto os que trabalhavam na casa de engenho. Segundo Stuart, *esse tipo de trabalhador tinha em média o valor de 150 mil reis*”<sup>33</sup>.

A importância que se deve dar a essa categoria de trabalhador se acentua no tempo em que ficavam juntos no trabalho. O trabalho no campo, apesar de ser árduo, era um excelente espaço de trocas de experiências. O campo se tornou um ambiente rico em muitos comportamentos dos inúmeros indivíduos ali envolvidos.

De acordo com o sistema de administração do engenho, das articulações discutidas durante o trabalho no campo e concluídas nas senzalas, a fuga era uma das ocorrências principais. Isto era possível não apenas por ser um local em que se ocupavam muitos escravos, mas também por serem os inúmeros escravos utilizados nesse tipo de tarefa originários, ou praticamente descendentes, de uma só nacionalidade. Os seus próprios dialetos possibilitavam um melhor entendimento entre eles<sup>34</sup>.

29 Idem., p. 128.

30 Segundo Stuart, no século XVII, a conta para cada escravo era muito maior. Exigiam um total de 12 mãos, igual a 4.200 canas diárias; mais tarde, no século XVIII, baixou para 5 mãos, correspondendo a 2.500 canas diárias.

31 Sobre os engenhos de rapadura em atividade na atualidade ver; CUNHA, Ângela Monteiro, SANTOS JUNIOR, José Neiva. (coords) *Estudo da Competitividade do Sistema agroindustrial da região do Cariri*. Fortaleza: BNB, FUNDETEC. 2001.

32 SCWHARTZ, Stuart, Op. Cit., p. 136-137.

33 Idem., p. 137.

34 Sobre discussões que envolvem planejamentos, fugas e rebeliões de escravos ver; GOMES, Flavio dos Santos. Em; *Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

Não foi possível saber se os escravos dos senhores de engenhos do Cariri eram todos da enxada. Se trabalharam diretamente no campo ou se eram todos domésticos. Pelas características das propriedades, entendemos que foram utilizados em diversos setores, menos nos mais árduos. O escravo que custava até 500 mil réis não era comprado para realizar tarefas que colocassem em risco sua saúde. Sendo o mais valorizado bem do proprietário, era vigiado praticamente vinte quatro horas, e por qualquer tentativa de fuga era “castigado” com “severidade”.

Apesar de realizarem tarefas suaves ou ligeiramente árduas e da constante vigilância, ainda assim os escravos conseguiam fugir. O Jornal *O Araripe*<sup>35</sup> foi um dos principais veículos de comunicação que denunciavam essas fugas. Irineu Pinheiro afirma que “no semanário *O Araripe se vêem anúncios de escravos fugidos, à margem a figurinha de um negro a correr, com um pau à mão*<sup>36</sup>”. Segundo o autor, o jornal foi o meio mais eficaz de procurar escravos fugidos.

Nosso intento não é discutir tais planos de fuga, pois não temos materiais para isso, porém devemos constatar que, mesmo numa região de pouca concentração de cativos, eles escapavam. As fugas representavam, de alguma forma, as insatisfações com o modo de sobrevivência sob o julgo do trabalho e do senhor.

Importante salientar que os donos dos escravos fugidos ofereciam boas recompensas pela captura deles. Na observação de Irineu Pinheiro,

nesses anúncios, prometem-se sempre boas recompensas aos capturadores dos fugitivos e se dão as características morais deste. No anúncio de 1858 se lê que o fugido, de 23 anos de idade, era alto e seco sem sinal de barba, olhos e nariz grandes, tem uma perna torta que o constitui quase zambeta<sup>37</sup>.

Em outro anúncio, vê-se que outro

fugido de 23 anos de idade, era alto e seco, de nação Crioula, sem barba, cara comprida, olhos grandes, um pouco cambado, pernas finas, tem uma mão quase seca, e apaixonado por samba, é cantor de chulas, tem andar ligeiro e os calcanhares para dentro como que abertos<sup>38</sup>

Não se sabe que tipo de escravo mais fugia. De campo, domésticos ou qualificados. A verdade é que eles jamais se acostumaram com a vida e a liberdade totalmente entregue ao senhor. Porém, as análises feitas até o momento são válidas para especular que escravos de enxada e de campo foram utilizados nos engenhos de rapadura do Cariri.

Para que pudéssemos medir a quantidade de trabalhadores escravos do campo, levamos em consideração não só os preços, mas também o número de partidos de canas, as

35 O Araripe foi fundado em 7 de junho de 1855, pelo Jornalista cratense João Brígido dos Santos. Apesar de noticiar as fugas do tempo posterior ao nosso estudo, serve-nos para entender que os escravos nos anos anteriores também fugiam; e entender que em qualquer tempo não queriam estar presos aos mandos do senhor.

36 PINHEIRO, Irineu. *O Cariri. Seu descobrimento, Povoamento, Costumes*. Fortaleza: 1950, p. 124.

37 Idem., *ibidem.*, p.124-125

38 Idem., p.125.



posses de terras, total de bois mansos e materiais agrícolas. No inventário de Maria Asunção, levado a efeito por seu marido Domingos José da Silva<sup>39</sup>, temos os seguintes bens; oito bois mansos, oito tachos de cobre, uma caldeira, seis enxadas, três machados, cinco foices, um engenho, um partido de cana, 9 mil lavras de mandioca e 17 escravos.

Pelos materiais agrícolas, o casal necessitava de 14 trabalhadores de campo. Seis de enxada, três de machado e cinco de foice. O interior do engenho necessitava de cinco a sete trabalhadores, o que já excede o número de escravos do proprietário. O partido de cana citado necessitava de cuidados, levando em consideração os oito bois para o engenho e a utilização dos escravos no campo, inevitavelmente, tinha de haver mais escravos. Como no inventário não há mais do que 17, contratar trabalhadores livres era a alternativa. Sendo um trabalho muito árduo, supõe-se que os escravos sem qualificação e os forasteiros era quem realizavam as tarefas no campo.

Um outro inventário, o de Izabel Maria de Jesus<sup>40</sup>, que teve como inventariante o senhor Manoel Tavares Muniz, tinha os seguintes bens; oito tachos de cobre, sete enxadas, quatro foices, dois machados, cinco bois mansos, 16 escravos, uma casa de farinha, um engenho, currais, vários sítios e posses de terras.

De acordo com os materiais agrícolas, o cônjuge sobrevivente tinha que possuir sete trabalhadores de enxada, quatro de foice e dois de machado, perfazendo um total de treze trabalhadores. Se os 16 escravos fossem realizar essas tarefas, sobrariam apenas três. Isso quer dizer que, de acordo com os materiais, mais da metade dos escravos era de campo. Contratar trabalhadores livres para esses serviços poderia sair bem mais caro, salvo em anos de secas, quando iam para o Cariri muitos fugitivos, aumentando e barateando a mão-de-obra. Caso contrário, saía um pouco caro contratar esse tipo de serviço, pois nem todo indivíduo desempenhava certas tarefas. Frei Alemão afirma que *“atualmente um trabalhador de enxada custa 320, mas já querem 400, o de foice, 640, o de machado 1000, dando-se a comida”*<sup>41</sup>.

Mesmo utilizando a maioria da mão-de-obra livre, os proprietários da região não abriram mão do escravo. Por seu alto preço, o escravo era para o senhor um dos mais valiosos bens. Os mais de cem escravos arrolados nos inventários dificilmente eram vendidos ou alforriados, mostrando que, mesmo com a diminuta quantidade, o escravo assumiu um lugar importante tanto no trabalho de campo quanto nas casas de engenhos do Cariri.

39 APEC. Inventários. O valor de cada escravo nos finais do século XVIII, era em média de 25 a 120 mil réis. Inventário de 1791, pacote 17, processo 03.

40 APEC. Inventários. Os escravos desse proprietário tinham valores elevadíssimos, giravam de 50 a 400 mil réis; inventário de 1841, pacote 16, processo 11.

41 ALEMÃO, Frei. Op. Cit. p., .200.



## 2.2.2. Trabalhadores livres

Dois fatores contribuíram para que a produção da rapadura se tornasse importante e fosse incorporada à economia do Cariri. Primeiro, o fato de historicamente contar com um viés de sua produção desde os tempos coloniais. Segundo, a sua técnica de produção, atividade que requeria considerável número de trabalhadores com ou sem qualificação.

Todo um conjunto de determinações, que vão desde as condições de introdução da cana na região às técnicas necessárias à sua produção, formou a complexa engrenagem da produção rapadureira no Cariri.

As organizações de trabalho e de produção se efetuaram em sua própria esfera econômica. Essa peculiaridade ocorreu na medida em que foi efetuada a colonização. Iniciada através de pequenas propriedades, a organização do trabalho nos engenhos de rapadura foi claramente determinada pela restrição à subsistência e ao mercado interno.

Com tecnologia rudimentar, mais importante para as condições materiais imediatas que para suprimentos mercantis mais amplos, a organização do trabalho e da produção nos engenhos de rapadura se fortaleceu na medida em que fazia crescer continuamente a procura de trabalho.

O avanço da cana ganhava terreno, possibilitando a construção de engenhos onde antes pisava o índio bravo. Sítios e posses se transformavam em vastos canaviais. Esses importantes instrumentos eram pequenos mundos; maiores ou menores, neles crescia o número de moradores, todos se lançavam com empenho ao trabalho: até as mulheres, com suas filhas e filhos.

Atendendo a um mercado consumidor relativamente simples, as relações de trocas (tônica do comércio nesse momento) nasceram dessa peculiaridade econômica. No perfil produtivo dos primeiros engenhos, foi essencial a integração de força de trabalho livre, como também a formação social articulada por indivíduos de diversas posturas, engajados numa produção de auto-suficiência.

Em pequenos redutos agrários, a produção ficou por muito tempo restrita ao âmbito familiar. No entanto, no transcorrer da primeira metade do século XIX, o cultivo da cana e os engenhos aumentaram consideravelmente. Da preparação do solo ao beneficiamento nos engenhos, a cana necessitou de considerável mão-de-obra. Na observação de Stuart Filho,

a lavoura canavieira trouxe à região sulina da Capitania uma era de invejável prosperidade. Crato torna-se um grande centro fornecedor de açúcar e de rapadura-particularmente de rapadura que como a farinha, constituía a base alimentar do

nosso homem sertanejo (...) daí saem comboios de 50 a 60 e até 100 cavalos carregados de rapadura para regiões vizinhas.<sup>42</sup>

Todas as terras que circundavam o engenho estavam sujeitas ao cultivo da cana. Em seu trabalho sobre os engenhos de rapadura do Cariri, José de Figueiredo Filho procurou estudar as formas como se estruturou a produção da rapadura, evidenciando sua importância na economia e na alimentação do povo caririense e sua influência nas regiões vizinhas.

Trabalhando basicamente com seis municípios da região - Crato, Barbalha, Juazeiro, Missão Velha e Jardim - sua preocupação foi discorrer sobre alguns dos elementos contribuidores do sistema de plantio, cultivo, preparação do solo, sementes, relação homem-meio ambiente e a produção da rapadura existente no Cariri. Embora seja superficial, seu estudo contém uma validade que é indiscutível sobre as atividades dos engenhos de rapadura e a utilização da mão-de-obra livre.

Do ponto de vista do estudo sobre os engenhos, foi um dos pioneiros a trabalhar com o tema. O autor tenta entender o significado da região para o homem, e ventila muitos elementos que são pertinentes para que se possa partir para um melhor entendimento do trabalho nos engenhos.

Figueiredo Filho pretende mostrar nesse trabalho que, para que um engenho funcione a pleno vapor, é necessário que alguns trabalhadores desempenhem bem sua função. O cortador, o cambiteiro, o mestre da rapadura, o metedor de cana, o metedor de fogo, o tangedor, o cortador, o amarrador etc, são todos eles essenciais. Como *“o escravo não constituía o elemento essencial para o funcionamento do sistema produtivo rapadureiro, como acontecia no açucareiro”*<sup>43</sup>, a mão -de-obra livre obteve maior relevância.

Para que tivéssemos condições de visualizar o tamanho do engenho e a mão-de-obra livre utilizada, procedeu-se ao levantamento dos materiais empregados nos engenhos, como os tachos, bois mansos, cavalos de fábrica, partido de cana, carga de rapadura, escravos, materiais de carpintaria e de ferreiros, o que tornou mais evidentes as conclusões do perfil de produção dos engenhos e da quantidade de trabalhadores livres existentes em cada um.

Por muitas vezes, colocamos que a mão-de-obra escrava não foi muito utilizada nos canaviais do Cariri. Resultado disto foi a diminuta quantidade de escravos freqüentemente arrolada nos inventários. No inventário do casal Manoel Gomes de Lima e Francisca Maria de Jesus, foram arrolados os seguintes bens:

(...) sete tachos de cobre, três machados, seis enxadas, três foices de cortar canas, dois escopos, uma serra, oito compassos, seis escravos, seis bois mansos, dois bois

42 STUART FILHO, Carlos. *Páginas da História e Pré-história*. Fortaleza: Instituto do Ceará. 1960, p.155-156.

43 FIGUEIREDO FILHO, José de. Op. Cit., p. 24.

de engenhos, uma casa de farinha, um engenho, um partido de cana, um sítio, e um pedaço de terra na ribeira do rio Salgado (...)”<sup>44</sup>.

Com apenas três juntas de bois, o engenho do casal era de pequeno porte; ainda assim, seis escravos eram insuficientes para realizar todas as tarefas. Só no setor interno do engenho havia um mestre da rapadura, um caldeireiro, um metedor de fogo, um metedor de canas, um tangedor, um tirador de bagaço, um caixiador; perfazendo no mínimo seis trabalhadores. Para o trabalho no campo, o proprietário necessitava de doze trabalhadores tendo e que pagar a cada um o preço de sua função, caso não fossem escravos.

Para a manutenção do restante das tarefas no engenho, necessitava de mais “*trabalhadores para consertar o engenho, carapinas, marceneiro, ferreiros, pedreiros, serventes, fazedores de tijolos e de telhas e os criados para fazer as diferentes tarefas caseiras.*”<sup>45</sup> Quanto ao sítio e ao pedaço de terra na ribeira do rio Salgado, o casal teria que contar com moradores para sua manutenção, vigias para as possíveis invasões e demarcações além-fronteiras.

Nos engenhos de rapadura, a quantidade de mão-de-obra livre teve essas dimensões. Infelizmente, os inventários não classificam as profissões dos escravos, o que facilitaria distinguir em que setores eram utilizados. Provavelmente foram utilizados nos trabalhos internos, algumas atividades no campo ou como criados.

Essa “afirmação” fundamenta-se em Schwartz. Ele afirma que no interior do engenho, nas caldeiras, principalmente “*eram geralmente mulatos ou crioulos que executavam*”<sup>46</sup> os serviços. Para o autor, essa estratégia utilizada pelos senhores visava a que esses escravos nascidos no mundo dos engenhos tornassem desde criança ensinados a dominar algumas profissões especializada. Essa possibilidade era pertinente, pois a experiência adquirida ao longo do tempo de trabalho nos engenhos tornaria o escravo mais valioso que o trabalhador livre.

A incorporação de “*escravinhos*” representava para o senhor de engenho um investimento; cedo os filhos das escravas eram lançados nos trabalhos dos engenhos. Executando tarefas simples com a de tanger as juntas de bois, eram automaticamente envolvidos e impelidos a dominar as nuances da engrenagem produtiva. Frei Alemão flagrou por muitas vezes as atividades desses *escravinhos* ao realizarem essas tarefas. Segundo ele,

(...) estava o engenho moendo.(...) movidos por dois vagarosos bois que se alternam, e mudam quando se mostram cansados. Um molequinho de oito a dez anos agarrado à almanjarra como um macaco tocava os bois, um preto velho sentado metia a cana a dois negrinhos, para menos de 12 anos vestido só de uma camisola, tiravam para fora o bagaço.”<sup>47</sup>

44 APEC. Inventário. 1806, pacote 16, processo 03.

45 AZEVEDO, Fernando de. Op. Cit., p. 530.

46 SCHWARTZ, Stuart. Op. Cit., p. 132.

47 ALEMÃO, Frei. Op. Cit., p. 199.

Analisando por este ângulo, os escravos existentes no Cariri, por serem na maioria mulatos e crioulos e por seu alto valor, podem ter sido utilizados desde crianças nas atividades internas dos engenhos de rapadura. Para o restante das tarefas, contratava-se a mão-de-obra livre.

A utilização dessa mão-de-obra pode ser explicada de várias maneiras. Dentre elas, destacamos o caráter em que o Cariri foi colonizado. Fundamentado pela indústria doméstica, através dela criou-se uma sociedade construída a partir do domínio rural. O campo abarcou assim um grande número de trabalhadores.

Os imigrantes, com ou sem qualificação, ao chegarem ao Cariri, inevitavelmente iriam procurar trabalho nos engenhos. Pedindo morada ao pequeno ou grande proprietário, esses homens, oriundos de várias localidades do sertão, seja fugindo das secas ou por outras razões, eram acolhidos nos arredores dos engenhos, formando gradativamente uma boa reserva de mão-de-obra para o cultivo da cana e para outras atividades. Nesse raciocínio, o trabalhador livre ficava propenso a ser enquadrado em qualquer tarefa, “menos” as que necessitavam de qualificação.

As dificuldades para os trabalhadores livres se estabilizarem em alguma propriedade residiam no mínimo, em um problema: ser um desconhecido já diminuía suas chances de trabalho, pois sua procedência, enquanto não fosse revelada, era motivo de desconfiança.

Num interior em que as dificuldades eram imensas, a busca de se agregar dependia da vontade de quem detinha terras. As vantagens para os forasteiros não eram das melhores. Às vezes, os escravos tinham melhores condições de sobrevivência que a maioria das pessoas livres. Os escravos, por serem muito valiosos, geralmente eram muito mais protegidos e bem cuidados que o restante dos trabalhadores.

Em alguns dos trabalhos nos engenhos, o de escumar é muito árduo. Para essa tarefa, era destinado o forasteiro que tivesse certa destreza, na afirmação de Koster:

o trabalho de escumar é feito usualmente por pessoas livres e é devido a duas razões: demanda grande destreza, raramente possuída pelos escravos, e o esforço que tal operação exige induz ao agricultor pagar a um homem livre em lugar de exgotar seu negro<sup>48</sup>.

A observação do viajante inglês merece uma ressalva: não era porque o trabalho necessitava de muita destreza que o proprietário de engenho utilizava o homem livre, mas sim pela dureza do trabalho que esgotava qualquer indivíduo. Um outro adendo é que, dependendo da oferta de mão-de-obra livre, saía bem mais barato colocar trabalhadores livres para realizar as tarefas estafantes, a fim de poupar o escravo.

48 KOSTER, Henry. Op. Cit., p. 432.

Ao contrário do que se pensava, o cotidiano do trabalhador livre não parecia ser tão promissor. Ser livre não era necessariamente ter garantia de sobrevivência e boas oportunidades de trabalho. Ele, para ter teto e comida, teria que encontrar locais de trabalho e ter a consciência de que não podia escolher o que fazer; se dominasse algum ofício, as condições se tornariam menos duras, podendo em pouco tempo melhorar seu padrão de vida.

### 2.3. TRABALHADORES ESPECIALIZADOS

Segundo Schwartz, o engenho abrigava uma combinação de várias tarefas especializadas e semi-especializadas. Homens e mulheres, escravos e livres, envolviam-se nos trabalhos. Nesse setor, estavam os mais diferentes ofícios - carpinas, caldeireiros, oleiros, mestres, etc, - todos eles relacionados a funções em que o saber e a experiência profissional eram exigidos.

O sentido e o valor de cada atividade no engenho de açúcar eram reconhecidos pela importância no conjunto geral da economia. O valor de cada atividade era avaliado pelo grau de importância das relações estabelecidas entre os trabalhadores e seu superior.

O mérito atribuído a cada atividade consistia na classificação em um sistema hierárquico de tarefas; cada indivíduo era colocado em determinado setor de trabalho que, imbricado cada um na sua atividade, era classificado e reconhecido pela sua competência, conhecimentos e responsabilidade.

Dentro do modo como se organizou a produção do açúcar, organizaram-se também os engenhos de rapadura. Fábrica simples e com menor quantidade de trabalhadores, a singularidade e a importância de cada tarefa, para cada trabalhador envolvido na produção da rapadura, eram as mesmas da fabricação do açúcar. Apenas a constituição das relações sociais é que foi diferente.

No Cariri, podemos considerar que as relações sociais e de trabalho no início de sua colonização foram mais estreitas que as mantidas no litoral. Nos vários setores de trabalho foram bem mais “próximas”; não ocorreu uma predominância verticalizada do ponto de vista relacional, como ocorreu nas demais zonas canavieiras de alta concentração de escravos. As marcas da escravidão não foram tão profundas como nos locais de maior concentração de engenhos de açúcar.

Essas afirmações nos parecem pertinentes na medida em que, nos arrolamentos de imóveis, não se encontra nada referente a senzalas ou coisa parecida. Nessa ótica, supomos

que os escravos residiam juntamente com a família do senhor na casa grande ou tinham seus casebres nas redondezas.

Como falamos anteriormente, a organização para a produção da rapadura nos engenhos do Cariri se desenvolveu nos moldes da produção do açúcar. As divisões praticamente foram as mesmas. Os trabalhos, apesar de serem aparentemente repetitivos, articulavam certo número de conhecimentos necessários para cada tarefa realizada.

No ambiente em que trabalhadores e proprietários se relacionavam, formara-se um jogo de poder-saber, constituído pelas múltiplas redes de relações ainda no incipiente processo de formação produtiva. Quando falo do jogo de poder-saber, considero esse jogo realizado dentro do ambiente de trabalho entre as diversas categorias de trabalhadores e o senhor de engenho, que detém o poder, mas não domina todo o saber.

Construído entre os diversos agentes envolvidos no trabalho do engenho, o saber é uma conquista apenas dos agentes envolvidos; só eles conseguem criar seus mecanismos de defesa e seus códigos de comunicação. Nesse campo, o suposto detentor do poder não consegue penetrar totalmente.

O saber especializado, que figurava como elemento de **status**, proporcionou a certos trabalhadores melhores relações com os donos de engenhos. Relações que garantiam algumas formas de pagamento que por sinal eram iguais ou melhores que o salário. Segundo Schwartz, *“os mestres de açúcar e outros técnicos ou feitores geralmente recebiam salários, mas à vezes lhes era dada uma porcentagem da produção.”*<sup>49</sup>

Quanto às formas de pagamento aos trabalhadores especializados dos engenhos do Cariri, não sabemos se eram efetuados em dinheiro (papel moeda) ou em espécie. Pela diminuta quantidade de papel moeda existente nos inventários supõe-se que o pagamento era por meio de porcentagem de produção, que, avaliada, correspondia ao valor monetário da época. Nos autos de partilhas, frequentemente se vê pagamento de heranças e dívidas por cargas de rapadura. A rapadura, um dos produtos de maior valor no período, era bem valorizada, conclui-se que alguma forma de pagamento era com esse produto<sup>50</sup>. Mesmo com a escassez de moeda, não se descarta que o pagamento de salários era em papel moeda.

Nas atitudes dos indivíduos envolvidos nos setores de trabalho mais privilegiados, além de suas estratégias e táticas de ação na realização das tarefas cotidianas, pairava também uma atmosfera conflituosa.

<sup>49</sup> SCWARTZ, Stuart. Op. Cit., p.140.

<sup>50</sup> APEC. Inventários. Nos finais do século XVIII a rapadura era vendida a um vintém adentrando o século XIX atingiu dois vinténs; em outras localidades chegava a quatro vinténs.



Destacamos, dentre essas práticas e conflitos, dois elementos básicos: o primeiro diz respeito às estratégias, que resultavam na busca pelo domínio do saber-produzir no interior do engenho; segundo, o enfrentamento com o “poder” político do senhor, onde a fuga (no caso do escravo) era o exemplo mais explícito.

No que se refere às práticas e estratégias pelo domínio do saber-produzir, essas se afirmam na medida em que os tipos e categorias de trabalhadores são incorporados na engrenagem produtiva do engenho. As disputas pelo lugar de trabalho sempre estiveram presentes. Estruturados em divisões de ofícios, nelas se estabelecem o grau e o valor dos indivíduos, acarretando inúmeros postos hierarquicamente diferentes. O caldeireiro se distingue do metedor de cana, esse do caixeiro, do mestre da rapadura etc.

Exercer um ofício nos engenhos de rapadura era a melhor forma de ascensão e aceitação na sociedade e no mercado de trabalho. Por seu período de aprendizado e por ser o operador de uma fase específica do processo de produção, em que o caldo da cana se transforma em rapadura, o mestre se destacava.

Dos trabalhos existentes no interior dos engenhos, o ofício de mestre era o mais cobiçado. O simples ato de manipular os ingredientes para colocar no mel e daí produzir a rapadura requeria muita destreza e experiência. Além de ser um trabalho pouco árduo, a função do mestre não era tão perigosa como outras, e isso despertava a cobiça dos demais trabalhadores.

Quase como cargo “vitalício”, esse ofício não era exercido por qualquer pessoa. Só quem o desempenhava eram pessoas de confiança do senhor. Nesse aspecto o “pacto de cumplicidade mútua” incomodava quem ficava abaixo da hierarquia de trabalho.

A postura imperiosa desse indivíduo, dando ordens aos demais, em alguns casos deixava no ambiente um ar de insatisfações. “*O mestre vive olhando caldeiras e tachos com a passadeira na mão. De vez em quando solta um grito ao metedor de fogo para regular direito a fornalha*”<sup>51</sup>. Se o mel não fervesse no ponto adequado, perderia toda a produção do dia. Por gritos e outras atitudes é que se originavam os conflitos e intrigas.

O valor dado ao ofício de mestre foi devido a um processo longo de aquisição desse importante saber-fazer. Por conta disso, os segredos da profissão ficavam restritos aos indivíduos mais próximos do mestre. Ao longo dessa atividade, a experiência vai se acumulando, elaborando e assimilando conhecimentos de que o ofício necessita. Nesse sentido, era regra que os filhos dos mestres herdassem essa profissão. Sendo um aprendizado

51 FIGUEIREDO FILHO, José de. Op. Cit., p. 30.

progressivo com base na experiência, o aprendiz de mestre geralmente vinha do próprio engenho, constituindo-se numa profissão hereditária.

Nessa profissão, a par do conhecimento dos ingredientes, carecia dominar bem a mistura e o tempo do cozimento. Segundo Figueiredo Filho,

o trabalhador mais compenetrado do engenho é o mestre da rapadura. Há deles afamadíssimo. Fora do Cariri não há ninguém que possa iguala-lo na arte de cozinhar e dar a consistência fixa a rapadura caririense, de tanta fama e de tanta nomeada (...) o mestre abre a torneira da garapa para encher a primeira caldeira feita de fôlha de ferro. Na primeira fervura tira a decoada do seu depósito em panela de quebrada e junta-se ao caldo de cana fervido. Depois adiciona óleo de mamona, de pequi, o sebo, que agem como clarificador. E vai passando a garapa que, cada vez mais, se concentra, de uma caldeira para outra. Há agora outros ingredientes a serem lançado já no tacho, onde se apura o mel – a droga. É o hidrossulfito de sódio, que, pelo óxido de enxofre que desprende, serve para clarear a rapadura. Onde, porém o mestre se torna mais imponente, é quando mexe o mel para dar-lhe o ponto de coagulação e quando caixeia a rapadura em forma de pequiizeiro.<sup>52</sup>

Não só o mestre da rapadura dominava um saber de destaque; outros trabalhadores especializados também dominavam o saber que lhes competia. Nesse meio, percebe-se um jogo de saberes oriundos de uma atividade em que há normas e regras a serem seguidas; porém, essas regras às vezes contornadas por estratégias dos donos do saber (trabalhadores) deixam claro o confronto de poder com o proprietário dos meios de produção. O trabalho especializado se destaca por ser resultado de uma reflexão sobre o fazer, tem seus próprios códigos e só quem consegue dominar esses códigos pode fazer parte desses grupos<sup>53</sup>.

Na função de mestre, o trabalhador sabe muito bem a tática de como arruinar a produção sem que alguém descubra, salvo quem domine o ofício; nesse sentido, o senhor, ao contratar ou dispensar qualquer indivíduo dessa tarefa, teria que pensar duas vezes na estratégia de como demiti-lo. O domínio do saber-fazer ou saber-produzir exerce aí a função de poder que por sua vez equivale à do senhor.

A importância que cada ofício tem na atividade produtiva dos engenhos põe o trabalhador onde ele “gostaria” de estar e onde lhe é possível dar conta das atividades que lhe são próprias. A maneira operatória de sua função, seja meter cana nas moendas ou preparar o mel para a rapadura, vai além de um simples mecanismo repetitivo; o saber-fazer dessas atividades adquiridas pelos conhecimentos e experiências acumuladas durante sua trajetória ao longo do tempo vão se transformando em novos saberes; o saber-fazer está na capacidade do indivíduo de realizar melhor a mesma tarefa a cada momento.

No cotidiano, o homem aprende em cada situação algo novo. *Cada situação contém possibilidades de experimentar e de criar um novo saber. “O cotidiano é a necessidade histórica de*

<sup>52</sup> Id. *Ibidem.*, p. 41.

<sup>53</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Tradução. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Ri de Janeiro: 1994. pp. 91-110.



*repetir. E aqui o cotidiano se confunde, de alguma forma, com o aprendido.*"<sup>54</sup> Assim, o cotidiano dos trabalhadores especializados nos engenhos de rapadura foi de certa forma privilegiado, pois permitiu o acesso ao saber-fazer, diferente do que ocorreu aos não qualificados, aos quais o acesso a um espaço mais confortável de sobrevivência foi mais difícil.

Dentro das atividades dos engenhos de rapadura, o trabalho é desenvolvido coletivamente; cada função é fundamental para permitir a produção necessária. Nessas atividades, a jornada de trabalho é com efeito composta de várias possibilidades e incertezas. Nesse aspecto, desempenhar funções, das mais simples e perigosas às mais privilegiadas, expressa uma ação que, aparentemente mecânica, jamais é de forma idêntica à anterior.

Na observação de Marx,

quando diferentes operações são separadas, isoladas e tornadas independentes os operários são distribuídos, classificados e agrupados segundo suas aptidões específicas. Suas peculiaridades naturais são a base do trabalho, desenvolve a manufatura, ao ser introduzida, forças de trabalho que, por sua natureza, são capazes de certas funções restritas<sup>55</sup>.

No trabalho cotidiano, as inúmeras possibilidades de aceitação, resistências e de transformações estão abertas. O fazer cotidiano necessita de que cada indivíduo encontre habilidades para enfrentar os obstáculos, e num fraquejar se podem perder oportunidades que jamais retornarão. Assim era cada tarefa executada pelos trabalhadores nos engenhos; devia-se ter habilidade e muita atenção, um pequeno lapso e o metedor de cana poderia perder um braço; o mestre, se não estivesse atento ao preparo dos ingredientes, colocaria em risco a produção do dia.

Os trabalhadores se sentiam, assim, impelidos a saber controlar as situações imprevistas. Nesses imprevistos, utilizavam vários mecanismos para se defender da rotina e dos perigos diários; defesas que vinham de suas experiências do trabalho que resultavam nas estratégias de contornar as situações adversas que poderiam surgir a qualquer momento.

O engenho, como uma máquina "moderna", construído para funcionar dentro de um determinado parâmetro, não tornava o homem escravo e mecanizado. Ao contrário do que Marx afirmou,<sup>56</sup> o processo de produção não necessariamente deveria ser realizado conforme as normas e ritmos pré-estabelecidos, fazendo do indivíduo uma simples ferramenta da máquina. Com as variadas possibilidades de estratégias aplicadas pelas redes de sociabilidade do saber-fazer, os trabalhadores buscavam formas de dominar situações imprevistas. Isto constituía uma prática coletiva de saber estratégico em que operar um engenho é uma

<sup>54</sup> DEL PRIORE, Mary. "História do Cotidiano e da Vida Privada". In: *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 259-311.

<sup>55</sup> MARX, Carl. "Da Manufatura à Fábrica Automática". In: GORZ, André (org) *Crítica da Divisão do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 23.

<sup>56</sup> Marx afirma que o exercício de uma única função transforma o trabalhador em um órgão infalível dessa função, ao mesmo tempo em que a conexão do mecanismo total obriga-o a trabalhar com regularidade de uma peça de máquina. p. 23.

acumulação de experiência e de vários saberes, e não um simples aglomerado de seres humanos atendendo a um específico chamado da produção.

## 2.4. MOAGEM, COTIDIANO E PRODUÇÃO

Difícil “recompôr” com maior fundamentação o cotidiano dos trapiches e bangüês em sua época de intensas atividades. A documentação não nos deu condições para melhor aprofundar essas discussões. Mesmo assim, com base nos relatos dos viajantes e cronistas da região, é possível discutirmos um pouco o mais rico momento para quem vivia na produção e da produção da rapadura.

A maior parte do sertão do Nordeste ofereceu poucas possibilidades para que a cana se desenvolvesse com maior envergadura. Apenas em pequenos “oásis” se plantava a cana. Nos sertões, em meio a paisagens tórridas, encontravam-se esses oásis. Nos rincões e vales eram construídos pequenos engenhos de paus que trituravam lentamente pequenas quantidades de cana para o fabrico da rapadura e aguardente.

Os locais em que havia plantações de cana eram privilegiados. Em seu corte e beneficiamento despendia-se muito trabalho. Isso já era um bom motivo para festejar; pois por todo o tempo de moagem o emprego estava garantido. Por essa razão um ambiente em que um engenho moía tinha o ritmo de seu cotidiano bastante alterado.

O viajante Henry Koster presenciou algumas vezes esses engenhos em plena atividade. Segundo ele a moagem

é o tempo de alegria e da bôa vontade e, n’algumas semanas, os negros estão cheios de vida e de vibração, mas a continuidade da tarefa constante por todo dia e parte da noite, termina fatigando-os, tornado-os pesados e fazendo-os adormecer em qualquer parte onde ponha a cabeça<sup>57</sup>.

Schwartz, ao estudar os engenhos do Recôncavo baiano, denuncia que ali a moagem, se não era uma festa, era um grande acontecimento. Ele assim afirmou:

botou o engenho a moer”. Com essas palavras era registrado o grande acontecimento do ano. O início da safra todo ano, no recôncavo, lá pela primeira ou segunda semana de agosto, deixava-se tudo preparado nos engenhos (...) no dia marcado, o pároco ou capelão residente rezava missa, abençoando o engenho (...) os carros de bois vindos dos canaviais, enfeitados com guirlandas feitas de canas compridas amarradas com fitas coloridas (...) mas tarde, em geral havia um banquete na casa-grande, e os escravos eram presenteados com garapa para beber. A safra começara<sup>58</sup>.

Nos sítios e fazendas da região do Cariri, era costume ver, em tempos de moagens, aglomerados de pessoas envolvidas em vários ramos de atividades. No campo, pequenos e grandes plantadores de cana se animavam, sabedores de que nessa época a rapadura iria

57 KOSTER, Henry. Op. Cit., p. 430.

58 SCHWARTZ, Stuart. Op. Cit., p. 96.

render-lhes alguns mil réis; cedo se preparavam para receber os comboieiros e tropeiros que vinham com novidades de outros locais para comercializarem as rapaduras.

Com esse movimento, aos poucos a região se tornava posto privilegiado; sua posição estratégica atraía cada vez mais grupos humanos, que, em busca de transações comerciais acabavam por se estabelecer em definitivo na localidade.

Concentrados em sua maioria nos pés de serra, os engenhos em época de moagens atraíam para suas dependências vários indivíduos. As moagens movimentavam o cotidiano dos vários trabalhadores e demais comunidades adjacentes. Em torno das moagens, concentravam-se diferentes personagens com diferentes tarefas, concepções e experiências cujas vidas díspares iam-se articular e construir o dia-a-dia que se traduz na realização desse evento.

Na região do Cariri, em meados de maio ou junho, os habitantes da zona rural envolviam-se nos trabalhos nos engenhos. A cana já estava madura, no ponto para moagem. Cortadores afiam seus facões, cambiteiros procuram seus animais perdidos nas pastagens, os proprietários contratam os carpinas para darem os últimos ajustes nas moendas, e mandavam buscar os bois mansos e os cavalos para dar início ao tão esperado evento.<sup>59</sup> Na observação de Figueiredo Filho,

o tempo da moagem é aguardado por patrões e moradores, como o acontecimento principal da vida rural caririense. O agregado tem trabalho certo e a família melhora de alimentação, com o acréscimo da ração de guloseimas do engenho. Mel, rapadura quente, alfenim, cana e garapa, quase que à vontade do corpo. O porco no chiqueiro do pobre tem também direito à baba de rapadura que quase fica exposta ao consumo de todos os bichos da redondeza.<sup>60</sup>

Os muitos caminhos e estradas que serpenteavam pela região ficavam pontilhados de tropeiros levando e trazendo mantimentos, fortalecendo o comércio com as vilas da região. Farinha, couro, feijão e outros produtos faziam parte dessas transações. A cada ano, as moagens alimentavam essas atividades.

As moagens aglutinavam todos os moradores dos engenhos e redondezas. Os agregados já tinham colhido seus produtos - feijão, milho, batata doce, abacaxi, farinha etc. - que seriam “comprados” pelos donos de engenhos para alimentar os trabalhadores durante esse período.

No Cariri, essas atividades tinham também uma conotação festiva. Nesse tempo, os menos favorecidos tinham a oportunidade de “tirar a barriga da miséria”<sup>61</sup>. Qualquer

<sup>59</sup> Os proprietários mais abastados tinham propriedades fora da região do Cariri. Nelas mantinha seus rebanhos e os bois e os cavalos para movimentarem as moendas do engenho. Quanto se aproximava a moagem, mandavam buscar esses animais.

<sup>60</sup> FIGUEIREDO FILHO, José de. Op. Cit., p. 30.

<sup>61</sup> Tirar a barriga da miséria, na expressão popular da região, significa a oportunidade de indivíduos ditos “preguiçosos”, com a fartura das moagens, melhorar suas refeições diárias.

indivíduo que chegasse às dependências do engenho tinha direito pelo menos um pouco de mel e caldo de cana. Segundo Figueiredo Filho,

no engenho, quando em época de moagem, o agregado passa a cambiteiro, a metedor de cana, a cortador ou tirador de bagaço. Fica a ter direito ao mel e ao caldo de cana. Aliás, até os estranhos tinham direito, antigamente a essas guloseimas de engenho.<sup>62</sup>

Era um grande espetáculo em que todos se envolviam. Paralelamente ao cheiro do mel, havia os cambiteiros a fazer malabarismos pelas planícies e estreitos caminhos em direção aos engenhos, deixando o ambiente tão divertido que parecia um teatro ao ar livre.

A moagem por si só já é uma festa perene para os moradores dos sítios de cana do Cariri. É aguardada por todos como período de vacas gordas. O menino rico ou o pobre não a esquece. Vive a sonhar com aproximação de maio, quando começa o labutar cotidiano dos engenhos. Outrora, ainda era melhor. Quem não gostava de montar numa almanjarra para tanger as junta de bois mansos? Mesmo o despertar as duas ou três horas não enfadava ninguém<sup>63</sup>.

O enfrentamento de cada dia se revestia na necessidade do trabalho, que nos engenhos do Cariri iniciavam as três da manhã, ao sinal do búzio<sup>64</sup>. Nesse contexto, as lutas do dia-a-dia para cada indivíduo ou grupo se afirmam dentro das tensões do cotidiano.

Para sobreviverem, os trabalhadores se lançavam aos mais árduos trabalhos. Quanto ao clima de festa, isto era inegável; no entanto, era muito estafante e a jornada debilitava qualquer um. Diferentemente do recôncavo, onde nos engenhos, os ritmos de trabalho e de festa eram bem mais frenéticos. Com um complexo de casa-grande, senzalas e capela, esses eventos tinham conotações específicas; ficava restrito apenas no âmbito do complexo supracitado. As festas nos engenhos de rapadura do Cariri ganharam dimensões mais pulverizadas. Não havendo um complexo com casa-grande, senzala e capela, as festas de moagem não ficavam restritas a essas dependências; cada engenho tinha sua própria comemoração.

A importância das comemorações em tempos de moagens pairava na diversificação e nas inúmeras formas das diversões. Cada sítio tinha seus próprios mecanismos festivos. Nesse ambiente risonho, que se repetia a cada ano, estruturavam-se as manifestações sócio-culturais do Cariri.

Uma das mais expressivas manifestações oriundas desses círculos sociais eram os folguedos. Realizados durante todo o período de moagens, os folguedos externavam a sensibilidade cultural do trabalhador. Ao final de cada dia de trabalho, a bagaceira "*servia de palco para cenas mais sensacionais (...) a reunião dos trabalhadores do engenho então se prolongava até mais tarde (...) deitados na bagaceira, contavam histórias de assombração e de outros bichos.*"<sup>65</sup>

62 FIGUEIREDO FILHO, José de. Op. Cit., p. 28.

63 Id. Ibidem., p. 59.

64 Búzio: instrumento que, tocado às três da manhã, chamava os trabalhadores para o início da jornada.

65 FIGUEIREDO FILHO, José de. Op. Cit., p. 62.

A bagaceira realmente foi testemunha dessas reuniões; as anedotas, as histórias de “trancoso”<sup>66</sup> e de valentias foram por muitas noites contadas e recontadas para quem estivesse dispostos a ouvi-las. O cordel e as músicas saudosas também foram elementos que alegraram as noites caririenses após a árdua jornada nos engenhos.

No lento movimento desses engenhos, parecia que cada comunidade também seguia seu ritmo. Hoje, na maioria desses recantos se tem apenas vaga lembrança de quem se interessou em herdá-las de seus ancestrais, ou pequenos registros poéticos de quem nunca esqueceu os tempos dos engenhos de pau.

Os versos compostos para esse evento denunciam que a moagem e o cotidiano dos engenhos foram bastante relevantes para os que nela se envolviam:

Do sertão sempre recordo,  
Com uma sordade marvada  
Dum ingem de pau moeno,  
Com sua guela ingasgada,  
Num cangote da boiada

Bem cedo de madrugada,  
O aboio do tangedô;  
Atrepado na manjarra  
Vai inté o só se pó,  
E quêle conta bonito,  
Atravessando o infinito  
Inté no céu tem valô:

Ingem veio trabaiano  
Cum curage soluçano,  
Musga bonita cantano.  
Alegre, porém sardosa  
Os bois, coitado, sofreno  
As três moenda trocendo  
Cum muita fôça ispremeno  
Cana fita e cana rosa.<sup>67</sup>

Ao longo do tempo, as moagens se tornaram presença marcante na vida dos trabalhadores dos engenhos. Foram dos principais elementos responsáveis pela organização e fortalecimento de diversos grupos sociais em suas diversas peculiaridades. Nas moagens, era o momento em que se constituía a unidade coletiva de produção, todos os trabalhadores envolvidos adquiriam novas experiências, crenças, hábitos, rituais, que se articulavam nas recreações após o trabalho; essas atitudes pontuavam o real sentido da vida cotidiana para os trabalhadores.

<sup>66</sup> História de trancos (do folclore interiorano) eram narrativas de assombração, almas penadas, mulas sem cabeça, lobisomem etc.  
<sup>67</sup> FIGUEIREDO FILHO, José de. Op. Cit., p. 48.

A participação e o envolvimento dos trabalhadores nesses eventos escondem em seu fazer-se todo um engajamento das articulações fornecido pela materialidade do cotidiano, cujas formas não se esgotavam ao fim da jornada.

### 2.4.1. Produção e importância comercial da rapadura

Raimundo Girão, um dos mais renomados historiadores cearenses, em *Evolução histórica cearense* (1985), afirma que a cana, ao ser introduzida no litoral cearense, destinou-se primeiramente à fabricação da rapadura e da aguardente. Segundo ele,

a semente de cana foi introduzida pelos primeiros colonos que vieram de Pernambuco e Bahia pelos meados do século XVII. Mas é somente de poucos anos a esta parte (que) porque a cultura da cana tem tomado maiores proporções com o fabrico de aguardente e açúcar. Pois d'antes só se fazia rapadura, o que hoje se faz em grande escala no Cariri e na serra grande.<sup>68</sup>

De acordo com o autor, a cana no litoral dessa Capitania desenvolveu-se timidamente; primeiro, algumas caixas de açúcar foram produzidas para que fossem enviadas a Lisboa. Girão afirma que o Capitão Mor Azevedo de Montauri, ao remeter ao rei produtos naturais e outros da indústria cearense, enviou um caixote de açúcar feito no subúrbio de Fortaleza.

Remetendo para Lisboa, em 1783, diversos produtos naturais e outros da indústria cearense, o Capitão Mor Azevedo de Montauri juntou um caixote de açúcar fabricado pela primeira vez nos subúrbios de Fortaleza “cujo distrito todo e a maior parte da Capitania são abundantíssimo nas canas de só serviam (os naturais) para fazer rapaduras que são como uns pães de um açúcar muito mascavado e de mais ínfima qualidade, mais para incitar o nojo que de servir o paladar.”<sup>69</sup>

Na mesma discussão, o autor coloca que um outro caixote fora enviado para Lisboa, proveniente exclusivamente do Cariri.

Outro caixote continha açúcar feito nos Carris Novos desta Capitania, onde se fabricava suficiente este gênero por ser o continente próprio para a cultura das mesmas canas, porém é o extremo da mesma Capitania pelo sertão adentro, na distância de cento e cinqüenta léguas do mar.<sup>70</sup>

Com o passar do tempo, a cana foi se transformando e se firmando como importante atividade econômica, não especificamente para o litoral da Capitania, mas para o interior. O crescimento das plantações de cana nas localidades com bom clima e chuvas regulares destinava-se à fabricação de aguardente e de rapadura. Esses produtos logo foram propagados pelo restante da Capitania, obtendo boa aceitação pelos colonos da localidade.

A rapadura, fabricada no subúrbio de Fortaleza, tinha ínfima qualidade por vários Motivos; dentre eles, as condições do plantio e do solo, o ambiente físico, o tipo de semente

68 GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica cearense*. Fortaleza: BNB, ETENE, 1985, p.163.

69 Idem.

70 GIRÃO, Raimundo. Op. Cit., p. 163.



e sobretudo o seu preparo final, o qual requer uma boa experiência na sua manipulação. No Cariri, é que a rapadura tinha esse melhor tipo de manipulação.

O Cariri, pelo prestígio de sua produção não só no âmbito da capitania, mas ainda nos sertões como um todo, apresenta-se como área rapadureira por excelência. Quando viajantes passaram pela região e disseram ser o Cariri local de prosperidade, é possível que incluíssem, já, nessa identificação a rapadura como seu mais valioso produto.

Começando a firmar-se econômica e socialmente com a cultura da cana, a localidade sul cearense passou de imediato a monopolizar as regiões vizinhas; e, à sombra dessa produção, surgiu uma nova face econômica no interior da Capitania.

Nos finais do século XVIII, o Cariri já se destacava pela produção de rapadura. A fama adquirida por esse produto levou a região a se evidenciar das demais do Nordeste.

Talvez se pudesse chamar de Nordeste da rapadura o “Nordeste duro” de Gilberto Freyre, por que foi e ainda é a rapadura, mais que a carne dos novilhos, comida forte e generalizada do homem deste parte do Brasil. A rapadura tornou-se, na expressão de Capistrano, uma das alegrias do sertanejo; longe de “incitar mais o nojo que servir para o paladar”, é saboreada gostosamente a todo instante por alguns milhões de brasileiros. As canas do país (Ceará) são desmanchadas, em pequenos engenhos, em rapaduras que, com farinha, servem ao sustento do povo, que prefere com gosto a outro alimento.<sup>71</sup>

A preferência pela rapadura se deu não só pelo seu sabor, mas também pelas fortes substâncias que fortificavam velhos e jovens. Como substituta do açúcar no interior, a fama desse produto levou a região a um patamar de destaque no que se refere à produção das melhores rapaduras. Com essa inclinação, foram para o Cariri naquele momento muitos aventureiros e visitantes. Gardner foi um desses visitantes e provou o fino sabor da rapadura caririense. Segundo ele,

adoça-se com açúcar mascavo, a que chamam de rapadura e que lhes vem da zona acima do Icó. A rapadura é feita em pedaços de umas seis polegadas de comprimento por três de largura, e é duríssima. Por muito tempo fui obrigado a usa-la como sucedâneo do açúcar. Embora não apreciasse muito no princípio, acabei por achá-la tão boa, que a preferi ao açúcar, como toda a gente desta zona a quem vi muita vez fazer a refeição só de rapadura e farinha.<sup>72</sup>

Para o interior do Ceará, onde a escassez era de quase tudo, a produção da rapadura foi a maior responsável pelo fortalecimento da economia da região. Tão rápida foi a ascensão dessa produção, que em diminuto período de tempo esse produto tornou-se reconhecido nos mais longínquos quadrantes do Nordeste.

A partir das primeiras décadas do século XIX, é que se entende que a rapadura era o elemento mais importante tanto para a alimentação como para o comércio. A rapadura

71 Id. *Ibidem.*, p.163-164.

72 . GARDNER, George. *Op. Cit.*, p. 85.



não ficou relegada a segundo plano; de várias localidades do interior do Nordeste vinham comboieiros a fim de transacionarem seus produtos com a rapadura produzida no Cariri. Comboios de várias localidades traziam especiarias. Sal do Rio grande do Norte, peças de roupas das praças de Recife, além de outros produtos. As roupas mais finas, por não serem fabricados na região, tinham boa aceitação no mercado local, e a rapadura era o produto mais aceitável nas transações.<sup>73</sup>

Esses e outros produtos eram negociados com a rapadura. A presença desses materiais nos inventários mostra como produzir rapadura era importante. No inventário de Francisco de Oliveira Rocha,<sup>74</sup> foram arroladas e avaliadas algumas peças de vestuários que suspeitamos não serem produzidas na região; *“hum rodoque de xita, uma vestia de pano azul e um cabeçam de fustam branco, hum vestido de pana azul com dous calçans, hum de setim preto outro de fostão branco e hum par de meias pretas de seda”*.

Noutro inventário temos *“seis quartas e meia de sal”*<sup>75</sup>. O sal, vindo do Rio grande do Norte foi para época muito importante, uma vez que a ausência praticamente de estradas em direção ao interior dificultava a presença dessa tão preciosa mercadoria.

Não apenas o sal, mas ainda outras mercadorias não produzidas na região, (talheres de prata, louças extrafinas etc.) eram adquiridos através da troca ou pela venda da rapadura. A rapadura era um dos valores de venda e de troca. Dívidas eram pagas através desse produto; na maioria dos inventários em que eram arroladas, as quantidades giravam entre quatrocentas e seiscentas e até mais unidades.<sup>76</sup>

Uma outra observação que se deve apresentar é que, nos inventários que tinham um considerável montante de rapadura, o indivíduo tinha mais bens materiais; seus utensílios domésticos eram mais sofisticados e conseqüentemente melhor poder aquisitivo oriundo das transações com esse produto. Enfim, a moagem configurada no resultado da produção foi de grande responsabilidade para o norteamento do cotidiano político, econômico e sobretudo cultural para a região do Cariri em seu período colonial.

73 Geralmente, as famílias mais pobres da região fabricavam suas próprias roupas. Os mais ricos mandavam trazer de Recife as roupas e outros objetos para trocarem por rapadura.

74 APEC. Inventário. 1806, pacote 16, processo 4 e de 1811. Pacote 16, processo 5.

75 APEC. Inventário de Izabel Cruz Neves; Inventariado por Antonio Paes das Neves. 1816, pacote 16, processo 6.

76 APEC. No inventário de 1791, pacote 17, processo 3, foi arrolada 580 rapaduras. No de 1806, pacote 16, processo 4, 2000 rapaduras, no de 1816, pacote 16, processo 6, 612 rapaduras. No de 1836, pacote 16, processo 08 quatro cargas ;conforme o tamanho da rapadura equivale a mais ou menos 400 rapaduras. Por essa pequena demonstração se entende que a produção não era tão diminuta.

# **CAPÍTULO 3**

---

**PODER E OPULÊNCIA NO CARIRI COLONIAL**

### 3.1 O PERFIL DOS SENHORES DE ENGENHO; “GÊNESE” E FORMAÇÃO DE RIQUEZAS

Quem folhear, como eu folhee, no cartório dos órfãos, ausentes e interditos do Crato, autos de inventários há cem anos atrás, ou mais, concluirá que no Cariri, naqueles longínquos tempos nada havia de luxo, ou mesmo de conforto. Baixíssimo o valor de terras, casas, mobílias, engenhos de pau de moer canas de açúcar, aviamento de casa de farinha, gados, metais como ouro, prata, cobre, ferro, etc. Nada escapava à meticulosidade dos inventariantes, que, talvez, assim fossem minuciosos com o fim de evitarem desconfianças e desgostos entre os interessados.<sup>1</sup>

Não só folheei os inventários do Cartório dos órfãos do Crato, mas também constatei que nem tudo era pobreza, como afirmou Irineu Pinheiro. Aparentemente desprezíveis, os objetos arrolados eram muito significantes para o contexto da época. Como uma espécie de radiografia das condições materiais do indivíduo, cada inventário era um desdobramento legítimo do poder e da riqueza dos proprietários. Vale ressaltar que só quem inventariava seus bens eram os que tinham certo poder aquisitivo para custear o processo.

Riqueza, formação e extensão de poder dos primeiros colonos estão intimamente ligados ao sistema de divisão de terras e do repasse dos principais bens aos herdeiros, com tamanhos e localizações que seguiram parâmetros logísticos para que se mantivessem sob o controle da família e atendessem a objetivos econômicos vultosos.

Ao longo da primeira metade do século XVIII, a região do Cariri se caracterizou pelas doações e demarcações das sesmarias, onde se tentou efetuar a criação de gado *vacum*. Os primeiros cultivadores de cana vieram na segunda metade do referido século; a partir daí, tem-se um outro perfil dos proprietários e o panorama sócio-econômico passa a se modificar.

O que a documentação nos revela parte do princípio de que a “gênese” da riqueza dos herdeiros dos primeiros sesmeiros deveu-se à importância de dois setores econômicos: a pecuária e a cana de açúcar, que foram, para a região, dois pólos importantes de desenvolvimento, um pela abertura e expansão territorial, outro por seu caráter sedentário, cuja importância se intensifica a partir das últimas décadas do século XVIII.

A pecuária, como primeira atividade econômica executada pelos colonos, dominou boa parte das áreas territoriais da localidade; essa atividade foi bastante forte até os 10 últimos anos do século XVIII; mas não foi como a cana, que, além de riqueza, proporcionou plenos poderes a quem se aventurou a desenvolvê-la.

<sup>1</sup> PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza: 1955, p.35.

Dos finais do século XVIII em diante, a cana se destaca cada vez mais na região sul cearense; não apenas pela sua capacidade de agregação e estruturação sócio-econômica, mas também pelo valor material e financeiro atribuído aos bens correlacionados a sua atividade.

O cultivo da cana trouxe uma explosiva prosperidade ao Cariri. Os senhores de engenho compraram títulos, tornaram-se coronéis, construíram palacetes. (...) é fácil entender o surto de riqueza de então, na bacia do Rio Salgado. Basta lembrar que num raio de 500 Km em torno do Cariri predominam os sertões de caatingas e tabuleiros, impróprios para o cultivo da cana-de açúcar. O único concorrente era a Zona da Mata pernambucana, distante 600Km, sem interesse na rapadura, uma vez que seus engenhos bangüês safrejavam produzindo açúcar para exportação<sup>2</sup>.

A importância do Cariri cresce na medida em que cresce a expansão da cana e dos engenhos. O Crato, que detinha na época o maior número de engenhos, se destacou pelos seus principais troncos familiares, que, durante a primeira metade do século XIX, tiveram importância capital no cenário político nacional.

Padre Antonio Gomes de Araújo ao estudar o povoamento do Cariri, traz importantes informações sobre os primeiros proprietários de terras da região e evidencia as principais famílias herdeiras dos pioneiros sesmeiros estabelecidos nos anos iniciais da colonização. O autor realizou uma intensa pesquisa nos arquivos eclesiásticos da Freguesia de Missão Velha, levantou e constatou, através de registros de casamentos, um bom número de troncos familiares descendentes dos primeiros colonos a explorarem as férteis terras do Cariri. Segundo ele,

existem com os nomes dos humildes troncos originários, que aforaram e compraram a retalho as terras de sesmarias. São elas, entre outras; Pinheiros, Esmeraldos e Alencares, de Crato; os Sobreiras, de Juazeiro do Norte; os Sampaio, Calô, Coelho, Correia, Filgueiras, Cardoso e Sá Barreto, de Barbalha; os Cruz, Santana e Landim, de Missão Velha; os Furtado Leite, Figueiredo e Araújo Lima, Martins, de Milagres, Mauriti e Brejo Santo. Os troncos dessas famílias fixaram-se no Cariri, na primeira e segunda metade do século XVIII<sup>3</sup>.

Por este estudo, vislumbra-se que apenas um reduzido número de proprietários explorou as terras dos Cariris Novos; por compras, aforamentos doações, ou por meio da posse, fatias de terras foram evoluindo para ricos canaviais, sítios e engenhos, possibilitando que determinados grupos assumissem o poder político, econômico e social em várias localidades da região.

Neste aspecto, é importante estudar o comportamento econômico desses proprietários que tiveram suas riquezas estampadas em seus inventários e que deixaram a seus sucessores um bom arcabouço financeiro e, sobretudo, prestígio e poder político no cenário social da região.

<sup>2</sup> CUNHA, Ângela Maria e JOSÉ JÚNIOR, Neiva Santos. (coord) *Estudo da competitividade do sistema agroindustrial da Cana-de-açúcar da Região do Cariri*. Fortaleza: FUNDETEC, BNB, 2001, p.43.

<sup>3</sup> ARAÚJO, Antonio Gomes (Pe). *Povoamento do Cariri*. Crato: Coleção Estudos e Pesquisas, 1973, p.46-47.

Na tentativa de mapear como essa riqueza era acumulada e transmitida às gerações mais novas e como se irradiavam e perpetuavam os poderes desses novos herdeiros, optamos por classificar os inventários em etapas, em cada uma das quais, é possível observar a quantidade de bens, tamanho, locais, crescimento e valores.

Na tabela (01), abaixo, correspondente à primeira etapa (1790-1799),<sup>4</sup> colocamos os principais bens referentes ao valor da fortuna de cada inventário, com a intenção de descobrir possíveis semelhanças e diferenças no valor das propriedades e conseqüentemente no panorama econômico da região ao longo da primeira metade do século subseqüente.

Tabela 01. Panorama geral da riqueza patrimonial de alguns senhores de engenho (1790 -1799)

<b>Ano</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Principais bens</b>	<b>Local de moradia e</b>	<b>Local(is) das propriedades</b>	<b>Valor</b>
1790	Luiz Pereira Bezerra	750 cabeças de gado e 03 cavalos, 01 enxada, 01 facção.	Sítio Engazeiras-Vila Real de Crato	Idem	340\$000 réis
1791	Domingos José da Silva	18 escravos, 01 partido de cana, 01 engenho, 01 aviamento, 08 bois mansos, 01 caldeira de estanho.	Sítio Tiguais-Vila Real de Crato.	Idem	1.311\$000 réis
1792	Cosma Cordeiro	01 escravo, 01 posse de terra, 01 roda de moer mandioca,	Vila real de Crato	Idem	88\$560 réis
1798	Cipriano Pacheco Bezerra	01 partido de cana, 01 engenho, 04 bois mansos, 04 escravos, 600 braças de terras, 01 roda de moer mandioca.	Sítio Missão Nova	Idem	984\$034 réis
1799	Gonçalo Ferreira	13 cabeças de gado, 01 cavalo.	Vila Real de Crato	Idem	51\$000 réis

A importância do engenho era fundamental. A porcentagem por inventário e as diferenças financeiras entre os proprietários que detinham engenho e os que não o tinham, significam que neste momento os investimentos mais seguros estavam na montagem desse importante meio de produção.

<sup>4</sup> Nessa tabela e nas que virão estão apenas os valores dos bens enumerados, o que não corresponde ao valor total de todos os bens do proprietário.

A construção dos engenhos permitiu gradativamente aos proprietários acumulação e consolidação de recursos financeiros avantajados. A aquisição de terras e o número de escravos apontavam cada vez mais para uma economia essencialmente canavieira, onde o grau de rentabilidade e de investimentos está estampado nos valores da tabela 01.

O valor das propriedades demonstra claramente que quem possuía engenho gozava de melhor poder aquisitivo, como também a possibilidade em elastecer suas fronteiras territoriais. Tomemos como exemplos dois proprietários com perfis produtivos diferentes: Luiz Pereira Bezerra e Domingos José da Silva. O valor dos bens do primeiro, com quase mil cabeças de gado, era inferior ao segundo, cuja riqueza se observa no engenho de cana. A supremacia financeira que Domingos José da Silva tinha em relação a Luiz Pereira Bezerra consistia na possibilidade de obter melhores opções de lucros. O engenho oferecia muitos mecanismos de renda e de mão-de-obra. A mão-de-obra, sobretudo a escrava, tinha peso considerável na valorização da propriedade; em alguns casos contribuía praticamente com mais da metade do valor de todos os bens.

No que se refere a outros tipos de lucros, as práticas dos arrendamentos, das meias, das parcerias e de outras formas desenvolvidas pelos moradores e demais trabalhadores, significavam a garantia constante de lucratividade de quem detinha o engenho. Na medida em que o engenho ocasiona esses tipos de possibilidades, tornava o proprietário mais potente, e o engenho, o mais valioso instrumento de produção, valor aquisitivo e status social.

Quanto à pecuária, não se pode afirmar o mesmo. Sua baixa rentabilidade pairava em alguns obstáculos; dentre eles, no baixo valor do gado<sup>5</sup> e nas dificuldades de manutenção da fazenda que esbarrava no constante transporte para locais mais propícios à sua sobrevivência.

No Cariri, as terras mais férteis eram todas adquiridas para a plantação de cana; os que se aventuravam na criação de gado vacum tinham que se contentar com as terras mais secas nos arredores da região ou em outras localidades, ficando sujeitos às calamidades climáticas e a outros empecilhos<sup>6</sup>.

Quem dependia única e exclusivamente do gado para a garantia de produção e reprodução da riqueza ficava apreensivo quando não havia uma regularidade invernos; apesar de só acontecer com maior frequência nas áreas mais áridas do interior cearense, ainda assim, o pecuarista caririense ficava apreensivo; quando a fazenda era partilhada, haveriam os herdeiros (em tempos difíceis) de ter locais propícios para deslocar e manter

<sup>5</sup> APEC. Inventários. Nos finais do século XVIII, a cabeça do gado vacum variava entre dois, três, quatro e no máximo cinco mil réis.

<sup>6</sup> Geralmente os donos de rebanho bovinos do Cariri, não tendo terras propícias à criação, deslocavam seu gado para outros locais.

seus rebanhos; não havendo essa possibilidade, acabaria por vendê-los por um preço irrisório, ficando sempre à beira da falência.

(...) o negócio não era compensador, uma vez que o gado emagrecia, diante de tantos dias de longas caminhadas (...) nestes casos, as vendas eram feitas a fazendeiros locais ou a pessoas dedicadas a reengorda dos rebanhos. Tais transações eram efetuadas abaixo do valor do animal, isso porque, diante da perspectiva da volta daquelas rezes para a fazenda de origem, os proprietários geralmente as vendiam por qualquer preço.<sup>7</sup>

As discussões até o momento e o que a tabela 01 demonstra revelam a existência de um diminuto, porém importante grupo com poder aquisitivo bastante acentuado na região. Mesmo pela pouca documentação, ainda assim os resultados apresentam pontos importantes e característicos sobre a formação do patrimônio dessas famílias, cujas riquezas eram em sua maioria passadas de geração a geração, mantendo a estrutura patrimonial em família.

A necessidade de manter os bens entre famílias fundamentou, a partir de uma dimensão econômica, algumas peculiaridades e características que aos poucos foram imprimindo ao panorama fundiário do Cariri uma nova configuração social alicerçada nas bases da realidade dos senhores de engenho.

Essa nova configuração se fortalece na medida em que os mecanismos de transmissão de herança (dotes, meação, terça etc.) se perpetuam. O acesso à terra e a outros bens através da herança era um dos mais eficazes meios de se manter a propriedade em família.

Os autos de partilha são testemunhas das preocupações do proprietário em manter seguro o patrimônio. Geralmente, apenas parte da herança familiar ficava sob o controle dos filhos. Os bens mais valiosos ficavam com o cônjuge sobrevivente, estratégia que possibilitava a garantia, proteção e sobrevivência do patrimônio familiar. Essa prática significava para os herdeiros regras para não deixar os bens se esfacelar facilmente.

O processo de partilha de Domingos José da Silva é um exemplo. Com o falecimento de sua esposa (Maria Assunção), seus dois filhos (José Cardoso de Oliva e Manoel Ribeiro de Oliva) tiveram de direito da herança apenas alguns escravos e uma inexpressiva quantidade de objetos. A parte mais valiosa do patrimônio ficou com o cônjuge sobrevivente. Importante é entender que, mais cedo ou mais tarde, os filhos seriam novos senhores de terras e de engenhos, e se perpetuava assim o nome, o prestígio e o poder de seus pais por muito tempo.

<sup>7</sup> GIRÃO, Valdelice Carneiro. "Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na Capitania do Ceará". In: *História do Ceará*. SOUZA, Simone (coord). Fortaleza: UFC, Fundação Demócrito Rocha, 1989, p. 35.



À luz dessas análises, a larga sobrevivência no Cariri das tradições de posse e de permanência de propriedade entre famílias revela o predomínio e o processo de expansão territorial na região ao longo do tempo. Exemplo disso foi os Bezerra de Menezes cujo

acesso à terra por compra ou herança, fora do padrão dominante de concessão oficial, tão reiterado na história da família, ganha plausibilidade. Tal circunstância irá marcar a distinção de uma família que, desde suas origens pretéritas, já havia acumulado terras para constituir patrimônio por herança e dinheiro para compra de propriedades<sup>8</sup>.

O domínio patrimonial dessas famílias supracitadas revela apenas parte da realidade que a região vivenciava nos final do século XVIII, quando as condições materiais estavam em processo incipiente. Os bens existentes na referida década expressam o sentido, a forma e os desdobramentos da sociedade senhorial no século posterior.

A permanência da estrutura social, em relação aos padrões econômicos, se revela nas transmissões da riqueza aos herdeiros e co-herdeiros. As análises dos objetos inventariados nos dão pistas para uma visão de conjunto e do comportamento no ato da retenção, redistribuição e concentração dessas riquezas por esses grupos na sociedade caririense. Isto é importante na medida em que esses mecanismos eram o caminho para a perpetuação do domínio social dessas famílias sobre os menos favorecidos.

Em função do crescimento populacional, a tendência era cada vez mais a valorização dos engenhos existentes e a ampliação e construção de mais unidades. Pelos pés de serra do Araripe proliferavam mais e mais engenhos; esses locais eram procurados devido às inúmeras fontes de água, lenha para combustível, montagem de sítios, construções de casas de farinha etc. Essas ampliações e valorização foram responsáveis por boa parcela do desenvolvimento da zona rural canavieira caririense a partir das primeiras décadas do século XIX.

Nesse momento, é inegável que o “comércio” também crescia. Nos anos iniciais do século XIX, a rapadura e a farinha dão fôlego ao comércio, que se torna elemento importante na composição da riqueza dos proprietários, que sentem nascer no cenário político e econômico do Cariri uma nova realidade cheia de prosperidade e bonança. Na observação de Irineu Pinheiro,

no tempo das moagens chegavam diariamente, às principais localidades, Crato, Barbalha, Missão Velha, Jardim etc., para compra e transporte de rapaduras, comboeiros dos mais diversos lugares do Ceará, dos Inhamuns, do Riacho do Sangue, de Quixadá, de Cachoeira etc<sup>9</sup>.

A importância do Cariri em relação a outras regiões que o circundavam foi favorável ao crescimento das unidades produtivas dos bem materiais, com conseqüentes expectativas

<sup>8</sup> LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder: o (caso) dos coronéis*. São Paulo: ANABLUME/Edições UFC, 1995, p.67.

<sup>9</sup> PINHEIRO, Irineu. Op. Cit., p. 109.

de melhores dias para seus habitantes. O comércio entre o Cariri e outras áreas do interior do Ceará e Províncias vizinhas realizou-se em função das necessidades que essas localidades tinham de garantir seus abastecimentos pelos gêneros produzidos nos engenhos, sítios e fazendas da região. A rapadura, a farinha, o artesanato e diversas variedades de frutas eram vendidos para as circunvizinhanças. *“No Crato e em seus arredores cultivavam-se frutas tropicais comuns, como a laranja, a lima, o limão, a banana, a manga, o mamão, a jaca, a fruta do pão e o caju; também são comuns as uvas, abacaxis, melões e melancias; esses e outros produtos foram de grande aceitação nas transações comerciais efetuadas nas feiras da região; todas se vendiam custando uma dúzia de laranjas quarenta réis; abacaxis grandes e de fino sabor, oitenta réis cada um; grandes melões vendem-se pelo mesmo preço”*<sup>10</sup>.

A detenção de posses em outras áreas tinha, além dos engenhos, esse objetivo, fazer com que o proprietário também acumulasse riquezas por outros meios, além da produção de rapadura; assim, estimulava-se cada vez mais a extensão de seus domínios territoriais.

Os bens desses grupos (como já falamos) remontam à própria estrutura fundiária em que se fundamentou o Cariri. Essas conclusões são demonstrativas no momento em que o processo de crescimento das propriedades incorporou relações dos proprietários com outras classes desprovidas desses bens. E isso se intensifica na medida em que cresce o contingente na região.

Com o domínio desses imóveis, os proprietários gozavam de autonomia em seus redutos. Nesse contexto, os trabalhadores “livres”, agregados, rendeiros, meeiros e outros, poderiam se encostar a esses indivíduos, que lhes ofereciam melhores condições por garantirem trabalho por muito mais tempo em suas propriedades, sítios e posses.

O número de sítios e de posses que os senhores de engenhos possuíam nos leva ao entendimento dos laços de dependência entre pequenos lavradores e donos de engenho. Os lavradores sem nenhum pedaço de terra arrendavam esses imóveis para plantarem suas canas e seus legumes. Esse mecanismo, na maioria dos casos, levava também o rendeiro a alugar também o engenho do proprietário para moer suas canas, assim como o aviamento para o beneficiamento da mandioca. Porém havia um problema: os arrendatários ficavam sujeitos à vontade e ao monopólio do proprietário do engenho.

Aos velhos moradores, o proprietário permite que plantem nas suas terras secas, mandioca, milho e feijão, em alguns casos consentem que cultivem pequenos pedaços de brejo, ½ tarefa, no máximo 1, com a obrigação de fazer a moagem no seu engenho, como o meeiro, isto é o agricultor entrega a cana ao engenho e o proprietário faz a moagem com direito a 50% do lavrador. O mesmo acontece com

<sup>10</sup> GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil (1836-1841)*. Tradução. Milton Amado. São Paulo: USP. 1975, p.95.

a mandioca que deve ser transformada em farinha no aviamento do patrão, sob as mesmas condições.<sup>11</sup>

Através dessas e outras práticas, foram se criando vínculos sociais entre senhores de engenho e aqueles que dependiam de seus meios de produção; o compadrio teve suas bases nesses mecanismos. As ligações se estabeleceram entre padrinho, madrinha, afilhado e restante da família, constituindo toda uma trama que se perpetuava a cada geração. Encarregado de trabalhar e de preservar os sítios e posses do patrão, o fiel morador era o “representante” do senhor nas questões de concessões e do acesso de demais pessoas à terra. “O morador do sítio é que é o pé-de-boi do engenho (...) não há abismo intransponível entre morador e o proprietário (...) todavia o compadrio é o laço bem sólido que liga o morador ao senhor de engenho”<sup>12</sup>.

Na zona rural, a manutenção dos laços de compadrio com pessoas mais ricas era cena comum. Era aí que se originavam os mais fortes elos que “uniam” os moradores aos senhores de engenho. Quem procurava e conseguia construir simpatia e “amizade” com os mais abastados se sentia “protegido”. Essa prática permitiu duráveis “amizades” e fidelidades de muitos moradores aos seus patrões.

Outra forma de manifestação, proliferação e fortificação desses laços era a incumbência que o senhor tinha de proteger a família do agregado, seus parentes, escravos e quem ficava sob sua tutela. Na observação de Azevedo, “os senhores de engenhos eram sem dúvida homens poderosos, e às vezes podiam proteger indivíduos procurados pela justiça”.<sup>13</sup>

Essa proteção só era possível pela

fragilidade da presença do poder instituído, e em especial a fraca imposição da justiça pública e seu comprometimento com interesses dos grandes fazendeiros do sertão que contribuía na vulgarização da violência em quanto instrumento para solução de conflitos cotidianos<sup>14</sup>.

Os conflitos cotidianos sempre foram para o sertão uma das suas características. Na região do Cariri, as grandes famílias abastadas mantinham seus “exércitos” particulares, onde a “justiça” era feita pela forma que melhor lhe conviesse.

A velha ribeira do Salgado, caminho dos povoadores, que desciam a subiam o vale do Cariri, transformou-se em palco de não poucas violências. A toponímia de suas margens, em sítios ou fazendas, preservou o testemunho irrecusável dos episódios sangrentos. Batalha, Pendência, Matança, Juiz, Tropas, Emboscadas... são denominações que permanecem qual lembrança duradoura das pugnas e morticínios ao sul do Ceará, no período da sua colonização<sup>15</sup>.

11 ALVES, Joaquim. *O vale do Cariri: características físicas, Povoamento, População, Vida econômica, Desenvolvimento Cultural*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1946, p.38.

12 FIGUEIREDO FILHO, José de. *Engenhos de Rapadura do Cariri*. Rio de Janeiro: Secretaria de Agricultura. 1958, p.42.

13 AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*. 2ª edição, Vol. XI, Edições Melhoramentos, São Paulo, 1958, p.85.

14 VIEIRA JUNIOR, Otaviano Antonio. *A Família na Seara dos Sentidos: domicílio e violência no Ceará (1780-1850)*. Tese de Doutorado. USP. 2002, p.136.

15 MACEDO, Joaryvar. *Império do Bacamarte: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense*. Fortaleza: Alagadiço Novo, UFC, 1990, p.21.

Gardner testemunhou e narrou que a região do Cariri era um covil de criminosos e foras da lei.<sup>16</sup> Esses ditos criminosos relatados pelo viajante eram dentre outros, fugitivos das rixas, das emboscadas, das matanças e demais hostilidades decorrentes (sobretudo) das disputas territoriais e políticas. Fugindo desse ambiente, os desvalidos e os perseguidos em sua maioria procuravam os senhores de engenho do Cariri para pedir moradia, trabalho e proteção.

Os proprietários, ao garantirem a reprodução social de seus bens, eram capazes de mobilizar uma clientela de homens aptos para defesa da propriedade. A apropriação de uma extensão de terras em diferentes localidades da região era muito mais que uma simples necessidade material; consistia numa imprescindível produção e reprodução de poder e de **status**. Poderes e **status** que vão se confrontar com outros poderes durante as primeiras décadas do século XIX.

Tabela 02. Panorama Geral da riqueza patrimonial de alguns senhores de engenho (1800 -1820)

Ano	proprietário	Principais bens	Local de moradia	Local (is) das propriedades	Valor
1805	Joaquim F. de Lima	02 escravos, 08 bois mansos, 01 posse de terra com 565 braças, 01 engenho, 01 aviamento	Missão Velha	Sítio Bom Jesus e Santa Tereza	910\$000 réis
1806	Manoel Gomes de Lima	01 casa de farinha, 01 engenho, 06 escravos, 65 cabeças de gado, 06 bois mansos, 01 sítio, 01 partido de cana.	Missão Nova	sítio canta galo, Missão Nova e na Ribeira do Salgado.	1.845\$77 réis
1811	Francisco de Oliveira Rocha	01 sítio, 01 pedaço de terra 01 escravo, 11 cabeças de caprinos	Vila Real de Crato	Pedra Branca, Macacos, Queimadas	720\$200 réis
1816	Izabel Cruz Neves.	01 engenho, 07 escravos, 21 cabeças de gado, 148 braças de terras.	Vila Real de Crato	Sítio Santa Tereza	1.879\$600 réis

Como em outras localidades, a concentração de propriedades revestia-se de significados econômicos, políticos e sociais; o trabalho escravo e o monopólio da terra foram, do ponto de vista dos senhores, alternativas de controle da força de trabalho e da garantia de produção e reprodução de poder e riqueza. Ser senhor de “terra e gente” significava ampliar sempre seu território. Na imensidão do sertão nordestino, as fronteiras entre propriedades pareciam não existir. Na observação de Koster:

a divisão das propriedades no sertão é extremamente vaga, e pode ser bem imaginada quando se disser que o modo usual de descrever uma fazenda é computar sua distância em léguas, ou em muitos casos, informar quantos mil bezerros anuais, sem menor referência à quantidade das terras possuídas”.<sup>17</sup>

<sup>16</sup> Gardner, narra em seu diário que no Cariri havia muita hostilidade e que a insegurança era constante, segundo ele, muitos foragidos da justiça transitavam livremente pelas vilas da região.

<sup>17</sup> KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução e notas de Luis da Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional,

A tabela 02 indica que muitos senhores de engenhos possuíam propriedades em diversas localidades da região. Numa realidade em que as fronteiras eram demarcadas pela lei do mais forte, de alguma forma esses bens iriam se expandir ocasionando conflitos com seus vizinhos. Numa região rica, alvo de muitos aventureiros e ambiciosos, os conflitos eram constantes. Resolver esses conflitos era para as autoridades municipais um verdadeiro dilema.

Sempre os governos municipais ampararam embora timidamente a princípio, os que amanhavam a terra, por mais contribuírem para a riqueza desta. No Crato, há uns cem anos, dividiu-se o município em duas partes; a criação e a da agricultura. Mas nunca se cumpriram com o preciso rigor as posturas camarárias, por serem os criadores pessoas protegidas pelos interesses da política local<sup>18</sup>.

A citação do autor corresponde à invasão dos grandes proprietários de engenhos (que na maioria também eram criadores) nas terras dos pequenos lavradores. As fronteiras no Cariri sempre foram um problema: não se atendia a demarcação alguma; possuir bens além dos limites de suas propriedades fazia parte dos objetivos desses indivíduos, cuja tendência era ampliar essas áreas de moradores tornando-os seus dependentes.

Além dessa transgressão de fronteiras, a manutenção de propriedade além da região era regra; obter esse feito significava mais braços de poder e riquezas. Irineu Pinheiro reafirma que

os donos de sítios, em geral, possuem, fora do Cariri, fazendas onde descansam e engordam os bois que movem seus engenhos e os burros que cambitam em suas moagens. De lá trazem, ainda, vacas para abastecerem de leite as cidades caririenses de Crato, Barbalha, Missão Velha etc.<sup>19</sup>

Na observação de Joaquim Alves:

(...) o caririense prefere as fazendas de Pernambuco e Paraíba para criar, às do Ceará. Conduz os seus gados, anualmente, para os sertões dos Estados vizinhos. Sobre os seus rebanhos, durante o estio, para a chapada do Araripe, desce, no inverno, para a fazenda, em Salgueiro, Granito, Bodocó, Leopoldina ou Belmonte<sup>20</sup>.

As ações dos poderosos senhores de engenho sobre seus comandados foram características marcantes dessa postura imperiosa, que deu origem à extensão de seus poderes, em que se permitiu seu profundo arraigamento nas entranhas da sociedade da época. No âmbito rural, o senhor de engenho era detentor de **status** elevado e riqueza invejável; mantinha quase todos aos seus pés. No setor urbano, sua força era sempre presente; conseguia manter quase todo o controle das instituições jurídicas, políticas, religiosas, tão comuns nos sertões cearenses da época.

---

1942, p. 212.

18 PINHEIRO, Irineu. Op. Cit., p. 45.

19 Idem.

20 ALVES, Joaquim. Op. Cit., p. 18.

Entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX não se observou uma mudança significativa na personalização da administração da justiça no Ceará. Esta continuava sendo extremamente personista, obedecendo a interesses familiares e individuais, onde as extensas e abastadas famílias utilizavam o monopólio de cargos estratégicos, para institucionalizarem sua influência política e econômica. A sociedade sertaneja desse período apenas assistia ao início da delimitação de instituições que representassem a coletividade de maneira impessoal e abstrata, e tinha como figura signo de poder o grande proprietário de terras e gados, e suas famílias que mantinham a tradição de usufruir cargos públicos.<sup>21</sup>

Numa realidade em que o poder régio atendia a quem lhe conviesse, os escolhidos para a manutenção dos principais postos de cargos públicos que culminavam no controle social, eram agraciados pelos seus pares, que, juntamente com sua família e parentela se encarregam de suas próprias nomeações.

Nesse aspecto, os vinte primeiros anos do século XIX foram para o Cariri uma espécie de preparação para entrar no cenário político, econômico e social na Capitania do Ceará. Esses anos foram marcados por turbulências político-ideológicas, cujas inclinações remontavam às disputas entre os abastados senhores de engenho e demais grupos sociais que se estabeleciam na então incipiente sociedade caririense. Alicerçados nas tradições familiares, os braços mais fortes da política caririense buscavam preservar sua posição social e política, na eminência de sofrer abalos em função dos lampejos “inovadores” de um novo século.<sup>22</sup>

A presença constante, porém, a freqüente e reiterada referencia ao choque de idéias é tão comum, tão renovada, tão presente na documentação histórica que se pode compulsar centenas de casos (...) que não se pode desprezar a parcela de força, o concurso que o conflito geral das filosofias políticas tiveram nesses acontecimentos recuados, no longínquo Cariri no começo do século XIX<sup>23</sup>.

Tanto em seu reduto como fora dele, o senhor de engenho era um ser temido e “admirado” por todos os que o rodeavam. Sua palavra era sinônimo de ordem e respeito. Suas ordens ultrapassavam limites, açambarcando várias categorias sociais, estendendo-se por fim aos núcleos urbanos em formação na época.

A posição de senhor oferecia vantagens simultâneas; além de deter atributos de fidalgo; obtinha um modo de vida privilegiado em relação aos demais grupos sociais. Com grande quantidade de posses, sítios, escravos e agregados, vivendo e produzindo em suas terras, chegou a ser um agente aceito em todos os níveis da esfera social. Suas atuações como patrão, chefe de família, chefe político e muitas vezes militar, significavam sua posição na sociedade.<sup>24</sup>

21 VIEIRA JUNIOR, Otaviano Antonio. Op. Cit., p. 198.

22 Nos vinte primeiros anos do século XIX o Cariri passava por grandes transformações políticas, sociais e econômicas. No setor político, a presença da Família Alencar na região incomodava as famílias tradicionais com suas idéias inovadoras, que teria seu ápice nos movimentos de 1817. FIGUEIREDO FILHO, José de. *História do Cariri*. Vol. II e III, Coleção Estudos e Pesquisas. Crato: 1964-1966.

23 ALCANTARA, José Denizard Macêdo de. A vida do Brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro (1740-1831) In: *REVISTA ITAYTERA*. Crato: Instituto Cultural do Cariri (ICC), nº . III, 1957, p. 88.

24 AZEVEDO, Fernando de. Op. Cit., p. 21.



Como expoente máximo da sociedade, os senhores de engenho fortaleceram e configuraram as estruturas econômico-rurais do Cariri. Com essas características, o Cariri foi uma das principais localidades do Ceará em que se consolidou esse tipo de alicerce de poder e opulência.

Quando manuseamos os documentos, constatamos que certa porcentagem de proprietários tinha patentes de Coronel, Brigadeiro, Capitão-Mor, Major, Alferes etc.<sup>25</sup> Isso nos força a discutir até que pontos iam as dimensões de poder de algumas famílias estabelecidas no Cariri.

As patentes militares dos senhores de engenho significavam muito para a época e para os que ficavam sob sua tutela. Deter esse poder era um dos principais pretextos para o senhor desfrutar e abusar de sua autoridade como também proteger seus moradores e sua família contra seus inimigos e contra o famigerado recrutamento militar. Na observação de Koster,

nesse tempo foram dadas as ordens de recrutamento para os Regimentos de Linha pelo Governador. Os homens exigidos são obrigados a esse serviço. As ordens vieram aos capitães-mores e foram distribuídas aos capitães. As instruções continham dessa vez, e creio que sempre contiveram, a indicação de prender as pessoas de mau caráter, de dezesseis e sessenta anos, enviando-as ao Recife para o alistamento, e nas famílias que contassem dois ou mais rapazes solteiros, um deveria ir para os serviço do país. É nessa ocasião que a tirania tem o seu esplendor, que o capricho e o arbítrio se aliam e que a mais injusta parcialidade prevalece, e se executa a mais intolerável opressão<sup>26</sup>.

Livrar-se desse problema não era tão fácil como parecia; as chamadas “pessoas de mau caráter” ou os excluídos da sociedade eram os alvos principais. Para fugir desse tormento, muitos apelavam para a proteção do patrão. Na observação de Xislei Ramos, *“a proteção do recrutamento forçado sobretudo nos períodos de guerra, em troca de lealdade estava presente nos vínculos familiares, nas ligações de casamento e/ou compadrio.”*<sup>27</sup>

Das muitas famílias que tiveram patentes e que exerceram fortes influências na sociedade caririense, os Bezerra de Menezes são um exemplo. Sua penetração política se estendeu por todo o território cearense, sobretudo quando eclodem os movimentos políticos de 1817. Desse momento em diante se percebe o real poder dessa família.

com efeito não é possível estudar os acontecimentos do Cariri, que medeiam da Revolução de 1817 às lutas de Pinto Madeira, sem acentuar o papel desempenhado por Leandro Monteiro e o seu clã familiar, tão importante e tanto mais influente que lhe permitiam ver um filho comandar o Regimento de Cavalaria de Milícias do Crato, outro tenente-coronel e outro sargento-mor do mesmo Regimento, outro ainda capitão-mór das ordenanças da Vila de Crato, um neto feito vigário da Paróquia,

25 APEC. Nos inventários é possível encontra indivíduos com Patentes dentre eles; Capitão Domingos José da Silva, Sargento-Mor José Cardozo de Oliva Comandante Leandro Bezerra Monteiro, Capitão José Pereira Mascarenhas, Comandante Francisco Xavier de Souza.

26 KOSTER, Henry. Op. Cit., p. 388.

27 RAMOS, Xislei Araújo. *“Por trás de uma fuga nem sempre há um crime”*: o recrutamento “a laço” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875). Fortaleza: 2003, dissertação de Mestrado. p.62.



uma neta casada com o escrivão da Câmara Municipal, além de inúmeras outras relações de parentesco e de posição social e política que lhe deram incontestável prestígio no sul do Ceará (...) <sup>28</sup>

É bem verdade que não se podem discutir os conflitos políticos no Cariri sem menção à influência da família Bezerra. Esse clã fincou seus tentáculos nos mais privilegiados postos da ordem pública da região. Além de deterem um patrimônio territorial invejável, davam-se ao luxo de exercer importantes cargos públicos.

Os senhores de engenho se constituíram essencialmente em uma minoria poderosa que desempenhou e assumiu muitos papéis no âmbito econômico, social e sobretudo político; um desses papéis assumidos foi nos movimentos revolucionários de 1817 acima mencionado. Esses acontecimentos dizem respeito aos levantes políticos alavancados pela província de Pernambuco, que atestavam a importância dessa insurreição para a instituição do regime republicano. No Cariri, esses fatos tomaram expressividade, ocorrendo disputas entre tradicionais famílias, sobretudo os Alencar e os Bezerra de Menezes.

Alencar e Bezerra de Menezes, sem dúvida, foram as mais importantes famílias a dominar o cenário político e econômico da região na primeira metade do século XIX. Essas duas facções foram oponentes nas questões políticas dos anos iniciais do referido século.

Proprietários do Sítio Juazeiro e demais sítios pela região, os Bezerra de Menezes conseguiram, através de suas posses, engenhos, rebanhos e sítios, aglutinar uma leva de pessoas sob sua tutela, para que, nos momentos de crise política, encontrassem neles o apoio para suas decisões; opor-se aos republicanos em 1817 foi apenas um exemplo de sua força na região.

As divergências entre essas duas famílias assinalam apenas a ponta de um iceberg, que foi o Cariri nas primeiras décadas do referido século. Com algumas vilas consolidadas e uma povoação avantajada, as disputas políticas deveriam se irradiar para outras localidades.

o poderoso Capitão José Pereira Filgueiras, não obstante o que, na missa dominical de 3 de maio, lera as proclamações do Governo Revolucionário e proclamara a república, à qual, em seguida, fez aderir a Câmara daquela Vila (Crato) bem como a do Jardim onde exercia a maior influência Leonel Pereira de Alencar, irmão de D. Bárbara <sup>29</sup>.

Fincando raízes no Cariri, antes que os Alencar, os Bezerra de Menezes não ficaram de braços cruzados e conseguiram sobrepor-se na região durante a revolução de 1817.

Leandro e sua família estavam radicados há quase uma centúria na terra, integrados em numerosa parentela. Eram já gente da terra como ainda hoje se diz, para exprimir o prestígio do local sobre o advena. Os seus adversários, tais como os Alencares

<sup>28</sup> ALCÁNTARA, José Denizard. Op. Cit., p. 87.

<sup>29</sup> NOBRE, Geraldo. A revolução de 1817 no Ceará. In: *História do Ceará*. SOUZA, Simone. (coord) Fortaleza: UFC, Fundação Demócrito Rocha, 1989, p.137.

e Filgueiras eram relativamente novos. Filgueiras era nascido em Sergipe. Os Alencares haviam chegado nos meados da segunda metade do século XVIII<sup>30</sup>.

Os Alencar, apesar de serem “forasteiros” na região, eram membros da sociedade burguesa urbana, que até então era incipiente e “não tinha” forças políticas para discutir novos rumos para a sociedade da época. Assim “os Alencares-Tristão, sobretudo-blasonava sua influência na vila, homem que era do comércio, na incipiente burguesia mercantil e urbana, nos fragmentos da classe-média vilarenga (...)”<sup>31</sup>.

Ao contrário, os Bezerra “fundavam sua força na zona rural, na parentela dos engenhos espalhados sonolentemente pelo vale, onde estavam seus milicianos de cavalaria, tipicamente, nos acanhados limites da sociedade caririense da época”<sup>32</sup>.

Para melhor entender essa força, a tabela abaixo demonstra um pouco das propriedades dos Bezerra de Menezes<sup>33</sup> e de outras famílias em diversas localidades da região.

Tabela 03. Panorama geral da riqueza patrimonial de alguns senhores de engenho (1829 -1836).

Ano	proprietário	Principais bens	Local de moradia	Local (is) das propriedades	Valor total dos bens
1829	Simplício Correia de Oliveira	15 cabeças de gado, 10 bois mansos, 17 ovelhas, 03 sítios, 01 engenho, 01 posse de terras, 01 parte de terras, 15 escravos	Sítio dos Milagres;	possui terras e sítios nos Mendes e barro vermelho	1.172\$564 réis
1835	Leandro Bezerra Monteiro	30 escravos, 40 cabeças de gado 16 cabeças de caprinos, 18 cabeças de ovelhas, 5 propriedades, 8 bois mansos, 02 engenhos, 01 alambique, 01 caldeira, 03 tarefas de cana, 4 sítios	Sítio Juazeiro, termo do Crato	Propriedades em Piancó na Província da Paraíba, Juazeiro, sítio prazeres, pedrinha, Santo Antonio, Piláu, etc.	8.785\$000 réis.
1836	Francisco Tavares Muniz	10 escravos, 31 cabeças de gado, 06 bois mansos, 4 sítios, 02 engenhos.	Sítio Thapera, temo da Vila do Crato	Idem	6.487\$.000 réis

30 ALCÂNTARA, José Denizard. Op. Cit., p. 89.

31 Idem., p. 90

32 Idem, Ibidem, p.90.

33 APFHPC. Inventários. Os bens dos Bezerra de Menezes são apenas de um inventário, existem dois autos de inventário cujo patrimônio excede e muito o acima relatado.

Na tabela 03, é evidente o crescimento da fortuna dos proprietários; a escala de crescimento de valor e de outros bens é mais visível. Engenhos são mais freqüentes, caldeiras e alambiques dão testemunha de que aos poucos a indústria canavieira ganha pulso; aparecem além do gado outras categorias de rebanhos miúdos: ovelhas e caprinos. Tudo isso demonstra que a cada período as diversificações de bens são marcas indeléveis do poder aquisitivo desses senhores na região.

Esse robusto arcabouço material com valor muito acentuado não exprime apenas a ordem econômica privada, nem somente a solidez política dos detentores desses bens, mas, sobretudo, a forte consolidação do patriarcalismo que absorve para si características e funções sociais, revelando-se como único centro de organização social possível.

Se nos transportarmos, numa visão retrospectiva, para os fins do século XVIII, iremos compreender que a apropriação de sítios e posses em várias localidades da região é bem mais acentuada na medida em que adentra o século XIX. Nessa análise, é extremamente importante focalizar onde havia a maior proporção desses bens. Crato e Missão Velha apresentam-se dentre as demais vilas como as principais localidades, onde o crescimento populacional era bem mais significativo.

Nessas vilas, pelo menos nessa primeira metade de século, concentrou-se toda uma riqueza agrícola eventualmente originária de consideráveis gotejamentos de propriedades em diversas localidades, onde os valores, sempre em crescimento, alavancados pela égide da cultura canavieira e com a produção da rapadura, correspondiam cada vez mais aos anseios dos proprietários.

Os dados até aqui descritos e analisados através das tabelas indicam que, em pouco mais de 60 anos, o enriquecimento de uma pequena parcela da sociedade caririense se fez em passos largos. A produção e comercialização da rapadura permitiram aos seus produtores uma infinidade de privilégios acima da realidade material interiorana.

Nesse aspecto, a economia canavieira, durante a última década do século XVIII e primeira metade do século XIX, incrementou elementos básicos para a estrutura social, política e sobretudo econômica no Cariri, cuja realidade criou situações de vida muito díspares e características. Com o crescimento periódico dos patrimônios, pode-se calcular que a riqueza dos senhores de engenho cresceu, e os filhos e filhas herdeiros dessas fortunas, constituíram novas propriedades, novos e velhos poderes.

**Tabela 04. Panorama geral da riqueza patrimonial de alguns senhores de engenho (1836 -1850).**

<b>Ano</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Principais bens</b>	<b>Local de moradia</b>	<b>Local (is) de propriedades</b>	<b>Valor total dos bens</b>
1836	Miguel Gonçalves Ferreira	04 escravos.	Sítio Cachoeira, Missão Velha	Não registrado	600\$000 réis
1841	Manoel Tavares Muniz	183 cabeças de gado, 5 bois mansos, 26 cavalos, 16 escravos, 01 casa de farinha, 09 sítios sendo um com engenho, 05 posses de terra.	Missão Nova	Crato, Gameleira, contenda, Mata, Canta Galo etc.	4.995\$000réis
1842(1)	José Paes Landim	02 escravos, 01 posse de terra, 01 casa de farinha, 05 tarefas de cana.	Crato	Idem	357\$000 réis
1842(2)	João Pinto	120 braças de terras, 01 escravo	Crato	Idem	516\$000 réis
1845	José Pereira Mascarenhas.	04 escravos, 03 sítios	Crato	Ribeira do Rio Salgado e Rio Missão Velha	1. 565\$000 réis
1847	Francisco Xavier de Souza	127 cabeças de gado, 20 bois mansos, 62 ovelhas, 31 escravos, 01 légua de terras, 4 posses, 02 sítios, 01 aviamento, 02 engenhos 23 tarefas de cana.	Crato	Ponta da Serra, Santa Ana, Antas, Baixada, Pissaras, Flores, Crioulas,	12.221\$800 réis
1849	Francisco José da Silva	01 Sítio, 01 casa de farinha, 01 posse com 18 braças, 04 bois mansos, 19 cabeças de gado.	Barbalha	Missão Nova, Cajueiro, Cachoeirinha,	486\$000 réis

### **3.2. ACULTURAMATERIAL:HABITAÇÃO, VESTUÁRIO, ALIMENTAÇÃO**

As discussões realizadas nos capítulos anteriores nos permitiram analisar as condições favoráveis aos avanços das propriedades territoriais, bem como a importância dos engenhos no adensamento populacional e na riqueza dos seus proprietários. A população

do Cariri concentrava-se em torno das principais vilas de Crato, Missão Nova, Missão Velha, Jardim e Barbalha; nelas, muitos proprietários mantinham seus patrimônios.

Na medida em que aumentava o número de engenhos e de propriedades, modificava-se também o panorama sócio-econômico e material na região. O movimento demográfico resultante dessa expansão canavieira configurou um quadro bastante peculiar da apropriação fundiária que foi revelado nos inventários.

Vimos, no primeiro item desse capítulo, que os senhores de engenho detiveram sob seu poder grande parte da riqueza produzida na região. Essa riqueza está estampada nas tabelas anteriores. A terra, o engenho a mão-de-obra (escrava e livre) foram o tripé que ostentou a grandiosidade de riqueza e poder desses indivíduos estabelecidos no Cariri, cuja riqueza 90% advinham das atividades agrícolas.

Com a crescente proliferação de posses, pedaços de terras e sítios, vários itens produzidos nessas localidades eram escoados quase todos para os principais centros urbanos da região e adjacências, elevando o padrão de vida e de consumo dos cidadãos, enriquecendo cada vez mais a vida material dos proprietários. Materialidade que se fundamenta principalmente na habitação, no vestuário e nos costumes alimentares.

Na avaliação dos objetos domésticos, há fortes indícios de que os padrões habitacionais e imobiliários foram se sofisticando na medida em que crescia o fluxo econômico na região. No entanto, antes de conseguirem poderes aquisitivos vultosos a ponto de se sofisticarem, a realidade material dos habitantes do Cariri não foi tão diferente das demais regiões da Capitania cearense.

Sobre habitação, não temos estudos que abordem com profundidade tal questão. Os autos de inventários que correspondem a esse estudo praticamente não incluem casas de morada. Assim mesmo, essa diminuta quantidade, acrescida de relatos dos viajantes e cronistas, deu-nos a percepção de que a realidade habitacional dos potentados caririenses em relação aos do restante dos sertanejos teve suas diferenças; só a dos pobres é que se desdobraram num estilo simples e rústico como em todo o interior nordestino.

Viajando pelos sertões do Nordeste em meados do século XIX, Henry Koster presenciou inúmeras vezes o estilo habitacional dos sertanejos. Em suas jornadas, abrigava-se em diversos lares; vaqueiros, capitães-mores, senhores de engenho, pretos livres, padres etc, todos lhe davam guarida. Numa dessas jornadas ele registra o seguinte:

neste dia, pelas dez horas, chegamos à fazenda de Santa Luzia, situada no vasto plaino igual aos que havíamos percorrido nesses últimos dias (...) não havia árvores se não nos arredores do poço. A vista desta casa reanimou-nos o espírito, por não faltar água nem capim, embora estivesse totalmente seco (...) a casa do vaqueiro

apareceu diante de nós, sobre uma pequena elevação, a umas cem jardas de distância. Era uma cabana, baixa e branca, com estábulo e curral de cada lado (...) Sentaram-se ao chão, junto de minha rede, e pediram-me as novidades de Pernambuco, porque não os interessavam assuntos distantes<sup>34</sup>.

Koster vinha de Natal para Assu percurso que muitas vezes fizera. A descrição da casa do vaqueiro que o hospedara reflete a rusticidade do interior, sem mobílias. Sentados ao chão, os caboclos tentavam entender as aventuras do viajante pelos altos sertões nordestinos.

No sertão, nem as vilas tinham uma boa estrutura habitacional; nem sempre era possível encontrar boas instalações para o descanso do dia. Quando chegou à vila do Assu, enviou um dos seus companheiros à procura de uma estadia. Segundo ele,

(...) foi então procurar uma casa para nossa estadia, era pequena, sem reboco nem caiação, com dois quartos, um abrindo para a praça e outro para o rio. Logo que terminei a instalação e me arranjei, sai para visitar o Vigário, que residia na melhor ou menos feia habitação da vila. Era do tamanho da casa dos camponeses ou dos pequenos proprietários na Inglaterra, mas não tão confortável, embora possuindo pavimento de tijolos.<sup>35</sup>

Apenas os mais influentes da sociedade tinham melhores instalações; padres, juizes, capitães-mores, senhor de engenho etc., eram os que se davam ao luxo de melhor moradia.

Koster foi mais do que um viajante: suas narrativas demonstram um pouco da realidade nos sertões do nordeste bem como são a testemunha mais elucidativa das condições materiais em que viviam os habitantes do interior; ele, mais do que qualquer outro, teve autoridade para descrever o cotidiano em que vivia o sertanejo.

No interior da capitania cearense pelo menos até a metade do século XIX, a estrutura habitacional dos opulentos e poderosos fazendeiros e senhores de engenho constituíam-se de enormes casarões; porém sem o conforto e a mobília existente no litoral pernambucano. Construídas em sua maioria com materiais da região, a habitação desses indivíduos tinha aparência singela, fruto de uma realidade habitacional típica das condições ambientais.

Nesta arquitetura simples, motivada pela falta de pedra de obra apropriada, na modesta alvenaria foi executada uma ornamentação própria, onde os artistas anônimos obtêm com linhas, nas combinações ingênuas das curvas e ornatos retilíneos, os efeitos decorativos da maior significação; surgindo daí, uma arte sertaneja, oficialmente desconhecida que chama a atenção para sua originalidade tão peculiar que deve ser admirada como testemunho material da civilização do sertão<sup>36</sup>.

A descrição da autora é pertinente para entendermos um pouco da realidade habitacional interiorana e percebermos como era a estrutura urbana do Cariri na última década do século XVIII e primeira metade do século XIX. Gardner, ao adentrar a vila de Crato, uma

34 KOSTER, Henry. Op. Cit., p. 135.

35 Id. Ibidem., p. 141-142.

36 GIRÃO, Valdelice Carneiro. Op. Cit., p. 72.



das mais expressivas da região, se depara com a simplicidade e rusticidade das residências. Segundo ele, o Crato era

uma cidade pequena e suficiente mísera com um terço de Icó (...) suas casas, muito irregularmente construídas, são todas térreas, com uma só exceção. Tem uma cadeia e duas igrejas, mas a primeira destas, inacabada, já tem toda aparência de ruínas<sup>37</sup>

O crescimento vegetativo do setor urbano que Gardner presenciou na vila de Crato não expressa o que a documentação revela. O seu verdadeiro poder econômico estava estampado nas construções dos engenhos de rapadura, nos sítios, poses e fazendas, situados ao sopé da Chapada do Araripe e demais localidades. *“Nas zonas de criação, tais estabelecimentos nunca tiveram o alto valor que adquiriram os engenhos, as fazendas e sítios de cana.”*<sup>38</sup> Era nesses ambientes que se concentrava a verdadeira riqueza material de seus mais expressivos expoentes. As famílias mais abastadas,

moram em seus sítios, em prédios de alvenaria cobertos de telhas, ladrilhados de tijolos de barro cozido, regra geral sem forros e soalho de madeira. Nada de luxo. Nem mesmo de conforto. Vários tem na cidade casas onde passam os dias de domingo, os das feiras semanais, os de festas religiosas<sup>39</sup>.

Foi na zona rural que a região se destacou e se diferenciou das demais; os principais proprietários preferiam o ar puro do campo ao ambiente das vilas, por isso tinham a cidade apenas como local de diversões e descanso.

Ao mesmo tempo em que abrigava esses opulentos senhores, a zona rural caririense também era palco de grandes desigualdades sociais. O pobre se via apertado em míseros casebres que mal davam para abrigar sua prole. *“Os agregados, chamados de moradores, vivem em habitações feitas totalmente de folhas de babaçu, ou, então, de paredes de taipa e tectos de palhas”*<sup>40</sup>..

Em outra discussão, José de Figueiredo Filho afirma que

a vida do pobre morador do sítio caririense quase não tem mudado desde que começaram a rodar, na região, os primeiros engenhos de pau. Com raras exceções, a não ser em propriedades como Lagoa Encantada ou Belo Horizonte, moram em choupana miserável, onde medram quase todas as misérias físicas<sup>41</sup>.

Toda essa discussão paira na assertiva de que o panorama social do Cariri se configura numa realidade sobriamente estigmatizada pelo poder, luxo, pompa e exclusão social. Nos inventários, as casas de morada, apesar de não aparecerem com regularidade e não serem descritas com maiores detalhes, ainda assim nos dão uma idéia de como abrigavam os senhores de engenho. Possuir uma casa coberta de telhas, com sete portas e quatro janelas, era por demais um privilégio. (ver tabela 05).

37 GARDNER, George. Op. Cit., p.93.

38 GIRÃO, Valdelice. Op. Cit., p. 32.

39 PINHEIRO, Irineu. Op. Cit., p.121.

40 Idem., p.121

41 FIGUEIREDO FILHO, José de. Op. Cit., p. 26.



Tabela 05. Relação de bens em moradias, vestuários e utensílios domésticos (1790 -1799)

Ano	proprietário	Moradias	Descrição	Utensílios domésticos	Vestuário
1790	Luis Pereira Bezerra	Não registrada	Idem	01 enxada, uma catana	Não registrado
1791	Domingos Jozé da Silva	01 (uma)	Taipa coberta de telhas com 07 portas e 04 janelas	28 mil réis em dinheiro, 01 baú, 01 caixa encourada, 01 banco grande, 01 bacia, 01 carro de boi, 02 caldeiras. Objetos de ouro: 01 broxe, 01 imagem da Conceição, 02 pares de cadeados, 01 espírito Santo, 01 laço pequeno, 05 tachos de cobre.	01 corte de chita.
1792	Cosma Carrero	Não registrada	Idem	01 mesa velha, uma roda de moer mandioca, um banco, três portas.	<b>Não registrado</b>
1798	Cipriano Pacheco	Não registrado	Idem	05 tachos de cobre, 01 xasarote de prata.	01 timam de seda
1799	Gonçalo Ferreira	Não registrada	Idem	01 tacho, 01 faca, 01 machado, 01 clavina, 01 par de fivelas	Colete e 01 farda; colete e calção nas cores azul e branco.

No tocante à mobília, a inexistência de outros objetos como garfos, facas, colheres e derivados indica duas possibilidades: a primeira, trata-se do momento em que os hábitos alimentares ainda eram marcados pelos costumes nativos; comer com a mão era comum praticamente em toda a colônia, pois,

garfos, então já eram raros no reino e em quase toda Europa, na colônia praticamente não existem. Seu uso só será generalizado no século XIX. Em todas as classes sociais come-se com as mãos, mesmo ao se entrar no século XIX.<sup>42</sup>

A segunda provavelmente se explica pelo fato de a região não ter ainda uma infra-estrutura que desse oportunidade para adquirir objetos mais sofisticados. Móveis e objetos

<sup>42</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. "Família Doméstica" In: *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. (org). SOUSA, Laura de Mello. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 122.

de madeira, sempre descritos com o termo “muito velho”, entremostam as reais condições e dificuldades de se adquirir ou construir algo mais refinado.

Os objetos de metais eram os que despontavam com maior freqüência e os que tinham a obtenção das maiores avaliações nas listas dos bens; broches, imagens de santos, botões, bacias, tachos etc. Os objetos de uso diário na lavoura, enxadas, facas, machados, chocalho, facão, cangas, cangalhas, carros de boi, foices, machados, enxadas etc, demonstram que a riqueza era toda advinda da agricultura canavieira.

As “dificuldades” em adquirir objetos mais sofisticados no Cariri nos finais do século XVIII eram uma realidade. No entanto, mesmo assim, algumas casas abastadas já possuíam tais móveis. Sentar-se em cadeiras, em bancos, possuir talheres e outros objetos passa a ser mais freqüente a partir do início do século XIX. Vejamos a tabela 06.

**Tabela 06. Relação de bens em moradias, vestuários e utensílios domésticos (1805 -1820)**

Ano	Proprietário	Moradias	Descrição	Utensílios domésticos	vestuários
1805	Joaquim F. de Lima	Não foi registrada	Idem	01 banco, 01 clavina, 12 tachos de cobre	Não foi registrado
1806	Manoel Gomes de Lima	02. Uma no Sítio Canta Galo e outra na Povoação de Missão Velha	Coberta de telhas, sendo uma com quatro portas e uma janela	03 couros secos, 04 colheres de latão, 02 colheres de prata, 01 mala de pau coberta de sola, 01 mesa de cedro, 06 tachos de cobre, 01 tábua de costureira.	01 vestido, 02 calções, 01 par de meias, 01 capote.
1811	Francisco de Oliveira Rocha	02; no Sítio dos Macacos	De taipa coberta de telhas, com três portas e outra coberta de palha com uma porta.	02 bancos pequenos, 01 tábua de passar, 01 baú, 01 caixa velha, 03 colheres de cobre já velhas, 01 carro de boi, 01 reio de roda, 01 espeto de ferro, 01 espírito santo de ouro.	01 rudoque, 01 vestia de pano azul já usada, 01 cabeçam já velho.

1816	Antonio Paes Neves	02.	Uma coberta de telha com sete portas e três janelas, outra conjugada com uma casa de farinha coberta de palha.	01 banco, 01 oratório com 02 imagens, 06 casais de louças, 17 pratos brancos rasos, 02 pratos de mesa extra-finos, 01 caneca, 09 colheres de prata, 03 garfos, 01 carro, 01 espumadeira, 01 pente de prata, 09 tachos de cobre.	Não foi registrado
------	--------------------	-----	--	---	--------------------

A tabela 06 demonstra que, em relação aos dez últimos anos do século XVIII, o panorama se modifica; o crescimento material em relação ao do final do século anterior se torna bem avantajado. A quantidade de bens de utilidade doméstica cresce: malas de madeira, caixas encouradas para a guarda de mantimentos, baús, talheres, mesas grandes e pequenas, louças, canecas etc. Importante ressaltar também a presença de muitos tachos de cobre, em 90% dos inventários existem tachos; um fato interessante é que também começam a aparecer colheres com maior frequência.

A tabela mostra também que, em relação dos dez últimos anos do século XVIII e aos vinte primeiros do XIX, cresce o arrolamento de casas de morada, que variavam ainda entre taipa e tijolos, em sua maioria coberta de telhas. Esse aumento reflete o crescimento do poder aquisitivo dos senhores. Os utensílios domésticos tornam-se mais refinados.

Como na habitação, a indumentária, sobretudo no interior, seguiu padrões simples e rústicos; antes de adentrar o século XIX, até mesmo os mais abastados não se vestiam tão requintadamente como no século posterior. A veste sertaneja provinha da produção doméstica, ou seja, a ausência de uma infra-estrutura têxtil favoreceu no interior a produção em teares de suas próprias confecções.<sup>43</sup>

As dificuldades aquisição de uma peça de melhor qualidade eram imensas. Dado o monopólio do comércio português, os tecidos eram muito caros; só quem podia adquirir eram os mais abastados.

antigamente, quero dizer antes de iniciar-se o comercio direto com a Inglaterra, os dois sexos vestiam tecidos rústicos de algodão, feitos no próprio país, e as saias eram tingidas com uma cor vermelha que se obtinha da casca da árvore coipuna comum

43 GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. 2ª edição, Fortaleza: Instituto do Ceará. 1962, p.111-115.

nas florestas (...) nesse tempo os panos comuns, tecidos nas fábricas portuguesas ou inglesas, custavam oito a dois a três guinéus, devido o monopólio do tráfico entregue aos comerciantes do Recife que punham um preço arbitrário nessas mercadorias, e tudo mais seguia a proporção. Com esses preços dos mercados, os artigos de roupa europeus só as pessoas ricas podiam adquiri-los<sup>44</sup>.

Nos inventários dos finais do século XVIII, os registros de peças são ínfimos; porém elucidam e pontuam questões pertinentes ao comportamento estético da elite senhorial cariense no século vindouro.

O lento processo de confecções e a possibilidade de adquirir peças mais refinadas só vieram estar mais presentes no cotidiano da elite cariense ao adentrar o século XIX, devido às concessões alfandegárias da coroa portuguesa junto aos ingleses; *“contudo, abertos, os portos do Brasil ao comércio estrangeiro, as mercadorias inglesas fizeram seu caminho por todo país e os negociantes são numerosos”*<sup>45</sup>.

Findando-se o século XVIII e iniciando-se o XIX, o requinte e o glamour dessas pessoas passam a se modificar. As peças relatadas nos documentos não demonstram ter sido todas confeccionadas nos teares da região. Calças, meias de seda, cabeção, capotes, rudoque, riscado, de alguma forma essas peças provinham da Inglaterra, trazidas pelos mascates carienses pelo porto de Recife.<sup>46</sup>

Vestir-se bem, era uma das formas de assemelhar-se à postura do tipo metropolitano. Os senhores de engenho do Cariri e suas senhoras não se recusaram desfrutar as raras e caras peças vindas do Velho Mundo. As peças relatadas em seus inventários demonstram o requinte e a tendência do momento. Quanto aos objetos pessoais - pentes, botões de ouro, anéis, crucifixos etc - reforçam eles cada vez mais o gosto pelo luxo e a vaidade.

Se o luxo não é um bom meio de sustentar, ou de promover uma economia, é um meio de conservar, de fascinar uma sociedade. Em fim entram em jogo as civilizações, estranhas companhias de bens, de símbolos, de ilusões, esquemas intelectuais(...)<sup>47</sup>.

Nessas avaliações, o que se deve destacar é a presença não só de colheres de prata, mais também de garfos, louças, pratos de mesa extrafinos, e pratos rasos, utensílios finos que simbolizavam o despontar de um comportamento sofisticado da elite cariense ao adentrar o século XIX. Vale ressaltar que esses objetos ainda eram raros na colônia (como já falamos) e na Europa até primeira metade do século XVIII. Fernando Braudel afirma que *“na Inglaterra, por exemplo, nos inventários não aparecem garfos antes de 1660. O uso só se tornará geral cerca de 1750”*<sup>48</sup>.

44 KOSTER, Henry. Op. Cit., p. 204-205.

45 Idem., p.204-205.

46 PINHEIRO, Irineu. Op. Cit., p. 106.

47 BRAUDEL, Fernando. “O supérfluo e o Vulgar: Alimentações e Bebidas”. In: *Civilização Material e Capitalismo (século XV-XVIII)*. Tradução. Maria Antonieta M. Godinho. Livraria Luso-Espanhola e Brasileira. 1970, p. 162.

48 Idem., p.161

Por esses e outros objetos, tem-se a certeza de que os senhores de engenho do Cariri enriqueceram e conseguiram adquirir esses objetos em tempo razoavelmente rápido. Com se vê na tabela 06, antes dos anos 20 do século XIX, esses importantes objetos já estavam nas mesas de algumas pessoas.

Assim se desdobrou a busca de melhorar a prataria da casa, e a cada momento crescia a penetração de utensílios raros, alterando as práticas e costumes de uma certa parcela da sociedade caririense.

O contínuo crescimento dos materiais domésticos revela o grau de riqueza na vida doméstica do indivíduo, onde cada vez mais eram acrescentados novos objetos. Após os anos 20 do referido século, vê-se pena de prata, tesoura de alfaiate, ferro de engomar, silhões de couro, clavinote, armários e até penico; aumentou também o número de cadeiras e demais objetos. Há registros de copos, garfos e aparecem também tendas de ferreiro, demonstrando que muitos materiais eram fabricados na localidade<sup>49</sup>. Possuir e ter as condições materiais de fabricar determinados tipos de objetos era, na época, um privilégio.

Na medida em que a riqueza vai sendo gerada através da produção agrícola e de sua comercialização, nota-se também certa evolução nas construções das casas, no gosto pela mobília e na vaidade da indumentária. Toda essa acumulação material está intimamente ligada ao fluxo econômico que os caririenses passam a vivenciar nos primórdios do século XIX. A região, grande produtora de cana, torna-se palco de mercadores que, percorrendo pelas estradas boiadeiras, transacionavam suas mercadorias na região. *“No Crato o comércio de fazendas, miudezas e estivas sempre se compôs, em máxima parte, de elementos alienígenas que se sucedem uns aos outros.”*<sup>50</sup>

Esse requinte se acentua cada vez mais ao se aproximarem os anos 50 do século XIX: as moradias vão então aumentar e dar uma nova roupagem na estrutura patrimonial e na abundância de utensílios domésticos em alguns lares da região.

<sup>49</sup> AFHPC. No inventário de Leandro Bezerra Monteiro (1835) e de Francisco Xavier de Souza, APEC (1847), foram avaliados vários ferros pertencentes a uma tenda de Ferreiro.

<sup>50</sup> PINHEIRO, Irineu. Op.Cit., p.121.

Tabela 07. Relação de bens em moradias, vestuários e utensílios domésticos (1829 -1850)

Ano	Proprietário	Moradias	Discrição	Utensílios domésticos	Vestuário
1829	Simplicio Correia de Oliveira	01 na vila de Crato	De tijolo e cal	05 colheres, 05 garfos de prata. Objetos em ouro: 01 redoma, 03 varas de cordão, 01 par de brincos, 01 par de cadeados, 01 par de placas, 01 vara e 01 quarta de colar, 01 par de pulseiras, 01 par de brincos, 01 par de argolas, 01 cordão e 01 cruz, 02 pares de pulseiras, 01 cordão grosso, 06 tachos de cobre.	Não foi registrado
1835	Leandro Bezerra Monteiro	02. uma casa de vivenda na vila de Crato e na povoação de jardim	Tijolo pedra e cal	144 mil réis em dinheiro de cobre, muitos objetos e jóias em ouro, 01 bacia, 08 colheres de chá, 02 colheres, 04 garfos de prata, 01 penico, 01 chocolateira, 01 armário, 01 frisqueira, ½ aparelho de chá, 01 baú, 01 garrafa de água inglesa, 01 mesa grande, 01 oratório, 01 jogo de gamão	01 sobre capa de saroque

1836	Francisco Tavares Muniz	04; em Jardim, Milagres, Missão Velha e Crato	A casa do Sítio Thapera era de vivenda conjugada com um engenho uma caldeira. A de Santa Rosa era de Morada, com 08 portas, e 04 janelas; a de Missão Velha era de telha com 05 portas e a de Milagres era toda mobiliada com os melhores móveis da época.	01 copo, 01 salva de prata, 01 pena, 06 colheres, 04 garfos, 01 tesoura de alfaiate, 01 pilão, 01 jogo de caixas velhas, 01 mesa velha, 01 cama velha, 01 carro, 02 botões de ouro, 05 tachos de cobre.	Não foi registrado
1841	Manoel Tavares Muniz	02 na Povoação de Missão Nova e Missão Velha.	A de Missão Nova tinha 08 portas e 04 janelas, a de Missão Velha era de taipa e velha com 03 portas.	01 bacia, 02 jogos de caixas, 01 ferro de engomar, 01 oratório de madeira, 01 corrente, 01 trena, 02 silhões de couro, 01 tacho de cobre	Não foi registrado
1842	José Paes Landim	01	Coberta de telhas	12 oitavas de ouro	Idem
1842	João Pinto	01	Pequena e coberta de telhas	02 enxadas, 01 machado, 01 foice	Não foi registrado
1845	José Pereira Mascarenhas	Não foi registrado	Idem	Idem	Idem
1847	Francisco Xavier de Souza	01 no Sítio Crioula	Casa de morada e de vivenda	11 cadeiras, 01 mesa pequena com gaveta, 02 jogos de caixa, 01 caixa velha, 01 andilha, 01 carro, 08 cangas, 01 búzio de ouro, 06 tachos de cobre, 01 de ferro.	Não foi registrado



1848	Vicente Freire	01 Morada	Não foi descrito	01 tacho, 01 gamela de ferro, 02 caixas desencouradas, 03 oitavas de ouro, 01 imagem do Senhor.	Não foi registrado
1849	Francisco José da Silva	02 Moradias no Sítio Missão Nova	Telhas	01 panela de ferro, 01 tacho de cobre, 01 facão, 01 espingarda, 02 machado, 01 foice.	Não foi registrado.

O confronto com os inventários dos proprietários dos anos mais recuados e a menção de talheres de prata, louças finas e objetos em ouro em geral favorecem a configuração e consolidação de uma camada social de proprietários abastados bem diferente das décadas anteriores.

Na medida em que cresciam as rendas com a produção de seus engenhos, sítios e fazendas, aumentava mais ainda a mobília desses indivíduos, tornando-se eles cada vez mais notáveis figuras na região. Esse crescimento toma impulso ainda mais a partir da segunda metade do século XIX; os senhores de engenho demonstram cada vez mais possuir um bom arcabouço financeiro, passando a investir mais em suas residências na cidade.

Nessa perspectiva, a região que se abastecia com os produtos advindos de seus diversos engenhos cresce a passos largos; ao aprofundar-se cada vez no referido século, crescia a cada instante o poder aquisitivo dos detentores de propriedades. Crato, principal vila e reduto dos mais influentes senhores de engenho, a partir da década de 1850 tem melhorias em sua arquitetura e aparecem os primeiros sobrados;

na época de 50 fizeram-se no Crato prédios melhores que os primitivos, os quais eram geralmente de taipa. Em 1857 levantou o Coronel Antonio Alves Pequeno, à rua grande, esquina da travessa da Califórnia, para sua residência um sobrado sob o molde dos da capital pernambucana. Na mesma era de 50, na mesma rua e no mesmo quarteirão, erigiu um outro o negociante Antonio José de Carvalho e na rua Formosa edificou o coronel Joaquim Gomes de Matos um menor, semelhante ao do Coronel Antonio Luis. Alguns se ergueram na rua do fogo, no quadro da Matriz, na pracinha de S. Vicente.(...) A par do aperfeiçoamento das construções urbanas, a partir de 1850, refinam-se os costumes no Crato<sup>51</sup>.

Assim, constituiu-se no Cariri uma elite privilegiada, que com seus engenhos a fabricarem rapadura, conseguiu se destacar dentro da sociedade regional. Sua sofisticação material, juntamente com seu prestígio político, deu à região o título de uma das maiores concentradoras de poderosos senhores de engenhos e de coronéis da época. A partir da

51 PINHEIRO, Irineu. Op.Cit., p. 83.

segunda metade do século XIX, a região toma um novo impulso sobretudo em sua estrutura política e econômica.

### **3.2.1. A rapadura: base da alimentação dos caririenses**

No tocante à alimentação, adentrar em discussões profundas será por demais uma ousadia, isto porque as fontes não apontam com profundidade para tal questão. Até onde a documentação nos permite extrair, entendemos que a produção da rapadura foi imprescindível na região sul cearense; no entanto, não se pode falar apenas da rapadura como principal alimento dos caririenses, a farinha também fez parte da culinária regional naquele cotidiano. De alguma forma, toda a população da região tinha esses dois produtos como base de sua alimentação. Ricos e pobres não dispensavam esses gêneros em sua despensa.

Esses dois produtos alimentícios encontram-se presentes praticamente em 80% dos inventários analisados; pela tabela (08) abaixo, identifica-se que os instrumentos de produção alimentar são todos eles voltados para a produção da rapadura e da farinha. Não foi registrado nenhum instrumento que possa diagnosticar outro tipo de produção alimentícia no Cariri. Porém, sabe-se que a carne seca, o feijão, etc, faziam parte da alimentação não só dos caririenses, mas também de todo o sertanejo.

A tabela 08 revela dados muito interessantes sobre a importância da rapadura e da farinha de mandioca para a alimentação das pessoas da região. Engenhos e casas de farinha já eram bem presentes nos finais do século XVIII e tinham considerável valor monetário.

Tabela 08. Relação de covas de mandioca, rapadura e materiais relacionados (1790 -1799)

Ano	N. de sítios c/mandiocas.	Quant. De covas ou lavras	Valor total	Quant. De rapaduras e partidos de canas	Valor	total de engenhos, casas de farinha e acessório relacionados	Valor
1790	Não foi registrado	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
1791	01	9 mil lavras	480\$000 réis	588 rapaduras e 01 partido de cana e	29\$000 réis	01 engenho e 01 casa de farinha	20\$000 réis
1792	Não foi registrado	Idem	Idem	Idem	Idem	01 roda de moer mandioca	2\$560 réis
1798	1 partido de cana	Não foi registrado.	Idem	Não foi registrado	Não foi registrado	01 engenho 01 roda de moer mandioca.	78\$000 réis
1799	Não foi registrado.	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem

A existência dos dois produtos agrícolas (mandioca e cana), matérias primas para a produção da rapadura e da farinha, foi o principal arcabouço alimentício não só para o Cariri, mas ainda para todo o interior do Nordeste. A rapadura e a farinha geraram uma combinação gastronômica que contribuiu para a cultura alimentar do homem sertanejo que sobrevive até hoje.

A mandioca, como planta nativa do Brasil, já era bem conhecida pelos nativos; apesar de não se constituir em uma cultura de alto valor comercial para os colonos, foi imprescindível no seu complexo alimentar. De fácil manuseio, seu plantio e conservação eram extremamente simples; as covas, onde se introduziam pedaços do caule, poderiam ser abertas com qualquer objeto.

Na observação de Koster, *“a mandioca exige boa terra e o mesmo roçado pode não dar duas safras, convindo fazer repousar o terreno por um ou dois anos ou mais. A operação do plantio é simples e não difere muito da que era antigamente praticada pelos indígenas.”*<sup>52</sup>

O processo de fabricação da farinha de mandioca era semelhante ao processo da fabricação da rapadura; exigia considerável mão-de-obra. Koster presenciou e documentou como se fabricava a farinha nos primórdios do século XIX.

A parte mais custosa do processo de fazer farinha de mandioca consiste em retirar a casca das raízes, e isto é feito com dificuldade, por meio de uma faca já quebrada, uma pedra cortante ou uma pequena concha, com os quais cada pessoa se provê.

52 KOSTER, Henry. Op. Cit., p. 455.

Essa tarefa reúne grande número de pessoas que se ocupam em fornecer material para o engenho que tritura as raízes. Consiste o engenho em uma roda, que atravessada por um eixo, com uma manivela em cada lado, podendo ser movida por dois homens, um deles trabalhando em cada flanco. Põem um depósito sob a roda, que é revestida de cobre, com dentes. A mandioca é levada contra essa roda, movida com grande velocidade, sendo triturada e caindo na calha abaixo. Essa polpa é conduzida para uma prensa, sendo todo o sumo extraído, e quando está suficientemente impressada, a pasta, massa, é posta sobre um forno aquecido, no qual o homem encarregado desses serviço a mexe sem cessar, para impedir de queimar-se. Quando está perfeitamente fofa, retiram do forno, deixam-na esfriar e fica em estado de ser servida.”<sup>53</sup>

Em pouco espaço de tempo, a fabricação da farinha foi tomando ares mais sofisticados. Noutra discussão, Januário Feitosa relata como se fabricava a farinha de mandioca:

a casa de farinha é composta de um forno de grande tamanho, de forma circular, onde se torra a massa de mandioca (...) outro componente da casa de aparelhamento da fábrica de farinha é a grande prensa de madeira onde a massa é beneficiada (...) extraída a goma, e conseqüentemente retirada a manipueira a massa da mandioca, depois de peneirada, é colocada ao forno onde é torrada cuidadosamente por um operário especializado nesse mister<sup>54</sup>.

Na medida em que nos pés de serra da região vão sendo construídos engenhos, a rapadura toma fôlego e a farinha se tornou aos poucos importante coadjuvante complementando a dieta dos caririenses e demais povos do sertão.

com a farinha de mandioca, a rapadura constituiu a base da alimentação dos vaqueiros do Nordeste. Alguns quilos da farinha e umas poucas rapaduras bastam para garantir sua subsistência, durante semanas, em sua vida errante pelos campos solitário e ressequidos. Dissolvida na água fervente, a rapadura transforma-se num belo xarope dourado. Esse “mel”, como o chamam normalmente, é utilizado pelas donas de casa na preparação de bolos, marmeladas, cremes, e outras guloseimas.<sup>55</sup>

Foi nas primeiras engenhocas do Cariri que a rapadura ganhou seu posto e “barrou” sua concorrente. Sua fama se propagou e, nas refeições diárias, ela estava sempre presente; sua capacidade nutritiva dava força, energia, e a cada instante aumentava sua aceitação no cardápio do homem caririense.

Esse importante recurso alimentar tem sua importância desde os primitivos engenhos coloniais; neles se fabricava também esse produto. No início da colonização, a “pequena indústria colonial era para o fabrico de rapadura e açúcar bruto.”<sup>56</sup>

Gilberto Freyre, um dos grandes estudiosos da sociedade colonial rural do Brasil, coloca pontos relevantes sobre essa importante fonte energética, bem como sua utilização na variada culinária sertaneja. Segundo ele:

a rapadura é preciso dar-se lugar a parte no que se considere o conjunto de doces mais ligados a cana-de-açúcar e mais característico do Nordeste. Por que em primeiro lugar, não se trata de produto da zona canavieira por excelência da região- a dos

53 Id. *Ibidem.*, p. 457.

54 FEITOSA, Januário. *O sertão do meu tempo*. Fortaleza: IOCE, 1988, p.27.

55 CHABLOZ, Jean Pierre. “Caranúbas, canaviais/engenhos e casas de farinha”. In: *Revelação do Ceará*. Tradução. Francisco de Assis Garcia e outros. Fortaleza: Secretária de Educação e desportos, 1993, p.82.

56 AZEVEDO, Fernando de. Op. Cit., p. 164.

engenhos- e sim da outra, sua parenta pobre- a das engenhocas; em segundo lugar não se trata de doce principalmente lúdico, porém polivalente. Lúdico sim, mas também alimentício, fator medicinal de resistência do homem sertanejo, quando em viagem por terras mais áridas, as asperezas do meio e do clima.<sup>57</sup>

Dois fatores foram importantes para que a rapadura obtivesse destaque na mesa dos caririenses: primeiro, a difícil penetração do açúcar de Pernambuco na região devido à distância e a ausência de boas estradas; segundo, a riqueza mineral do solo e da água. Há quem diga também que o seu sabor inigualável vem da mistura dos seus ingredientes que só o mestre do Cariri sabe manipular. Segundo Figueiredo Filho,

o trabalhador mais compenetrado do engenho é o mestre da rapadura. Há deles afamadíssimos. Fora do Cariri, não há ninguém que possa iguala-lo na arte de cozinhar e de dar essa consistência fixa à rapadura caririense, de tanta fama e de tanta nomeada.<sup>58</sup>

Até mesmo na segunda maior zona de produção de açúcar da Colônia, a rapadura teve destaque. Na observação de Freyre, nas plagas do Pernambuco,

era a rapadura acompanhante e coadjuvante e substituta de vários alimentos “mais do que adoçante, como é o açúcar refinado”. alimento de alto valor nutritivo substituindo a carne ou servindo de coadjuvante das refeições sertanejas com outros muitos alimentos como a farinha, o feijão ou outras frutas, sob a forma de “doces”. E com esta virtude a sua capacidade de conservação “sobretudo quando bem condicionada em folhas secas da própria cana”- acompanhante de comida de substância do café, ao almoço, ao jantar – de carne-de-sol, da farofa, do gerimum, das batatas, da umbuzada, do cuscuz, da paçoca – ela se torna lúdica, como doce de merenda do simplesmente regalo, de meninos e de gente grande<sup>59</sup>.

A rapadura foi tão importante para o sertão como foi o açúcar para a população européia. Nos sertões do Nordeste, nas áreas em que a água não era tão convidativa a ingestão, a rapadura dava um empurrãozinho. “*Há mesmo o hábito de adoçar-se a boca antes de beber água, em regra salobra, dos potes domésticos*”<sup>60</sup>.

À proporção que se adentrava o século XIX, a produção da rapadura efetuou nos vários quadrantes da região um empreendimento bastante lucrativo para quem detinha os seus meios de produção e beneficiamento. No instante em que foi um dos mais expressivos produtos de homogeneidade de alimentação e riqueza, contribuiu também em algumas práticas medicinais para a cura de algumas enfermidades humanas.

A rapadura (...) ela continua servindo à alimentação do sertanejo que prefere ao açúcar refinado. São numerosos os usos da rapadura: adoça-se o café e a coalhada; é misturada à farinha seca; é ingerida com piqui cru e com a carne assada, o queijo e abanana. Com ela ainda fazem-se “tabletes” de frutas sertanejas, de cunca e umbuzeiro, de croa de frade, de gergelim, de buriti, de laranja e de caju; além do aluá de ananás, de catolé, de milho, de arroz e de pega-pinto; não falando nos xaropes e

57 FREYRE, Gilberto. *Em torno da Etnografia da história e da sociologia do doce no Nordeste canavieiro do Brasil*. 2ª edição, 1966, p.48.

58 FIGUEIREDO FILHO, José de. Op. Cit., p. 55.

59 Idem., p. 55

60 Idem, Ibidem., p.56

lambedores feitos de entre-casca de umburana e de angico, para as tosses e outras afecções do peito<sup>61</sup>.

Tabela 09. Relação de covas de mandioca, rapadura e materiais relacionados (1805 -1816)

Ano	N. de sítios c/mandiocas	Quant. De covas ou lavras	Valor total.	Quantidade de rapaduras e partidos de cana	Valor total	Total de engenhos, casas de farinha e acessórios relacionados	Valor total
1805	Não foi registrado	Idem	Idem	Idem	Idem	01 engenho e 01 casa de farinha.	55\$000réis
1811	01	2000 covas de mandioca	8\$000 réis	Não foi registrado.	Idem	Idem	Idem
1816	01	2000 covas de mandioca	10\$000 réis	612 rapaduras	12\$240 réis. Obs. Foi registrada seis quartas de sal .	01 casa de farinha, 01 engenho	42\$280 réis

Não há dúvidas de que a importância e o consumo da rapadura cresceram entre os finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Os trabalhadores agrícolas, os escravos, os comboieiros, os vaqueiros, etc, consideravam a rapadura essencial para o desempenho de qualquer trabalho pesado. Foi um dos alimentos mais completos da dieta do homem caririense.

Há centenas de anos o sertanejo se alimenta de rapadura preferindo-a ao mais refinado açúcar branco. Dá muito mais “sustança” do que o mais puro produto das usinas de Pernambuco. Na rapadura conservam-se inatos todos os sais minerais, substâncias pépticas e açúcares invertidos da cana. Torna-se assim mais, nutritiva e de digestão mais fácil.<sup>62</sup>

A popularidade desse produto se intensificou graças à variedade de seu uso, sendo os trabalhadores rurais seus maiores adeptos.

Joaquim Preto morador no Sítio Lameiro de Crato em dia de feira substituiu suas duas refeições por duas rapaduras, sentindo-se farto, sem nunca se queixar de qualquer distúrbio gastrointestinal. Quem suportaria, ao menos meio quilo de açúcar, e do melhor?<sup>63</sup>

Além de servir para alimentação humana, a rapadura também servia para fortalecer os animais.

Era o melhor remédio que o caboclo aplicava quando o seu animal de sela ou carga estava cansado. A garapa de rapadura faz a cavalo ou burro fortalecer-se (...) a rapadura feita da borra nos engenhos, também serve para o gado leiteiro<sup>64</sup>.

61 FREYRE, Gilberto. Op. Cit., p. 50.

62 FIGUEIREDO FILHO, Op. Cit.,56

63 Idem., p. 55-56.

64 Idem. Ibidem., p.56.

Do ponto de vista de outros tipos de comida,

a rapadura apresenta-se em variedades múltiplas e torna parte em muitos quitutes e guloseimas da cozinha sertaneja. Todos conhecem e apreciam no nordeste, as batidas de engenho. São feitas com o mel já do ultimo tacho, depois de resfriar quando então é batido com uma pá adicionado de canela e erva-doce<sup>65</sup>.

O aumento no consumo da rapadura era uma realidade. Esse crescimento que aos poucos ganhava terreno, indicava a necessidade de construção de mais e mais engenhos. O número de engenhos a partir dos anos trinta do século XIX já era bastante significativo. A proporção de dois deles para cada casa de farinha traduz a sua real importância. A tabela 10 demonstra essa realidade.

Tabela 10. Relação de covas de mandioca, rapadura e materiais relacionados (1829-1849)

Ano	N. de Sítios c/mandiocas	Quant. De covas ou lavras.	Valor total	Quant. de rapaduras, partidos de cana ou tarefas.	Valor total	Total de engenhos, casas de farinha e acessórios relacionados.	Valor total
1829	Não foi registrado	Idem	Idem	Idem	Idem	01 engenho	16\$000 réis
1835	Não foi registrado	Idem	Idem	03 tarefas de cana	42\$000 réis	02 engenhos, 01 casa de farinha.	340\$000 réis
1836	Não foi registrado	Idem	Idem	04 cargas de rapadura	12\$000 réis	02 engenhos	125\$réis
1841	Não foi registrado	Idem	Idem	Idem	Idem	01 casa de farinha, 01 engenho.	232\$000 réis
1842	Não foi registrado	Idem	Idem	05 tarefas de cana.	12\$000 réis	01 casa de farinha	16\$000 réis
1845	Não foi registrado	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
1847	01	25 mil covas de mandioca	75\$000 réis	23 tarefas de cana.	276\$064 réis	01 casa de farinha, 02 engenhos e 02 cochos de aparar garapa	2.013\$064 réis
1848	Não foi registrado	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
1849	Não foi registrado	Idem	Idem	Idem	Idem	01 casa de farinha	8\$000 réis

A grande produção de rapadura fundamentou toda uma exploração de riquezas culinárias no Cariri. Sua presença em vários tipos de comidas, aos poucos alimentou uma cultura alimentar tão diversificada que hoje é impossível pensar o Cariri sem a presença dos seus engenhos e de sua rica culinária.

65 FREYRE, Gilberto. Op. Cit., p.56.



## CONCLUSÃO

Conclusão? Não encaro como tal; após esse longo tempo de discussões, debruçado em inúmeros livros e documentos, a palavra não significa muita coisa. As constantes leituras e releituras dos textos escritos para esta pesquisa davam a sensação de que nunca acabaria, e sempre poderia melhorar, amadurecer e aprofundar as idéias. A cada volta aos documentos, era uma janela que se abria, e com ela novas problemáticas sobre a realidade caririense. Apesar do cansaço, em meio aos constantes avanços, recuos, angústias, esperanças e descobertas, prefiro uma ligeira “pausa”.

Investigar o real sentido do trabalho e do cotidiano dos engenhos de rapadura dentro de uma miscelânea de palavras e números significou uma verdadeira odisséia. Os problemas saltavam dessa documentação, cujas causas e significados tiveram efeitos inesperados. Realizar esse feito foi como abrir uma canastra fechada durante mais de um século; em que os construtores dessa história deixaram esparsos fragmentos em seu cotidiano: recuperar parte desse cotidiano foi a principal meta.

Empenhei-me então em esclarecer as mais relevantes informações existentes nas fontes. A documentação empoeirada e enfraquecida pelo tempo foi um dos mais árduos obstáculos dessa caminhada: bastava reunir índices sobre o tema para que a insuficiência do material se revelasse. No entanto, tomara o cuidado de considerar todas as informações importantes, e não descartar nada, e dar a cada uma sua devida relevância.

Com as informações e as possibilidades que a documentação oferecia, considerei-me apto para adentrar o mundo dos engenhos. Os resquícios deixados pela documentação sobre o cotidiano e o trabalho apontaram para uma realidade cuja formação foi basicamente forjada pela atividade agrícola. Nesse sentido, a formação social, política e econômica se fundamentou na zona rural. Nela, os vários agentes envolvidos definiram a tessitura das principais relações sociais. A atividade agrícola, as várias formas de relações de trabalho e a participação do escravo incrementaram um tipo peculiar de trabalho e produção que se concentraram quase todos nos engenhos, e fundamentaram durante o período colonial a estruturação de uma sociedade autônoma em detrimento do interior da Capitania e (depois) Província cearense.

A partir de 1790, a proliferação de engenhos e as constantes movimentações de pessoas em direção ao Cariri foram muito ativas. Os colonos aprendem rapidamente que podem conseguir bons lucros com a produção da cana; com o surgimento dos engenhos, aumentavam as expectativas de lucro por partes dos senhores e novas possibilidades de

trabalho eram garantidas. Nesse aspecto, os engenhos eram cada vez mais percebidos como grandes instrumentos de lucratividade. Assim, a colonização do Cariri pode ser pensada, a partir de então, como uma motivação a mais, já que os objetivos de rentabilidade se apresentavam com maior vigor.

Os movimentos migratórios, um dos mais expressivos elementos que a região atraía, proporcionaram, pelas constantes relações entre diferentes grupos humanos, uma situação sócio-cultural bem diversificada. Em todo o interior do Nordeste, o Cariri era conhecido e bem relatado. Sua posição geográfica foi apenas um ingrediente na viabilidade de sobrevivência dos inúmeros contingentes que para lá se dirigiam. As várias opções agrícolas incrementaram ainda mais seu destaque no cenário econômico do Ceará. A policultura ali desenvolvida reforçou o aparato material dos privilegiados detentores de propriedades, assegurando e fixando milhares de pessoas.

Com o cultivo da cana de açúcar e a produção da rapadura, foi possível organizar definitivamente o trabalho nos engenhos do Cariri. Na divisão de tarefas, a produção se acentuou numa dinâmica muito mais vultosa que qualquer outra do interior cearense. O engenho, a posse, o sítio, garantiram por si sós a atração dos trabalhadores. A sociedade que se estruturou especificamente em função dessa produção teve também suas diferenças sociais, políticas e econômicas dentre as demais do sertão; proprietários, agregados, lavradores, escravos e trabalhadores livres foram atores atuantes em um cenário cuja riqueza foi solidamente assentada nessa atividade.

As áreas comerciais da região se abasteciam dos produtos produzidos nos engenhos e demais meios de produção instalados em toda a localidade. Isso facilitou a garantia e a viabilidade comercial entre as demais populações circunvizinhas.

As linhas de discussões veicularam também, dentre outras questões, as condições materiais que objetivaram os mecanismos de difusão patrimonial e a estrutura política e de poder no Cariri. A habitação, o vestuário e outros bens materiais denunciaram as reais condições de alguns privilegiados, bem como a visão de uma nova realidade financeira no cenário colonial. A riqueza e o luxo perduraram em meio aos maltrapilhos agregados.

A organização social de trabalho, juntamente com sua lucratividade, favoreceu a quem se propôs investir em um bom arcabouço financeiro, cujo montante se traduziu no enriquecimento material de uma pequena parcela daquela sociedade. A análise das listas de inventários evidenciou que os chefes do setor da produção de rapadura entre 1790-1850 tinham certa diferenciação dentre os demais proprietários; os plantadores de cana constituíam um segmento mais opulento.

Com seus engenhos, escravos e plantéis de trabalhadores, esses senhores geralmente eram bem sucedidos e dominaram tanto a economia quanto a política local. O grande número de trabalhadores existentes nessas unidades produtivas colaborou para a estruturação da cultura política, que se traduzia na prática do compadrio e que se transformou em um viés de segurança para os “desprotegidos” da lei oficial.

Nesse processo, gerou-se uma extensa rede de dependência de grupos sociais mantidos em estado de subordinação. A economia rapadureira significou o enriquecimento a passos largos de muitos, que, ancorados nos trabalhos dos lavradores, agregados, arrendatários e escravos, promoveram uma significativa exploração econômica.

As várias formas de relações de trabalho (parceria, meia, arrendamento, escrava e livre) direcionaram a tipicidade e a característica do trabalho no Cariri. A experiência dos ofícios, repassada de geração em geração, se desdobrou num elemento substancial de promoção social num ambiente muito peculiar, onde as lutas cotidianas ganharam dimensões díspares, porém comuns a todos.

Por toda a primeira metade do século XIX, inúmeros engenhos foram edificadas no Cariri, e sua maioria ficava nas principais vilas, aonde vieram mais tarde gozar de uma situação que se manteve por muito tempo. Nesse tempo, a grande presença de abastados gerou uma fragmentação e demarcação de territórios, originando um forte poder local, que foi estampado nos conflitos políticos e na formação de milícias, onde o agregado e outros elementos da sociedade eram como “guarda costas” de seus patrões. Proteger um engenho era garantir sempre a defesa de sua propriedade.

Assim, o lugar conquistado pelos senhores de engenho na região deveu-se à sua estrutura fundiária e ao engenho, que organizaram trabalhadores dentro de atividades que, pela sua concentração e organização, caracterizaram uma realidade marcada por uma produção voltada para o consumo interno. A fabricação da rapadura guardou, em relação a outras atividades do interior do Ceará, diferenças substanciais.

Todavia, essa obra pretendeu mostrar uma trajetória cotidiana que se instituiu ao largo do mundo do trabalho nos engenhos de rapadura, que se abre no entendimento à realidade social de diversos agentes nela envolvidos. Esse universo dos engenhos de cana foi preenchido por atitudes, perspectivas e ações que se seguiram ao longo dos anos.

Nesse sentido, discutir trabalho e cotidiano nos engenhos de rapadura, como um objeto de agregação permanente de indivíduos a suas atividades, é colocar ingredien-

tes discursivos bem mais complexos sobre a definição de trabalho e cotidiano na história colonial cariense.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias (manuscritas): Inventários post-mortem:

Local: **Arquivo Público do Estado do Ceará. (APEC). Sec. XVIII e XIX**

### **Século XVIII**

Luiz Pereira Bezerra - Ano: 1790, pacote 17, processo nº 02

Domingos José da Silva - Ano: 1791 pacote 17, processo nº 03

Cosma Cordeiro - Ano: 1792, pacote 17, processo nº 04

Cipriano Pacheco Bezerra - Ano: 1798, pacote 16, processo nº 01

Gonçalo Ferreira- Ano: 1799, pacote 17, processo nº 16

### **Século XIX**

Joaquim F. Lima - ano: 1805, pacote 16, processo nº 02

Manoel Gomes de Lima - Ano: 1806, pacote 16, processo nº 04

Francisco de Oliveira Rocha - Ano: 1811, pacote 16, processo nº 05

Izabel Cruz Neves - Ano: 1816, pacote 16, processo nº 06

Simplício Correia de Oliveira - Ano: 1829, pacote 16, processo nº 07

Leandro Bezerra Monteiro - Ano: 1835 (Estava no Fórum Hermes Paraíba-Crato-Ce- não estava catalogado, agora, está no Núcleo de Documentação Histórica do Cariri)

Francisco Tavares Muniz - Ano: 1836, pacote 16, processo nº 08

Miguel Gonçalves Ferreira - Ano: 1836, pacote 16, processo nº 09

Manoel Tavares Muniz - Ano: 1841, pacote 16, processo 11

José Paes Landim - Ano: 1842, pacote 16, processo nº 10

João Pinto - Ano: 1842, pacote 16, processo 05

José Pereira Mascarenhas- Ano: 1845 (não consta o número do pacote nem o do processo)

Francisco Xavier de Souza - Ano: 1847, pacote 17 (não consta o número do processo)

Francisco José da Silva- Ano: 1847, pacote 17, processo nº 10

Vicente Freire – Ano: 1848, pacote 17, processo nº 08

Francisco José da Silva – Ano: 1849, pacote 17, processo nº 09

### **Outras fontes consultadas no APEC**

Cartas de petições de sesmaria do Vale do Cariri. Nº 79, vol. 1e 2, 1703.

### **Arquivo do Fórum Hermes Paraíba- Crato-Ce. (AFHPC). Século XIX.**

Leandro Bezerra Monteiro – Ano: 1835 (Fórum Hermes Paraíba-Crato-Ce- não estava catalogado, agora, está no Núcleo de Documentação Histórica do Cariri)

### **VIAJANTES**

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Tradução. Milton Amado. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: 1975.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução e notas de Luis da Câmara Cascudo. Vol 221, São Paulo – Rio de Janeiro Recife - Porto Alegre: Companhia Editora Nacional. 1942.

ALEMÃO, Frei. “Os Manuscritos”. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Catálogo e Transcrição de Darcy Damaceno e Valdir da Cunha. Vol. 81, 1961-1964. p. 198-201.

### **INSTITUIÇÕES DE PESQUISA:**

Arquivo Público do Estado do Ceará - (APEC)

Arquivo do Fórum Hermes Paraíba-Crato-Ce - (AFHPC)

Instituto Ecológico Cultural Martins Filho - IEC/URCA

Núcleo de Estudos regionais - NERE/URCA

Biblioteca Pública Municipal Menezes Pimentel (Fortaleza-ce)

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, João Capistrano de. *Caminhos Antigos e povoamento do Brasil*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Editora Massagana, São Paulo: Cortez Editora, 1999.

ALCÂNTARA, José Denizard Macedo de. "Vida do Brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro (140-1831)". In: *Revista Itaytera. Crato*; nº III, 1957. p. 86-98.

ALVES, Joaquim. *O vale do Cariri: características físicas, povoamento, população, vida econômica, desenvolvimento*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1946.

ARAÚJO, Antonio Gomes de (Pe). *Povoamento do Cariri*. Crato: Coleção Estudos e Pesquisas, 1973.

\_\_\_\_\_. *A cidade de Frei Carlos*. Crato: Coleção Estudos e Pesquisas, 1971.

AROLDO, Fernando de. *Regiões e paisagens do Brasil*. 2ª edição, vol. 274, São Paulo: Editora Companhia Nacional.

AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e Engenhos na vida Política do Brasil*. 2ª edição, 1958.

BRAUDEL, Fernando. "O supérfluo e o vulgo: alimentações e bebidas". In: *Civilização Material e Capitalismo (séc. XV-XVIII)*. Tradução. Maria Antonieta M. Godinho. Tomo I, edições Cosmos no Brasil. Livraria Luso-Espanhola e brasileira, Rio, São Paulo e Belo Horizonte: 1970. p. 145-316.

\_\_\_\_\_. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: o jogo das trocas*. Tradução. Telma Costa. Vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BURGUIÈRE, André. "A antropologia histórica". In: LE GOFF, Jacques. (org). *A História Nova*. 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 125-152.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida*. 9ª edição, Rio de Janeiro: Livraria Duas Cidades, 2001.

CASTRO, Hebe Maria Matos de. *Ao sul da História*. São Paulo: brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *Das Cores do Silêncio: os significados da Liberdade no Sudeste Escravista - Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Tradução. Ephraim Ferreira Alves. 6ª edição, Petrópolis: Vozes, 2001.

COSTA, Dora Isabel. *Mecanismos de redistribuição de riqueza e formação de famílias proprietárias em área de fronteira: Campinas, 1795-1850*. São Paulo: UNESP. (artigo).



CHABLOZ, Jean Pierre. "Carnaúbas, Canaviais/Engenhos e Casas de Farinha". In: *Revelação do Ceará*. Tradução. Francisco de Assis Garcia e outros. Fortaleza: Secretaria de Educação e Desporto, 1993. Cap. III. p. 75-90.

DELPRIORE, Mary. "História do cotidiano e da vida privada". In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus Editora, 1997, p. 259-311.

EISENBERG, L. Peter. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séc. XVIII-XIX*. São Paulo: UNICAMP, 1989.

FEITOSA, Januário. *O sertão do meu tempo*. Fortaleza: IOCE, 1978. p. 15-35.

FENELON, Déa Ribeiro. "Migrações e Memória": Campo e cidade nas lembranças de migrantes. In: *Rev. Projeto História*. São Paulo: PUC, nº . 19, 1999. p. 273-295.

FIGUEIREDO FILHO, José de. *Engenhos de Rapadura do Cariri*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1958.

\_\_\_\_\_. *História do Cariri*. Vol. 2. Crato: Coleção estudos e pesquisas. 1964.

\_\_\_\_\_. *História do Cariri*. Vol. 3. Crato: Coleção estudos e pesquisas. 1966.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. *A civilização do açúcar: dos séculos XVI a XVIII*. 4a edição, São Paulo: Brasiliense, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. "A roça e as propostas de Modernização na agricultura Fluminense do século XIX": o Caso do Sistema Agrário Escravista-Exportador em Paraíba do Sul. In: *Rev. Brasileira de História*. Vol. 6, São Paulo: no. 12, março/agosto, 1986. p.125-150.

FRAGINALS, Manoel Moreno. *O Engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano*. Tradução. Sônia Rangel e Rosemary C. Abílio. Vol. I, São Paulo: HUCITEC, UNESP, 1987.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. 38a edição, Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. *Açúcar: em torno da etnologia da história e da sociologia do doce no Nordeste canavieiro do Brasil*. 2a edição, 1969.

GIRÃO, Raimundo & FILHO MARTINS Antonio. *O Ceará*. 3a Edição, Fortaleza: UFC, Instituto do Ceará, 1966.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. 2a edição, Fortaleza: Instituto do Ceará, 1962.

- \_\_\_\_\_. História Econômica do Ceará. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947.
- \_\_\_\_\_. Evolução Histórica Cearense. Fortaleza: BNB, ETENE, 1985.
- GOMES, Flávio dos Santos. História de quilombolas: mocambos e comunidade de senzalas, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. 2ª edição, São Paulo: Ática, 1978.
- HOBBSBAWM, Eric J. Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária. Tradução. Waldea Barcelos e Sandra Bedran. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. Família tradição e poder: o (caso) dos coronéis. São Paulo: ANABLUME/Edições UFC, 1995.
- LOPES, José Sérgio Leite. O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MACEDO, Joaryvar. Povoamento e povoadores do cariri cearense. Fortaleza: Coleção Alagadiço Novo, 1990.
- \_\_\_\_\_. Império do Bacamarte: uma abordagem sobre o coronelismo no cariri cearense. Fortaleza: UFC, Coleção Alagadiço Novo, 1990.
- MARCONDES, Leite Renato. “Uma resenha da riqueza paulista por meio dos inventários”. In: História econômica e História de empresas. Associação de brasileira de pesquisadores em história econômica, , 1998. p. 145-153.
- MARX, Carl. “Da Manufatura à Fábrica automática”. In: GORZ, André. (org). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 23-36.
- MENEZES, Djacir, *O outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais*. 3ª edição, Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar, 1995.
- MENEZES, Paulo Elpídio. *O Crato de Meu Tempo*. 2ª edição, Fortaleza: UFC, Coleção Alagadiço Novo, 1985.
- MONTEIRO, Ângela Maria Cunha, & SANTOS, José Neiva (Coord). *Estudo da competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar da região do Cariri*. Fortaleza: Banco do Nordeste, FUNDETEC, 2001.
- MORAES, Moisés Siqueira (Frei). *Província São Francisco das Chagas dos Capuchinhos do Ceará e Piauí*. Fortaleza: Editora Multigraf, 2000.
- NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000.

- OLIVEN, Ruben George. *A Antropologia de Grupos Urbanos*. 4ª edição, Petrópolis: 1996.
- PINHEIRO Irineu. *O Cariri. seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza: 1950.
- \_\_\_\_\_. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (colônia)*. 11ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1973.
- \_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*, 41ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. "Vaqueiros, Agricultores, Artesãos": Origens do Trabalho Livre no Ceará Colonial. In: *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza: Vol. 20/21. N. ½. 1989/1990. p. 01-29.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- RABELO, Silvio. *Os artesãos do Padre Cícero*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social, 1967.
- RAMOS, Xislei Araújo. *Por trás de toda fuga nem sempre há um crime: o recrutamento "a laço" e os limites da ordem no Ceará (1850-1875)*. Dissertação de Mestrado, Fortaleza: 2003. 213p.
- SCHWARTZ, B. Stuart, *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. Tradução. Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- STUART FILHO, Carlos. *Páginas da História e Pré-História*. Fortaleza: Instituto do Ceará. 1960.
- SOARES, Luiz Carlos. "Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX". In: *Revista brasileira de História*. São Paulo: vol. 8, nº 16, março/agosto, 1988, p. 107-142.
- SOUZA, Laura de Mello e. (org). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SOUZA, Simone. (Coord). *História do Ceará*. Fortaleza: UFC, Fundação Demócrito Rocha. 1989.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: UFC, Edições Demócrito Rocha, 2000.
- THOMPSON, Edward, P. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução. Denise Bottmann. Vol.I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (org.) Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: UNICAMP, 2001
- \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. Revisão técnica Antonio Luigi Negro, Cristina Meneguello e Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIANA, Oliveira. "Formação do Tipo Rural" In: *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951. p. 26-62.

VIEIRA JUNIOR, Otaviano Antonio. *A Família na seara dos sentidos: domicílio e violência no Ceará (1780-1850)*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 2002. 300p.

VIEIRA, Sulamita. *Feira: espaço de liberdade ou de ilusões?* Fortaleza: Cadernos NEPS, nº 7, novembro, 1986, 38p.

## **SOBRE O AUTOR**

Antonio José de Oliveira é professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - CERES - Campus - Caicó, onde leciona as disciplinas de Teorias da História, Historiografia Brasileira e Pesquisa Histórica. É professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História- Mestrado em História dos Seretões-UFRN-Campus-Caicó. Possui graduação em História pela Universidade Regional do Cariri (1995); Especialização em Teoria e Metodologia da História -Universidade Federal da Paraíba (1997); Mestre em História social - Universidade Federal do Ceará (2003); Doutor em História Social - Universidade Federal do Ceará (2017). Tem uma longa atuação na área de História, com ênfase em Teoria e Metodologia da História, História regional, História do Brasil colonial, da América Pré-colombiana e colonial, bem como indígena e africana.



# ENGENHOS DE RAPADURA DO CARIRI: TRABALHO E COTIDIANO (1790-1850)

Os capítulos que compõem esta obra analisam inventários, petições de sesmarias e crônica de viajantes, documentos imprescindíveis para a feitura da pesquisa. A leitura dessas fontes, dimensionou e apontou as particularidades da atividade canavieira na localidade e suas peculiaridades para a Capitania depois Província do Ceará: os primeiros povoados, os tipos de engenhos construídos, as várias categorias de trabalhadores e a importância dos escravos, são aqui destacados. As atuações que os atores sociais (escravos e livres, homens ou mulheres) tiveram em seu cotidiano e as suas relações estabelecidas no âmbito do mundo do trabalho foram de fundamental relevância para a constituição da tessitura social, política e econômica na região, sobretudo em seu âmbito rural.

Antonio José de Oliveira

RFB Editora  
CNPJ: 39.242.488/0001-07  
91985661194  
[www.rfbeditora.com](http://www.rfbeditora.com)  
[adm@rfbeditora.com](mailto:adm@rfbeditora.com)  
Tv. Quintino Bocaiúva, 2301, Sala 713, Batista Campos,  
Belém - PA, CEP: 66045-315

